

Eleições 2022 em perspectiva:

as desigualdades sociais na
Região Metropolitana
de Porto Alegre

Angélica Massuquetti
Marilene Maia
Moisés Waismann
Arthur Romanzini Lazzarotto



Eleições 2022

em perspectiva:

as desigualdades sociais na
Região Metropolitana
de Porto Alegre

Angélica Massuquetti
Marilene Maia
Moisés Waismann
Arthur Romanzini Lazzarotto
(orgs.)

Comissão Organizadora

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos
lattes.cnpq.br/0530636583742073

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos
lattes.cnpq.br/5501308178965770

Prof. Dr. Moisés Waismann – Unilasalle
lattes.cnpq.br/3415248838045599

Arthur Romanzini Lazzarotto – Unisinos
lattes.cnpq.br/7114016309548687

Comissão Técnico-Científica

Profa. Dra. Angélica Massuquetti – Unisinos
lattes.cnpq.br/0530636583742073

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos
lattes.cnpq.br/5501308178965770

Prof. Dr. Moisés Waismann – Unilasalle
lattes.cnpq.br/3415248838045599

Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares – UFRGS
lattes.cnpq.br/0660263492919489

Realização

Instituto Humanitas Unisinos - IHU; Observatório da realidade e das políticas públicas do Vale do Rio dos Sinos - Observasinos; Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas.



JESUÍTAS BRASIL



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



Eleições 2022

em perspectiva:

as desigualdades sociais na
Região Metropolitana
de Porto Alegre

Orgs.: Angélica Massuquetti, Marilene Maia,
Moisés Waismann, Arthur Romanzini Lazzarotto

São Leopoldo: Unisinos, 2022.

ISBN: 978-65-80992-02-7 (*E-book*)

Sumário

Abertura

As expressões das desigualdades no contexto global e local e os desafios com as eleições 2022 ([link](#))

Prof. Dr. Rudá Guedes Ricci 17

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro 39

Desigualdades na Região Metropolitana de Porto Alegre: resistências e enfrentamentos ([link](#))

Bárbara Rodrigues Marinho 63

Cristiano Schumacher 85

Cenários das desigualdades e seus determinantes na Região Metropolitana de Porto Alegre ([link](#))

Prof. Dr. André Ricardo Salata 101

Prof. Dr. Anderson Nakano 129

Perspectivas para a Região Metropolitana de Porto Alegre para o período 2023-2026 ([link](#))

Prof. Dr. Carlos Nagel Paiva 145

Apresentação de trabalhos: estudos sobre as desigualdades na Metrôpole de Porto Alegre ([link](#))

Freitas et al. 187

Thum et al. 217

Moisés Waismann 237

Abertura

O Ciclo “Eleições 2022 em perspectiva: as desigualdades sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre”, recentemente realizado pelo Instituto Humanitas Unisinos – IHU / Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – ObservaSinos, está aqui apresentado neste livro digital (*e-book*). O seu texto oportuniza uma ampliação do debate realizado no evento. A organização do Ciclo foi compartilhada com o Observatório UnilaSalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas e contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS.

Foram realizados seis encontros com a contribuição de dez pesquisadores e agentes com atuação nos seguintes temas:

- A Educação na Região Metropolitana de Porto Alegre – realidades e perspectivas
- As Expressões das Desigualdades no Contexto Global e Local e os Desafios com as Eleições 2022
- Desigualdades na Região Metropolitana de Porto Alegre: Resistências e Enfrentamentos 9
- Cenários das Desigualdades e seus Determinantes na Região Metropolitana de Porto Alegre 9
- Perspectivas para a Região Metropolitana de Porto Alegre para o Período 2023-2026 9
- Apresentação de Trabalhos: Estudos sobre as Desigualdades na MetrÓpole de Porto Alegre. 9

10 O livro apresenta os conteúdos de cada um dos debates, reunidos
a partir das transcrições de cada apresentação, seguidos da verifi-
10 cação pelos autores. Ao final, também foram inseridos os trabalhos
submetidos e devidamente aceitos para publicação. O objetivo do
10 evento, alcançado com excelência por todos os convidados e con-
vidadas, foi discutir as desigualdades sociais à luz do processo eleito-
10 ral brasileiro de 2022. Partindo do contexto mundial, nacional e es-
tadual, foram analisadas as realidades da Região Metropolitana de
10 Porto Alegre – RMPA. Confirmou-se a relevância do tema das desi-
gualdades como perspectiva transdisciplinar de análise econômica,
política, social, cultural, ambiental e religiosa. Foram demonstradas
pesquisas qualitativas e quantitativas, além de experiência em cam-
po pessoais e coletivas, permitindo uma pluralidade de formatos
para aprofundar a temática. Além disso, foi oportunizado um espaço
de trocas de experiências, investigação e intervenção em torno dos
temas da desigualdade, desenvolvimento e políticas de renda. O de-
bate demonstrou a importância das redes de diálogo por diferentes
grupos e organizações de investigação e intervenção social.

O livro apresenta a transcrição de quatro encontros, além dos tra-
balhos submetidos sobre a temática e suas respectivas avaliações
feitas por um convidado. O primeiro encontro teve como temática
“A Educação na Região Metropolitana de Porto Alegre – realidades e
perspectivas”, contou com as participações da Profa. Dra. Hildegard
Susana Jung (UnilaSalle), do Prof. Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva
(Unisinos) e problematizou os cenários das desigualdades vividos
na educação, que foram intensificados com a pandemia. Indicam

perspectivas de enfrentamento a estas realidades por meio de análises e incidências nos territórios e, ao mesmo tempo, no cenário global. Este debate pode ser conferido pelo canal no YouTube do IHU, conforme *link* indicado.

O segundo encontro, intitulado “As Expressões das Desigualdades no Contexto Global e Local e os Desafios com as Eleições 2022”, teve as contribuições do Prof. Dr. Rudá Guedes Ricci e do Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro. Eles debateram o tema a partir de dados sobre os cenários mundiais, latino-americanos e nacionais, apontando algumas categorias de análise sobre os impasses postos para o enfrentamento das desigualdades no contexto eleitoral brasileiro.

O terceiro encontro, “Desigualdades na Região Metropolitana de Porto Alegre: Resistências e Enfrentamentos”, teve a participação de Cristiano Schumacher e Bárbara Rodrigues Marinho. Através de dados e vivências, mostrou a situação que a população da RMPA enfrenta. Os debatedores indicaram formas de resistência às violações de direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal e alternativas para enfrentar no contexto das eleições estas realidades.

O quarto debate, intitulado “Cenário das Desigualdades e seus Determinantes na Região Metropolitana de Porto Alegre”, contou com as presenças do Prof. Dr. André Ricardo Salata e do Prof. Dr. Anderson Kazuo Nakano. Foram contextualizadas historicamente as desigualdades econômicas, sociais e do tratamento da terra no Brasil. Os debatedores demonstraram, por meio de dados, o aumento da pobreza, diminuição da

11

11

11

11

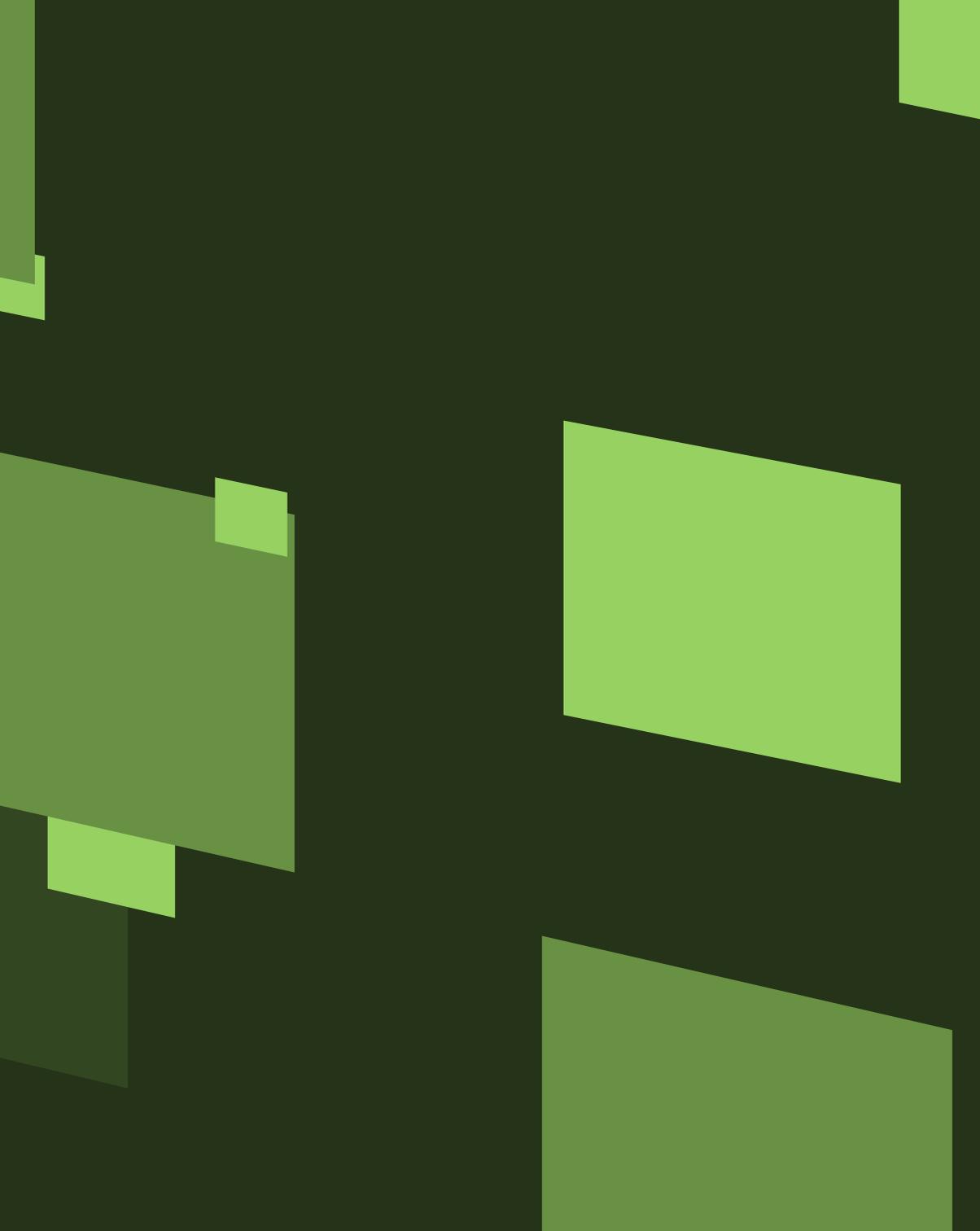
11

12 renda e concentração de riqueza nos últimos anos. Analisaram o funcio-
12 namento das políticas de renda e seus possíveis impactos nas realida-
des das desigualdades enquanto políticas públicas.

12 O quinto encontro contou com as contribuições do Prof. Dr. Carlos Na-
12 gel Paiva, apontando “Perspectivas para a Região Metropolitana de
12 Porto Alegre para o Período 2023-2026”. Valeu-se de dados e indi-
cadores dos limites vividos pelo Rio Grande do Sul e suas expressões
reveladas pela Região Metropolitana. Indicou caminhos a serem trilha-
dos para este enfrentamento, que exigem posicionamentos urgentes
para a afirmação de uma outra lógica de desenvolvimento.

O último encontro possibilitou a exposição e apreciação dos traba-
lhos submetidos sobre as temáticas do Ciclo. O título do encontro
foi “Apresentação de Trabalhos: Estudos sobre as Desigualdades na
Metrópole de Porto Alegre” e contou com a apreciação do Prof. Dr.
Moisés Waismann. Os dois trabalhos apresentados e debatidos fo-
ram: “Cartografia social, retratos das realidades dos territórios invis-
ibilizados de São Leopoldo” e “Os desafios enfrentados por jovens na
atualidade da Região Metropolitana de Porto Alegre”.

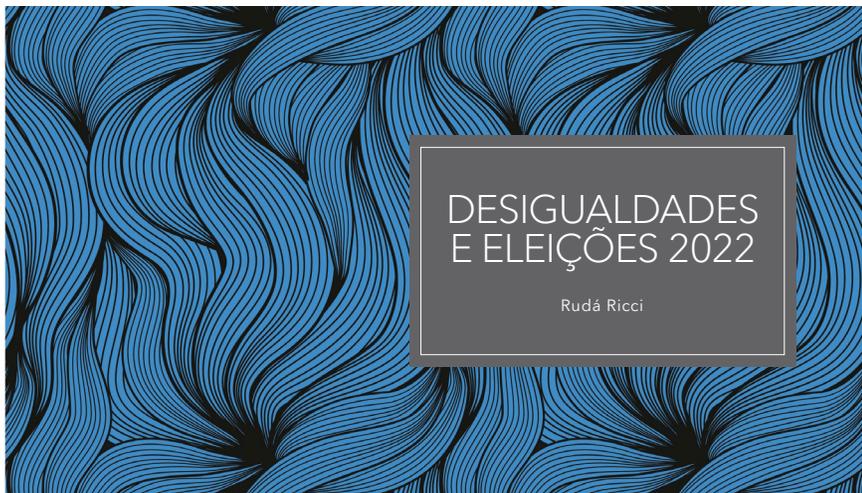
Todas as falas aqui transcritas foram gravadas e transmitidas no ca-
nal do IHU via YouTube. Alguns autores autorizaram suas transcri-
ções originais enquanto outros editaram conforme escolha pessoal.
Incentivamos todas e todos que também acessem as transmissões,
as quais contaram com interações do público. Desejamos que os de-
bates sejam ampliados e que incidam nas realidades de desigual-
dades e em seus determinantes, tanto na Região Metropolitana de
Porto Alegre, no estado e no país, como em todo o planeta.





**As expressões das
desigualdades no
contexto global e local
e os desafios com as
eleições 2022 ([link](#))**

Prof. Dr. Rudá Guedes Ricci¹
Instituto Cultiva



Bom, boa tarde. Eu quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar aqui com vocês, a Marilene e o pessoal do IHU... eu vou direto para a exposição só para não me delongar muito porque eu tendo a falar muito... Eu me empolgo com temas que eu me dedico, obviamente.

18

18

18

18

18

Cenário de recessão mundial

- Inflação recorde a nível mundial (nos EUA, taxa de inflação em 8,6%, a maior nos últimos 40 anos)
- Taxas de juros crescentes
- Atividade econômica instável
- Mercados voláteis
- Cenário de tensão entre EUA/OTAN X Rússia. Incerteza do papel da China



E então eu preparei esse slide e vou direto para o cenário, que é um cenário de projeção de uma recessão forte mundial e uma recessão obviamente no Brasil... Ela é decorrente dessa recessão Mundial, mas também com erros de condução da política econômica e de estado no Brasil...

E eu depois eu falo dos dois livros que a Marilene citou, que eu acabei de lançar, que são esses dois livros. Um deles com o professor Luiz Carlos Petry que foi da Unisinos e é psicanalista. E esse que eu acabo de lançar também junto com esse aqui falando um pouquinho detalhes sobre como que é emergiu essas... forças de extrema-direita no Brasil, mas aí eu vou passar o meu WhatsApp quem tiver interesse só entrar em contato comigo, para a gente não confundir.

Nosso primeiro slide... Um cenário de recessão Mundial e esse que

eu tô apresentando uma inflação recorde mundial. Somente nos Estados Unidos uma inflação de 8.6 pontos percentuais, é a maior dos últimos 40 anos. Os Estados Unidos vem como vocês sabem tendo muitas dificuldades de condução econômica por vários motivos: um deles é ... a dificuldade de reposicionamento econômico Mundial frente ao crescimento da China. Em especial a disputa com a China que tem uma economia planejada. E, de outro lado, uma disputa do Texas com... tentando trabalhar o preço do barril do petróleo e que disputa do mercado internacional com a Rússia. É interessante porque são dois países do segundo bloco de produtores, que seria o segundo bloco da OPEP... OPEP 2 que eles chamam e a Rússia vem comandando com muita inteligência esse bloco e usando inclusive de artimanhas junto da Arábia Saudita que vem criando problemas. Antes mesmo da pandemia já tinha um problema grave com os produtores do Texas. Então os Estados Unidos têm uma dificuldade de reposicionamento no mundo.

As taxas de juros frente a essa recessão Mundial, lembrando que a China tinha uma relação comercial muito aquecida com a Europa quando ela fez aquela redução ... de investimentos com é... uma economia planejada né, para não gerar uma inflação de custo eles reduziram as relações comerciais que foram no caso, chegou ao seu ápice em 2010 e aí eles começam a declinar. Nós sentimos esse declínio de investimento direto, e de importações, mas Europa sentiu mais. Então existe uma situação de desorganização, antes mesmo dessa guerra da Ucrânia, muito grande.

19

19

19

19

19

20 A pandemia acelerou esse cenário e agora com a guerra há uma de-
sorganização ainda maior. Então inflação crescente, taxa de juros
20 crescente, atividade econômica instável pelo que eu acabei de falar,
mercados voláteis e finalmente esse cenário de tensão entre os Esta-
20 dos Unidos / OTAN, que agora praticamente forma um bloco só, e a
Rússia. De outro lado aqui tem uma questão importante para a gente
20 ter clareza: o governo Russo é um governo de direita. Na verdade
ele tem traços fascistas. Vou só citar um outro caso para a gente ter
clareza, é o o... ministro da cultura da Rússia fechou uma campanha
contra os gays e contra que ele chama de arte gay e o presidente Pu-
tin disse que ele tinha toda a razão porque os valores da Rússia são
valores conservadores e tradicionais. E nós temos o presidente
do comitê de segurança da Rússia que vem sugerindo que esse é
o melhor momento para Rússia avançar militarmente sobre o Leste
Europeu reconstruindo o pan-eslavismo, que por sinal é a orientação
do Alexander Dugin, que tinha fortes relações com o Steve Bannon.
A partir dessa nova concepção teórica religiosa chamada tradicio-
nalismo, ele o... Dugin que é um assessor importante da Rússia. Ob-
viamente que há pessoas que tentam diminuir o importância dele,
mas não tem como porque ele esteve em missões diplomáticas na
Turquia respondendo pelo governo Russo, ele esteve na guerra Os-
sétia do Sul para atrair... A guerra de espaço territorial da Rússia,
ele esteve à frente de uma ação militar e forçou uma guerra com
Georgia. Então ele tem várias missões, tem vários apadrinhados no
governo Putin, não tem como dizer que ele tem uma posição de que
não seja destaque e a visão dele é exatamente, e é pã-eslavista. Ele
acha que o território Russo tem que avançar sobre o Leste Europeu

para reconstruir o território de identidade cultural Nacional, segundo ele, é o que era... do período czarista, antes da Revolução Russa.

São teorias muito complicada, a gente pode até no debate discutir um pouco, mais no meu livro eu cito alguma coisa. Ele tinha algum alinhamento com Olavo de Carvalho. Eles brigaram pessoalmente, mas a mesma concepção tradicionalista, religiosa e de apoio aos trabalhadores pobres... envolveu Olavo de Carvalho, Steve Benon... e esses três tem uma importância muito grande na interpretação da... a geopolítica nessa visão ultra-nacionalista, religiosa muito conservadora de extrema-direita nesse momento da conjuntura internacional.

Então é um... esse cenário de guerra e de expansionista tanto dos Estados Unidos com da Rússia. Coloca mais ênfase ainda no papel ou moderar ou de fomento à essa tensão da China. Então é um cenário internacional muito volátil e crítico.

Cenário recessão brasileira

- IPCA em 11,73% no acumulado dos últimos 12 meses
- Projeção dos bancos é de crescimento do PIB em 2022 entre 0,7% e 1,2%. Estimam contração, em 2023 (- 0,5%)
- Inflação projetada de 9,5%, com viés de alta em virtude do “pacote de bondades”
- Taxa SELIC projetada em 13,5%



21

21

21

21

21

22 Bom, vamos para o Nacional. Então o cenário de recessão brasileiro
22 ele tem, ele segue o que já vinha acontecendo internacionalmente,
22 mas também tem características específicas. O IPCA acumulou nos úl-
22 timos doze meses mais de 11%. A projeção dos bancos como Santan-
22 der e outros bancos... Credit Suisse e mais... projeta um crescimento
22 do PIB no Brasil entre 0.7% e 1.2% e a projeção em função do cenário
22 internacional que eu acabei de falar é de -0,5% a -1%... é de retração e
22 a inflação projetada de 9.5% com viés de alta por causa do pacote que
deve ser aprovado na câmara dos deputados, depois de aprovado no
senado. E se esse pacote de características populistas no ponto de
vista fiscal né... bem às vésperas das eleições e a taxa SELIC projetada
pelos bancos é de 13,5%. Ali vocês veem um... pouco o panorama foi
o que eu consegui destacar aqui para hoje. Então... a gente vê assim,
no período de longa duração de 2017 até o início 2022 como é que se
comportou o PIB... avaliação trimestral do PIB nesse período né...



Dados preliminares mostram que 54,5% dos reajustes de maio ficaram abaixo da inflação

DE OLHO NAS NEGOCIAÇÕES 21

DIEESE

Negociações trabalhistas

Análise das negociações com data-base em maio, segundo DIEESE, revela que 54,5% dos reajustes ficaram abaixo da inflação medida pelo INPC-IBGE.

Acima deste índice, apenas 13,4% dos casos

Várias categorias têm buscado aumento de benefícios, como auxílio alimentação, ou o pagamento de abonos.

Vamos ao terceiro slide... Agora vamos um pouco a pouco então na questão social e depois eu vou entrar na política... O DIEESE acaba de lançar um estudo que é esse que vocês estão vendo a capa lado esquerdo mostrando as negociações trabalhistas e que revela que 54% dos reajustes ficaram abaixo da inflação das categorias que tiveram data-base em Maio. Acima do índice inflacionário só 13,4% das negociações conseguiram atingir essa situação. E o relatório do DIEESE revela que muitas categorias têm buscado aumento de benefícios como auxílio alimento ou o pagamento de abono. O que nós estamos vendo portanto é um cenário que combina um problema conjuntural, internacional e nacional com uma situação também estrutural de mudança do mercado de trabalho. Que ele passa a se fragmentar muito aceleradamente e substituir as unidades, plantas industriais, as unidades de trabalho que criavam uma identidade coletiva do mundo operário do século XIX e XX para o trabalho em casa, teletrabalhos ou então o trabalho *uberizado* ou então os trabalhadores de aplicativos. O fato é que estamos desmanchando categorias. Talvez a mais emblemática é dos bancários que perdem completamente a sua identidade. O gerente vira consultor e fica o dia inteiro na rua capturando e vendendo produtos do banco como se fosse... uma agência de venda de pacotes de plano de saúde... plano de investimentos... nós fazemos tudo hoje pelo celular, então assim as categorias perdem a identidade coletiva e... no período da pandemia aceleramos esse processo de teletrabalho, o trabalho domiciliar, e você perde portanto além da identidade com os trabalhadores que têm teoricamente a mesma condição de você... o movimento sindical deixa de ter organização no local de trabalho porque o local de trabalho passa a ser a residência.

23

23

23

23

23

24 ...Um dado de uma pesquisa que o Instituto Cultiva vem desenvolvendo junto aos institutos federais. Nós começamos fazendo com todos Institutos Federais do Mato Grosso do Sul e depois Minas Gerais e o que nós estamos percebendo é que mais de 50% dos professores dos Institutos Federais têm filhos em casa e durante a pandemia eles disputaram computadores entre os familiares e entre os cônjuges. E, muitas vezes gerando ... aumento de conflito entre os pais e nas pesquisas que a gente vem realizando nós percebemos que houve 40% de aumento ... dos trabalhadores dos Institutos Federais que disseram que houve aumento de conflito no seu lar, na sua família em função pandemia nós estamos tendo muitos casos de aumento de depressão. Mas o que é mais impressionante é o processo de dessocialização, isso é muito importante a gente estar destacando agora que tem poucos estudos e projetos intervenção falando sobre isso. É um processo de dessocialização que foi radicalizado durante o período pandêmico e são situações em que houve queda de renda principalmente em família monoparental tendo a mulher à frente. Principalmente aquelas que se autodefine como de cor parda e que não tinham carteira de trabalho registrada. Por isso que essas negociações trabalhistas têm importância aqui nesse cenário. Essas pessoas, essas senhoras né, esses trabalhadores e trabalhadoras tinham filhos em casa que também não estavam indo mais para escola e eles passaram a viver de benefícios sociais ou quando havia pensão e aposentadoria. Aumenta o tempo de convívio familiar para mais de 5 horas por dia, porém assistindo televisão e eles cortaram os vínculos sociais isso aqui é gravíssimo no Brasil.

S vocês forem as escolas hoje no Brasil vocês vão ver muitos relatos. Nós temos muitas pesquisas relevando isso, muitos relatos de que os professores estão dizendo que os alunos perderam todo traquejo de convívio social, de autocontrole, tudo aquilo que eles tinham antes da pandemia. Eles voltaram de uma maneira menos cuidadosa, menos civilizada. Então a situação nas escolas é uma situação de degradação social e de dessocialização. Isso é muito importante a gente tá falando para trabalhar depois mais tarde.



Fome

2º VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (8 de junho), revela que a fome avança no Brasil e atinge 33,1 milhões de pessoas

Número equivale a 15,5% da população brasileira em situação de insegurança alimentar grave.

14 milhões a mais de pessoas passando fome na comparação com o primeiro levantamento realizado em 2020.

25

Segundo o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia do Covid-19 no Brasil divulgado no dia 8 de Junho, 33 milhões de brasileiros passam fome equivalendo-se 15,5% da população brasileira. Mas... quase 30%... vivem também uma situação de insegurança para garantia de três alimentações por dia durante a semana. Quer dizer pode ser que falte uma durante a semana, mas falta. Nós de novo estamos captando nas visitas às famí-

25

25

25

25

26 lias, a partir das redes municipais de ensino. Nós estamos captando
26 muitos casos de famílias que só tão comendo uma refeição por dia.
26 Então nós estamos tendo quebra por exemplo... das orientações le-
26 gais em relação ao alimento que se dá, a merenda nas escolas e
26 e muitos diretores de escola percebendo essa situação começam a
26 doar e ofertar para as famílias alimentos que seriam para alimenta-
26 ção da merenda escolar. Eles estão ofertando bananas, uma cesta
26 básica semanal pras famílias dos alunos. É algo impressionante que
tá acontecendo no Brasil, é um horror social, e que raramente nós
estamos vendo as discussões tanto acadêmicos, como na grande
imprensa sobre isso né... São 14 milhões de pessoas a mais passando
fome no Brasil em comparação com o primeiro de levantamento
do Inquérito Nacional em 2020.

Agora o cenário eleitoral é um cenário de polarização. Há um consenso entre nós cientistas políticos que é irreversível. O próximo presidente será, ou reeleição do Jair Bolsonaro ou do Inácio Lula da Silva. Não há nenhuma possibilidade de reversão a não ser obviamente com os dois morra ou aconteça uma tragédia absolutamente imprevisível no Brasil. Mas o cenário já está consolidado, é irreversível, a tendência é que os outros candidatos desidratem. Principalmente quando começar a campanha eleitoral, em Agosto, em nós entramos em Setembro faltando um mês e as pesquisas revelaram que não há chance. Há uma tendência do eleitor médio brasileiro que é uma cultura popular muito interessante, muito peculiar. Do eleitor, como ele é obrigado a votar, ele decide votar em quem tem mais chance de ganhar, pra que ele não perca o dia, ou seja, ele já vai ter que

votar, obrigado, então ele vota para ser campeão. Um pouco... muito peculiar, muito interessante essa cultura, mas é o linguajar popular eles falam “não vou jogar voto fora”. E isso tende a aumentar o voto útil, e nas suas diversas versões né...



Então cenário eleitoral é um cenário de polarização. Nós temos dois campos políticos na polarização muito definidos. O primeiro é o que eu vou denominar aqui de lulismo porque ele tem uma característica específica de concepção do estado e, principalmente, condução política. Que é marcada por uma ampla coalizão e pela conciliação de interesses de classe. E pelo bolsonarismo é um desenho fascista, é importante que a gente utilize os conceitos teóricos corretamente, não é um governo de direita, é um governo fascista. Mas que ao contrário do fascismo clássico traz um discurso de uma plataforma econômica ultraliberal que foi debelada, foi mitigada, porque... foi obrigado a fazer acordo com o baixo clero no Congresso Nacional.

27
27
27
27
27

28 Em especial os partidos do centrão, especificamente, mais intensa-
28 mente, com Partido Progressista. E aí retorna, portanto, uma con-
28 cepção clientelista que de certa maneira tava no cerne da origem do
28 fascismo. Vamos só lembrar que a diferença de fascismo nazismo os
28 dois são essencialmente totalitários de extrema-direita. O nazismo é
28 monolítico e o fascismo desde o início ele tem características de ab-
28 sorção em diálogo com outros ideários desde que subordinado ao
28 seu ideário central de uso da força ou ameaça do uso da força contra
qualquer sistema de concorrência política.... No caso do Mussolini é
bom lembrar ele não chegou o poder pela força. Ele chegou lá por
um convite do rei da Itália na época para ele formar o gabinete e
ser primeiro-ministro e logo em seguida ele faz acordo com a Igreja
Católica e cria o Vaticano. O Vaticano só existe porque fez acordo
com o fascismo né... então o fascismo ele tem essa característica
de absorção de outros ideários, de construção de um discurso que
é quase um mosaico. Ele não é tão desestruturado e fragmentado.
E no caso aqui do bolsonarismo os fatores mitigants dessa lógica
que está em negrito ai em cima é a força política do baixo clero do
centrão que desmonta, desmantelaram a lógica pelo menos discursiva
ultra-liberal. O centrão e o baixo clero tencionam com o apoio
dos empresários ultraconservadores. Lembrando que no meu livro
Fascismo Brasileiro que eu citei aqui pra vocês eu descrevo, mostrar
de novo aqui ... eu descrevo como que os empresários do Rio Gran-
de do Sul, de São Paulo e do Rio de Janeiro lideraram o movimento
de extrema-direita desde 1986. E eles criaram dezenas de organiza-
ções, algumas com militares de extrema-direita, mas também orga-
nizações empresariais como... Instituto Atlântico, depois Millennium.

Institutos liberais que forjaram uma agenda de direita no Brasil e de defesa dos interesses corporativos empresariais e depois no final dos anos 90 eles passam a financiar inclusive, atraindo recurso de fora como o Atlas Network dos Estados Unidos. Os institutos liberais começam a financiar grupos juvenis que vão dar nas organizações de luta pela.. queda da presidente Dilma em 2015. Então não tem nada relacionado com 2013, pelo contrário, no final... no início dos anos 2000, 2004-2005 esses empresários lideradas pelos Jorge Gerdau e pelo Paulo Rabello de Castro no Rio de Janeiro eles passam a atrair e financiar e contratar por exemplo o Rodrigo Constantino que estava na Veja e o Hélio Beltrão, irmão da Maria Beltrão da Globo-News, e filho do ex-ministro ditadura militar também com o mesmo nome Hélio Beltrão. Os dois são contratados para trabalhar, jovens na época, na comunidade Orkut e daí surgem os primeiros articulações ultraliberais e, libertarianas que é o nome nos Estados Unidos. Esse ultra individualismo juvenil, de uso de arma, de apoio ao aborto, isso confunde um pouco a esquerda né... Então o bolsonarismo ele tem de um lado uma articulação política muito estruturada. Que é baseado no empresariado paulista e gaúcho, em especial no exército, não todas as forças armadas, mas principalmente no exército. 29

Em especial aqueles que estiveram na missão de paz no Haiti é que estão todos no governo Bolsonaro, todos os comandantes. O alto clero evangélico que não tem alinhamento imediato com a base evangélica só quando eles falam da pauta de costume, e o centrão, em especial PP. E tem uma base social muito dispersa e fanática, 29

a base social ao contrário da base política não é organizada, e ela ainda é muito dispersa, é uma das diferenças que todos os estudos 29

30 apontam do fascismo bolsonarista para os outros é que ele não con-
30 seguiu organizar um partido de massa que que consiga dar estrutura
para essa base social dispersa.

30 Contudo, o professor ...o Sérgio Amadeu da Universidade Federal do
30 ABC sustenta que o partido de massa do bolsonarismo são as redes
30 sociais. Bom, essa é uma tese bem polêmica, interessantíssimo, ins-
30 tigante, do professor Sérgio Amadeu. Do campo lulista, os fatores
mitigantes dessa ampla coalizão são os acordos partidários de um
lado com as cúpulas partidárias e as tensões com os movimentos
sociais, especial sindical, as centrais sindicais. E que essa tensão foi
muito mal conduzida pelo governo da presidente Dilma, mas como
vocês sabem na lógica do presidente Lula ele dividia salomonicamente os ministérios entre Ministério da Agricultura para o lado do
negócio e Ministério Desenvolvimento Agrário para as forças mais à
esquerda e agroecológicas, e assim por diante. E aí na área econômi-
ca, Banco Central, Ministério da Economia toda na visão ultraliberal,
empresarial e os setores sociais na mão pouco mais progressista...
Esse é o acordo entre uma dinâmica complexa que o lulismo implan-
tou no Brasil que daqui a pouco nós vamos falar aqui, no final aqui
entender que lógico que ele criou. Os acordos do lulismo até en-
tão são acordos entre cúpulas institucionalizadas e é daí que vem a
pressão dos movimentos sociais e sindicais. O lulismo não cria e não
amplia as formas de participação e controle social sobre a gestão, ao
contrário, ele diminui. Por exemplo, é o Conselho de Desenvolvi-
mento Econômico e Social que não tinha nenhum tipo de participação
de base ou vínculos ou redes né... ela era toda de cúpulas das elites

de ONGs, movimento sindical, e mais igrejas e empresários. Mas, ao usar acordos com os partidos paradoxalmente acabam criando uma lógica de demanda capitalizada. Então a capilaridade das demandas entra no lulismo são a partir dos movimentos sociais e das organizações sociais, ela entra pelos prefeitos e pelos partidos. Aliás esse foi um dos motivos da saída do Frei Betto do governo Lula, porque ele dizia que o Lula tinha entregue o controle, que ele estava montando do Fome Zero, que era um controle de comitês descentralizados em rede dos próprios beneficiários para os prefeitos. E aí ele teria destruído uma mudança política na condução das políticas públicas no Brasil.

O eixo comum: peemedebismo

- Conceito criado por Marcos Nobre, sugere um modelo apoiado num forte clientelismo fragmentado ao longo do país: o "imobilismo em movimento" gera constantemente impasses políticos e econômicos, já que se alimenta de pequenos partidos e uma miríade de acordos locais
- cinco características fundamentais: 1) **governismo**, ou seja, independentemente de qual orientação ideológica do governo federal, é preciso sempre permanecer no poder; 2) produção de **supermaiorias legislativas**, isto é, supõe-se que, para governar, é necessário conquistar uma ampla base de apoio no Congresso nacional; 3) funcionar como um **sistema de vetos**; 4) **impedir a entrada de novos membros no poder**, tornando o bloco governista pouco ou nada plural; e 5) **evitar o conflito aberto**, solucionando as disputas nos bastidores da política.



31

31

Bom estou já caminhando para o final ... o que eu queria talvez reforçar que eu acho que talvez seja uma contribuição que eu posso tá dando ao seminário. É que eu queria recuperar esse conceito do Marcos Nobre, o filósofo presidente do CEBRAP... tá na foto Marcos Nobre ...filho do ex-senador Freitas Nobre. Que é o conceito do PM-

31

31

31

32 DBismo, segundo Marcos Nobre eles cria imobilismo em movimento
32 por quê? Porque ele cria um empate interno entre forças muito frag-
32 mentadas e o clientelismo e as forças políticas muito centralizadas e
32 que produzem leis de autocontrole de sistema. Então é um sistema
32 de cúpula, vocês vão vendo que é muito próximo do que tá aconte-
32 cendo com Bolsonaro e aconteceu com Lula. Então a tese do Marcos
32 Nobre é que ambos os governos traduzem o PMDBismo na sua ca-
32 racterística e ele diz que são cinco características fundamentais do
32 PMDBismo. Que são governismo, se forma rapidamente uma mai-
32 oria governamental de partidos que não concordam ideologicamente
32 com a força eleita, mas esse governismo acaba gerando a disputa
32 que era externa ela vem para dentro do governo. Aí o governo fica
32 imobilizado pelas diversas negociações e chantagens que os parti-
32 dos fazem usando inclusive legislativo, no caso Congresso Nacio-
32 nal. Então a primeira característica é essa história do governismo, a
32 segunda característica é a produção de super maiorias legislativas,
32 ou seja, a maioria se além do necessário. Há uma tendência tanto
32 dos governos FHC como Lulistas de procurar uma maioria que quase
32 sufoca a oposição. O Marcos Nobre se pergunta, mas porque essa
32 maioria além do matematicamente necessário, e algo muito mais
32 amplo do que a composição por exemplo no parlamentarismo de
32 montar o gabinete no país parlamentarista. A terceira característi-
32 ca ... é o sistema de vetos o tempo inteiro, você não tem produção
32 de grandes políticas. Você tem uma série de acordos de convivência
32 dessas amplas maiorias. Quarta característica, impedir a entrada de
32 novos membros no poder e aí o Marcos Nobre diz é por isso que
32 surge 2013, e 2013 não foi incorporada nem pelas direitas nem pelas

esquerdas do Brasil. É por isso que vai dar no bolsonarismo. Ele não disse que 2013 gerou o bolsonarismo, ele diz que o bolsonarismo foi gerado porque o sistema PMDBista não quis ouvir e negociar com os jovens de junho de 2013. Ele simplesmente negou a entrada de novos atores na política, mesmo pelos movimentos sociais ou organizações de base. E finalmente, a ideia típica da nova república que é evitar o conflito aberto a qualquer custo, ou seja, o conflito interno, de chantagens de tal maneira que a gente deseduca a população brasileira a entender, infantiliza a leitura da disputa, ou seja, não se percebe, e você vê hoje nas redes sociais como elas são infantilizados, não se percebe um jogo é um drible uma finta política é o tempo inteiro muito politicamente correto, tem que falar a verdade, ele falou a verdade, ele é safado, assim, é muito dicotômico. Nós rebaixamos a leitura política no Brasil.

Último slide, e eu resolvi destacar aqui qual que é o debate do que parece ser o mais provável Presidente da República, o futuro Presidente da República que é o Lula. Porque esse debate que eu tô tentando trazer para vocês, têm reflexos políticos na região metropolitana obviamente de Porto Alegre e no trabalho que vocês vem desenvolvendo de Observatório. Há uma disputa típica do PMDBismo. A disputa das duas correntes principais de política econômica está dentro do lulismo, tá nesse momento disputando o programa e vai continuar disputando o programa de governo Lula depois de eleito. Então nós temos uma situação de muita instabilidade e de possível situação de instabilidade interna e eu vou terminar falando de uma da instabilidade externa.

33

33

33

33

33

34 ...Nós temos o uma linha de economistas de dentro do governo Lula,
da composição da campanha do Lula, de economistas que são do
34 TMM né... Teoria Monetária Moderna. Supreendentemente nós te-
mos alguns economistas muito importante do PSOL que estão ten-
34 do um papel muito importante na discussão das diretrizes do pro-
grama do Lula, não é o programa são as diretrizes. O que que eles
34 dizem é que o governo vai ter que emitir moeda e o cálculo para
quem não gera inflação é até o limite da ociosidade produtiva no
34 Brasil, ou seja, se você emitir moeda, pacotes que exigem produção
e que financiam por exemplo pelos bancos estatais como BNDS. Se
você emitir moeda até o limite da produção da ociosidadeque
nós temos hoje da indústria não se gera inflação na tese deles. A
mesma coisa com relação ao consumo reprimido. Quanto mais você
emitir moeda e fazer investimentos, qualquer tipo de investimento
a emissão de moeda... se você tem um consumo reprimido e você
acelerada e você conseguir modelar tanto produção como consumo
não se gera inflação. Então eles estão falando de emissão de moeda
maciça no início do governo Lula. O case que eles se referem é a Chi-
na para que vocês têm uma ideia não vou entrar em detalhes. Eles
propõem a reestatização ou criação de novas estatais. Nós temos
nesse mesmo bloco uma discussão se é para recriar as estatais pri-
vatizadas. Mas há uma linha importante de alguns econômicos que
vem da Unicamp que sugerem a criação de novas estatais da nova
economia. Esse é o terceiro ponto. Foco nas tecnologias e políticas
sociais, eles acham que o investimento em políticas sociais gera re-
cursos para aumento do consumo. Então para eles as políticas so-
ciais fazem parte da engenharia de reindustrialização e retomada do

desenvolvimento Nacional. As políticas sociais não estão apartadas nessa visão deles da política econômica. Eles acham que faz parte de um componente econômico. Vocês vêm aqui é uma leitura quase keynesiana né? Fomento à Nova Economia e política ambiental. Esse é uma novidade importante no quadro lulista que pra mim rompe com o PAC, e finalmente gestão participativa em especial do PPA do ciclo orçamentário.

2 vertentes de política econômica lulista

<p>Teoria Monetária Moderna</p> <ul style="list-style-type: none">◦ Emissão de moeda até o limite da capacidade ociosa e consumo reprimido◦ Reestatização ou criação de novas estatais◦ Foco nas tecnologias e políticas sociais◦ Fomento à nova economia e política ambiental◦ Gestão participativa (PPA)	<p>Concepção liberal</p> <ul style="list-style-type: none">◦ Controle fiscal associada à política cambial◦ Política social focalizada◦ Associação com setores produtivos estruturados (agronegócio) e melhoria da balança comercial◦ Ênfase em políticas microeconômicas e incentivo à poupança privada
---	---

A concepção Liberal, que no governo Lula foi muito forte com Palocci e o grupo que assinou o documento da Agente Perdida. Que orientou o governo Lula no início 2003 é quase o inverso. Controle fiscal associada a política cambial, ou seja, essa ideia de você frear a liquidez do mercado o tempo inteiro. Aquilo que já se faz alguns anos né. Política social focalizada, ou seja, não é uma política universal como a TMM, é só aqueles setores mas desassistidos que teriam políticas específicas. Associação com setores produtivos já consolidados e

35
35
35
35
35

36 estruturados como agronegócio e melhoria da balança comercial.
Então é continuar com perfil exportador da economia brasileira e
36 ênfase em políticas microeconômicas e incentivo à poupança priva-
da. Algo que se fala a muito tempo, que os liberais falam, mas nunca
36 conseguiram, porque empresariado brasileiro não tem perfil de cida-
dão cívico, é completamente dilapidador no Brasil.

36 O último elemento, já terminei aqui, mas o último elemento que eu
queria trazer é a possibilidade de um cenário político em 2023 ten-
do setores empresariais e parte do baixo clero dentro do governo
Lula e com aquele arranjo PMDbista que eu falei agora pouco, da
tese do Marcos Nobre no interior do governo e no congresso. Agora
com um cenário muito diferente de 2003 quando Lula tomou posse
pela primeira vez, que é o Jair Bolsonaro e 25 milhões de brasileiros
que segundo Datafolha Vox Populi tem valores de extrema-direita,
fanáticos na oposição. Agora a oposição será do Jair Bolsonaro. Isso
significa para terminar, fazendo um uma projeção aqui bem angus-
tante, é que nós teremos quanto mais caos plantando pelos bolso-
narismo sem aliança com centrão em 2023, maior pode ser a chance
de chantagem do alto empresariado e do baixo clero no interior do
lulismo. Era isso que eu queria propor como uma leitura macro do
cenário para que vocês vejam que a situação econômica e política
tende a se agravar na minha leitura. Era isso, obrigado.

1 **Rudá Ricci** é graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP e doutor em Ciências Sociais pela mesma instituição. É diretor geral do Instituto Cultiva e colonista Político da Band News. É autor de *Terra de Ninguém* (Ed. Unicamp, 1999), *Dicionário da Gestão Democrática* (Ed. Autêntica, 2007) e *Lulismo* (Fundação Astrojildo Pereira/Contraponto, 2010), entre outros.

37

37

37

37

37

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro¹
Observatório das Metrópoles RJ

Muito obrigado, eu gostaria de agradecer a professora Marilene Maia pelo convite. É um enorme prazer também estar participando aqui.... dessa discussão. Agradeço o Instituto Humanitas da Unisinos.



Desigualdades de renda e desafios eleitorais

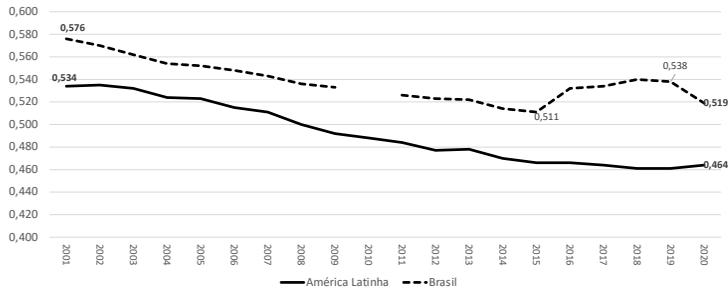
E eu vou fazer aqui uma exposição, ela é mais focada numa produção que nós temos realizado no do Observatório das Metrópoles em parceria com a PCURS do Rio Grande do Sul e com o Observatório da Dívida Social da América Latina em que nós temos produzido um conjunto de indicadores referentes às desigualdades de renda nas metrópoles brasileiras, que se constitui o que nós chamamos de Boletim Desigualdade nas Metrópoles. Então esse conjunto de indicadores. Nós já estamos na 8ª edição do boletim, é um boletim

Eleições 2022 em perspectiva:

as desigualdades sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre

40 sempre divulgado de forma trimestral. Vamos para nona edição da-
40 qui a um mês mais ou menos. Nós trabalhamos com os dados da
40 PNAD Contínua, do IBGE, o que nos permite acompanhar conjuntura
40 sobre a questão da desigualdade de renda, do trabalho em especial
40 no contexto das regiões metropolitanas brasileiras. Eu vou fazer aqui
40 fazer uma exposição a este respeito.

**Coefficiente de Gini do Rendimento Domiciliar per Capita
América Latina e Caribe e Brasil**



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Começando com uma tela em que nos mostra aí desde o começo do século a desigualdade de renda na América Latina e do Brasil para salientar dois aspectos aqui que nos parece muito importante. Primeiro que a desigualdade de renda no Brasil é uma das maiores desigualdades de renda que tem na região da América Latina e Caribe. E apesar de um processo de redução que ocorreu desde o começo do século XXI, desde 2001-2002 pra cá, tanto no Brasil quanto na América Latina e Caribe. A desigualdade de renda no Brasil se manteve ainda mais elevada e ela voltou a crescer a partir ali de 2015

principalmente. Este é um processo que ocorre em uma situação de crise econômica no Brasil, 2015-16 é o momento que nós tivemos taxa de crescimento econômico negativo, e de lá para cá apesar de ter se registrado taxas positivas de crescimento a partir de 2017 elas foram muito pequenas em relação a trajetória de crescimento econômico que o Brasil tinha delineado até mais ou menos 2013/2014. Então com a crise econômica que se instala no país - e essa crise ela está vinculada tanto uma crise política que já havia se instalado desde 2014, com as eleições de 2014, tanto também com mudanças na conjuntura econômica internacional que se refere, por exemplo, à oscilação do preço do petróleo que também acabou afetando a economia brasileira nesse período, o que faz com que a gente tenha aí uma reversão do ponto de vista da desigualdade de renda. A desigualdade de renda que é medida pelo GINI, ou seja, quanto mais próximo de 1 maior o nível de desigualdade, ela volta a aumentar. Isso estabelecendo um patamar mais elevado até 2019.

Em 2020 há uma queda no nível de desigualdade de renda e essa redução da desigualdade de renda em 2020 é fruto principalmente do auxílio emergencial. A política do auxílio emergencial que passou a vigorar a partir de maio de 2020. Ela foi significativa para poder fazer com que houvesse uma redução na desigualdade de renda. Quando ocorre a pandemia, ela se estabelece no Brasil a partir de março... Muitas atividades econômicas são fechadas. As pessoas que possuem emprego, o emprego formal, parte das pessoas passa a trabalhar remota, mas aquelas pessoas que têm vínculos informais com o mercado de trabalho, trabalham de maneira precária, normalmente

41

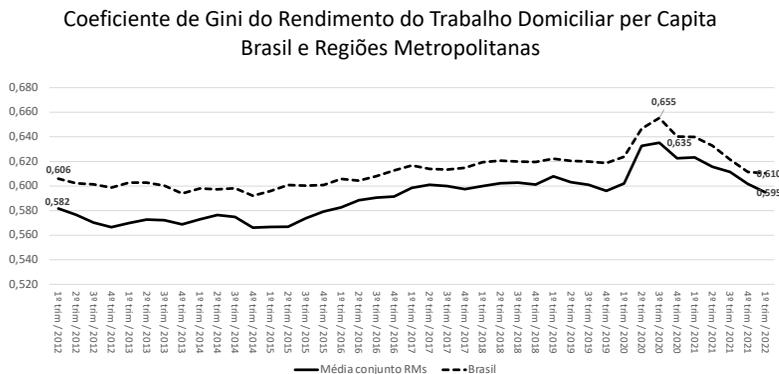
41

41

41

41

42 são as pessoas que também possui o menor nível de renda. Foram
42 aquelas mais afetadas pela pandemia. Então, num primeiro momen-
42 to o que nós vamos ter observado apenas a conjuntura do mercado
42 de trabalho é o aumento expressivo da desigualdade, mas que de-
42 pois no ano de 2020 ela vai se reverter na medida em que a política
42 do auxílio emergencial, que no primeiro momento tinha um valor de
42 R\$ 600, ela contribuiu para amenizar a situação das pessoas mais
42 vulneráveis da população e permitiu com isso que houvesse uma re-
dução da desigualdade naquele momento. Então aqui é para exem-
plificar um pouco essa trajetória mais recente da desigualdade no
Brasil e América Latina.



Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, n. 08.

E a partir dessa próxima tela eu vou apresentar, de fato, os dados do nosso boletim que neste caso trabalhamos com os dados de rendimento do trabalho, mas é o rendimento domiciliar per capita que nós calculamos. Nós podemos ver aqui no começo nós tínhamos uma si-

tuação de redução das desigualdades entre 2012 até 2014, tanto no conjunto das regiões metropolitanas quanto no Brasil. Essa redução ela não é uma redução pequena que foi feita a cada momento, mas a trajetória era de redução, e ela passa a elevar essa desigualdade de renda do trabalho a partir de 2015. Atinge esse pico de 2020 e passa assim a diminuir essa desigualdade de renda, primeiro com a política do auxílio emergencial, mas a partir de final de 2020 grande parte da população que havia perdido o emprego volta a buscar, a trabalhar e principalmente nas atividades informais. Aquela população que está na base da pirâmide social passa voltar aos postos de trabalho. Em 2021 isso permanece, inclusive nós vamos ter uma situação em 2021 que é interessante quando nós fazemos análise trimestral. O primeiro trimestre de 2021 ele é um trimestre em que não tem mais um auxílio emergencial, o auxílio emergencial ele tinha sido reduzido de R\$600,00 para R\$300,00, a partir de setembro de 2020 até o final do ano ele foi pago com valores R\$300,00 e a partir de janeiro de 2021 toda essa população que estava recebendo auxílio deixa de receber. Aquelas pessoas que eram vinculadas ao Bolsa Família voltam a receber o valor do bolsa família que é um patamar menor com a quantidade de pessoas muito menor do que as que estava sendo beneficiadas pelo emergencial. O auxílio emergencial foi em torno de 35 milhões de pessoas e o bolsa família 18 milhões de pessoas, mas a partir de abril de 2021 as pessoas voltam a receber o auxílio do governo que passa se configurar como Auxílio Brasil já no valor de R\$400,00. Então isso muda a situação das desigualdades existentes no Brasil e das metrópoles em geral.

43

43

43

43

43

44 Mas vale destacar que a partir do segundo trimestre de 2021, esse
44 é um ponto interessante que a gente poder resgatar, a partir do se-
44 gundo trimestre de 2021 passa a ter um efeito inflacionário muito
44 significativo na economia brasileira. É o momento também que o
44 Banco Central, na reunião de março de 2021, é reunião em que o CO-
44 POM (o Comitê de Política Monetária) do Banco Central vai começar
44 uma escalada de aumento da taxa de juros. A taxa de juros SELIC da
44 economia estava no patamar de 2% durante o ano de 2020 prati-
camente até o começo de 2021. E o Banco Central volta aumentar a
taxa SELIC. Queria aqui abrir um parentes nesse sentido porque os
objetivos da política monetária para definição da taxa de juros tem
a ver com o comportamento da inflação que o Banco Central deve
olhar, principalmente para o IPCA, principalmente não, ele tem que
olhar para IPCA. É isso que está normatizado em termos de orienta-
ção para elevação da taxa de juros da economia. Naquele momento
na reunião de março de 2021 o que nós vamos ter é que o Banco
Central eleva taxa de juros de 2% para 2.75. Sendo que a trajetória
do IPCA não era uma trajetória de alta o IPCA de 2020, do ano de
2020 foi de 4,52%. O índice de inflação que foi elevado em 2020,
que foram inclusive o patamar muito elevado, foi o IGPM que foi 23%
em 2020. E aí a gente precisa entender essa composição de cada
índice de inflação. Cada índice de inflação ele é construído a partir
de uma determinada cesta de mercadorias. O IPCA ele é uma cesta
de mercadorias, ele é o índice de preço ao consumidor amplo. É um
índice nacional de preços ao consumidor amplo que é baseado no
acesso de mercadorias em que os bens e serviços que fazem parte
dessa cesta são bens de consumo. Nesse sentido, o que nós pode-

mos ver é que do ponto de vista do consumo não houve a elevação de preços, não foi tão grande no ano de 2020, ela atingiu durante o ano a taxa de 4,52%. Mas a composição da cesta de mercadorias do IGPM ela incorpora não apenas bens de consumo, mas bens voltados para a produção e bens voltados para a construção. Mas foi principalmente os itens da produção, principalmente as *commodities*, que contribuíram para a elevação do nível de preços mensurado pelo IGPM. E um dos elementos também de contribuíram nesse sentido naquele momento foi a nossa situação cambial que colaborou para a elevação do nível de preços na medida em que em grande parte dos insumos que são adquiridos pelas empresas nacionais no processo produtivo são insumos que são importados. Então essa situação da taxa de cambio e aumento dos preços de *commodities* no mercado internacional colaborou para uma elevação da taxa de inflação mensurada pelo IGPM. E eu quero registrar aqui esse tipo de inflação é inflação de custo, isso não tem nada a ver com a inflação de demanda. Então o Banco Central a partir de março de 2021 passa a realizar uma elevação da taxa de juros em uma perspectiva de coibir a demanda. Só que a demanda nossa já estava reprimida, inclusive em função da própria desorganização da economia decorrente da pandemia que havia se instalado no Brasil desde março de 2020. Então essa política do Banco Central de elevação da taxa de juros, e como o próprio Rudá colocou, tem uma expectativa dela estar acima de 13% agora na próxima reunião do Banco Central. Ela tem um efeito de inibir a atividade econômica na medida em que se torna muito mais propício à realização de investimentos financeiros do que propriamente de investimentos produtivos. E esse tipo de

45

45

45

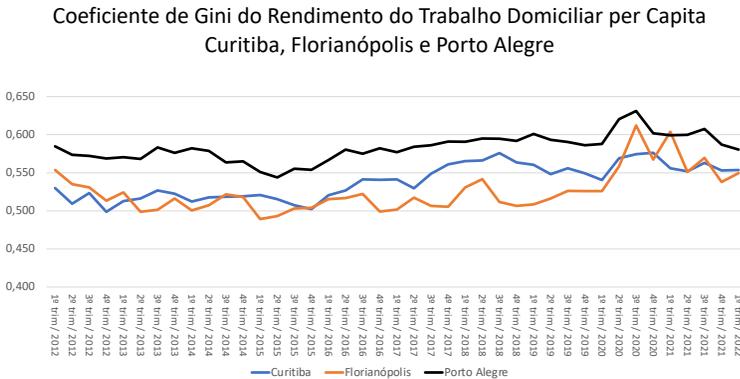
45

45

46 política, ao inibir a atividade econômica ela também contribui para
46 que a geração de emprego, ela não seja uma geração de emprego
46 tão sustentado, e tão pouco a elevação do nível de renda. Então a
46 partir de meados de 2021 o que nós vamos ver é uma escalada da
46 elevação da taxa de juros pelo Banco Central e isso vai inibindo a
46 atividade econômica – o crescimento econômico que nós esta-
46 mos vendo agora é muito mais uma recuperação da perda que
46 ocorreu 2020. Em 2020 o crescimento foi negativo de quase 4%.
46 Nós tivemos crescimento positivo em 2021 de 4,5%, mas isso sig-
46 nificou na verdade uma recuperação da perda ocorrida em 2020.
46 Tanto é que, o nível de produção da economia brasileira é hoje,
46 em 2021, que é o dado mais recente em termos de dados anuais,
46 ele está num patamar inferior ao começo dos anos 2010/2011 – o
46 nível da nossa atividade econômica.

Por outro lado, uma situação que passa a ocorrer é que o aumento dos preços, aquela inflação de custo que foi captada já pela pelo IGPM, ela passa se repercutir na economia de um modo geral e afeta também a inflação dos produtos que são adquiridos pelas famílias, aquilo que compõem os bens e os serviço de consumo. O que nós vamos ver, portanto, que a inflação passa se elevar a partir de meados do segundo trimestre de 2021, mensurada pelo IPCA. E nós vamos ter uma taxa de inflação que ultrapassa os dois dígitos, é mais de 10%. Foi de 10,06% no ano de 2021, último dado também foi apresentado pelo Rudá, os doze últimos meses de inflação de maio foi de 11.73%. Então a inflação de custo ela acabou repercutindo sobre a economia de modo geral e isso se traduziu no ano de 2021 em

um aumento da inflação baseada no consumo que é aquela que é mensurada pelo IPCA. E o que nós vamos ver, na verdade, é que esse aumento inflacionário, mesmo que atividade econômica ela tivesse sido retomada em relação ao período anterior à pandemia, muita gente voltando a seus postos de trabalho e muito retorno é para um trabalho precário, trabalho de baixa renda. O que nós vamos ver é uma redução do nível de renda do trabalho de um modo geral. Tanto associada a esse baixíssimo comportamento da economia quanto ao aumento levado da inflação de consumo que passa ocorrer a partir de 2021.



Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, n. 08.

Aqui é o índice de desigualdade de renda, na comparação é de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre que tendem a ter níveis de desigualdade em geral melhores do que as demais regiões metropolitanas do Brasil, essas regiões da região Sul. Mas ao mesmo tempo, são níveis de desigualdade elevados. No Brasil de um modo geral nós nunca tivemos um GINI abaixo de zero vírgula cinco, sempre ti-

47

47

47

47

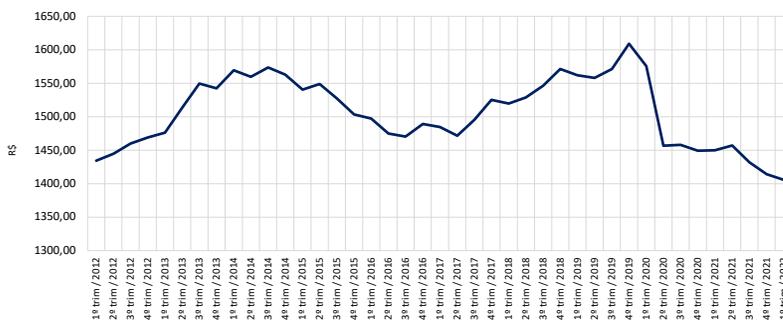
47

Eleições 2022 em perspectiva:

as desigualdades sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre

48 vemos os patamares de países com as mais elevadas taxas desigual-
48 dades de renda. E o caso da região de Porto Alegre é significativo na
48 comparação das metrópoles da região Sul do país, porque é a região
48 com maior nível de desigualdade entre as três existentes.

48
48
48
48
Média do Rendimento do Trabalho Domiciliar per Capita
Regiões Metropolitanas

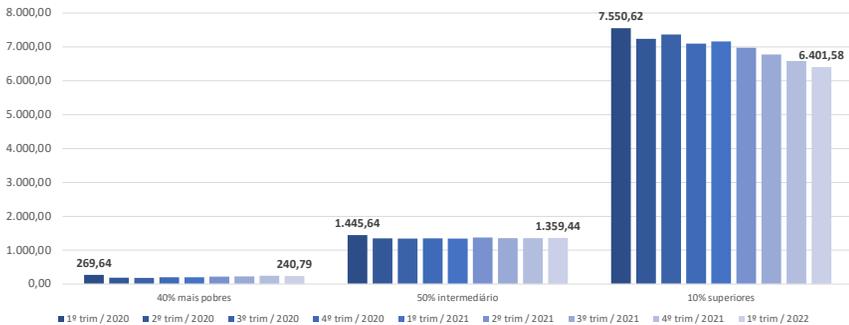


Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, n. 08.

Então o que nós vamos ter aqui é uma redução do nível de desigualdade, uma redução da média de rendimento do trabalho domiciliar per capita principalmente a partir de 2020. Esse nível de renda média do trabalho se mantém até o começo de 2021 e depois volta a cair principalmente pelo efeito da inflação como eu aqui caracterizei. E neste caso atinge todos os estratos de rendimento, então para a gente ter ideia, aqui o nível de rendimento de renda domiciliar per capita dos 40% da base da distribuição de renda era, no começo do primeiro trimestre de 2020, de R\$279,00. Essa renda média dos 40% da base no primeiro trimestre de 2022 foi R\$ 240. Essa redução a

gente pode ver aqui que há uma queda maior no começo da pandemia, que volta a aumentar, mas ainda não no patamar inferior, bem inferior, ao rendimento médio do período anterior à pandemia. Isso se devem neste momento principalmente por questão inflacionária, que também atinge os segmentos dos 50% intermediário da nossa estrutura de renda. Antes era de R\$1.445,00 antes da pandemia, o rendimento médio ainda é de R\$1.359,00. Aqui essa perda de rendimento dos 10% do topo da distribuição se deve principalmente nos últimos trimestres ao aumento da inflação em que o rendimento médio desse seguimento passou de R\$7.550,00 para R\$6.401,00.

Média do Rendimento do Trabalho Domiciliar per Capita por Estrato de Renda
1º trimestre de 2020 a 1º trimestre de 2022
Regiões Metropolitanas

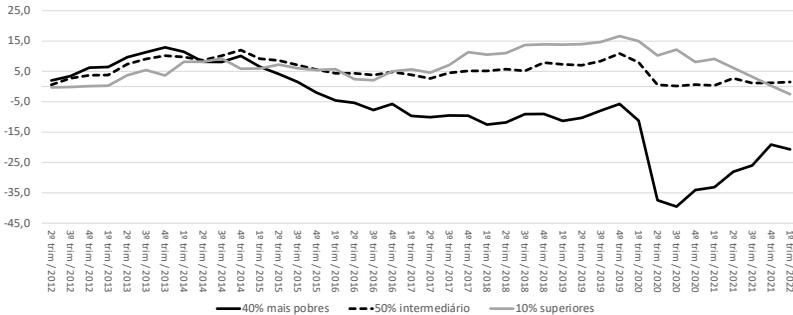


Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, n. 08.

Mas isso em uma análise dos trimestres de 2020 para cá, quando nós comparamos toda a série histórica, comparando com primeiro trimestre de 2012, que quando começa a essa pesquisa do IBGE da PNAD Contínua. O que nós vamos observar é que o segmento de

50 mais alta renda, tanto dos 10% do topo da distribuição quanto tam-
bém os 50% intermediário, eles possuem uma oscilação do seu nível
50 de renda ao longo da série histórica. Mas eles acabam mantendo
50 mais ou menos o mesmo nível de renda que tinha no começo da
série histórica. E essa redução ela vai se dar principalmente no ano
50 de 2020 para cá em função da inflação como já ressaltai, mas em
um patamar semelhante à quele que nós observamos no começo
50 de 2012. É o segmento dos 40% de menor renda, é o segmento que
mais perde nesse período, o que nós podemos ver nesse gráfico é
que no começo da década, ali de 2012 a 2014, há um processo de
elevação do rendimento médio dos 40% mais pobres. Mas a partir
da crise 2015 principalmente, eles passam a reduzir o seu nível de
rendimento do trabalho. Isso se agrava de forma significativa duran-
te a pandemia, com perdas que vai para mais de 35%, em torno de
40%. E apesar da recuperação é um nível de recuperação que ainda
coloca uma perda de em torno de 23% em relação ao começo 2012.
Então o que nós podemos observar é que esse segmento ele está
perdendo renda e não é de agora. Foi intensificado pela pandemia
e nos últimos trimestres é intensificado pelo aumento inflacionário.
Mas ele está perdendo renda real desde 2015 quando começa o a
crise econômica que se instala no Brasil propriamente dito.

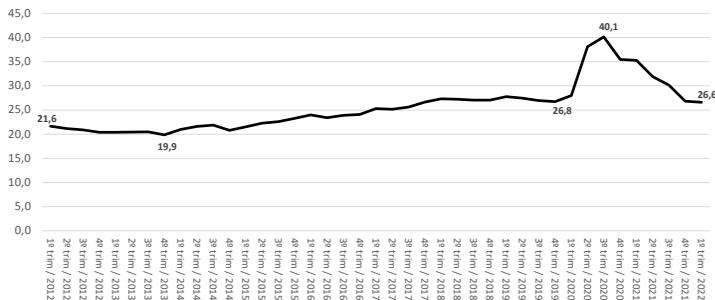
Varição da Média do Rendimento do Trabalho Domiciliar per Capita em relação ao 1º trimestre de 2012 por Estrato de Renda (%) Regiões Metropolitanas



Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, n. 08.

E para a gente ter uma ideia, no começo, ao fazer a razão de renda, da renda média dos 10% do topo da distribuição em relação aos 40% da base da distribuição. No começo da série histórica os 10% ganhavam 21 vezes mais em média do que os 40% mais pobres, isso chegou a 19,9.

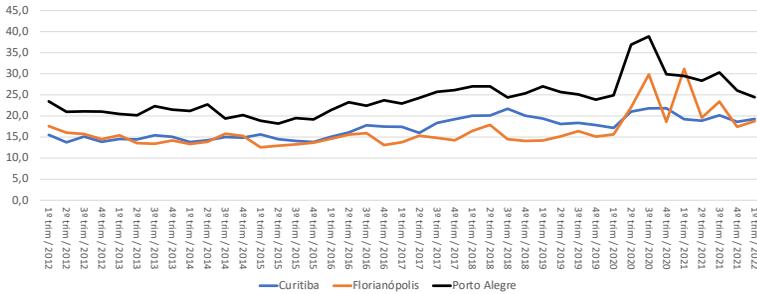
Razão de renda entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres Regiões Metropolitanas



Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, n. 08.

52 Mas depois volta a aumentar a razão de renda do topo da distribui-
52 ção em relação a base da distribuição, que chega a 26,8 vezes antes
52 de começar pandemia, no último trimestre de 2019, e eleva de forma
52 significativa em 2020, na pandemia, porque apesar de todo mun-
52 do perder, os 10% perdem quase nada em termos de rendimento
do trabalho nesse momento. Quem perde de fato são os 40% da
base, então os 10% mais ricos passam a ganhar 40 vezes mais, em
média, do que os 40% da base da distribuição de renda. Apesar de
haver um processo de redução desde o final de 2020, nos últimos
trimestres de 2020 - nessa razão de renda - o nível de desigualdade
volta ao patamar imediatamente anterior à pandemia – razão de 26
vezes, que os 10% ganham em relação aos 40% da base. Um pata-
mar bem superior ao começo da serie histórica. Então esse também
é uma outra forma que a gente poderia retratar esse nível de desi-
gualdade de renda que ela tem um componente - são componentes
que têm a ver com as conjunturas mais recentes da pandemia, da
inflação, da política econômica que está sendo feito recentemente
pelo atual governo. Mas que já tem um comportamento de elevação
desde meados da década da década passado, e a partir 2015 prin-
cipalmente.

Razão de renda entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres
Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre



Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, n. 08.

Aqui nessa comparação entre as metrópoles do Sul país. Nós podemos ver é que também, por este indicador, a Região Metropolitana de Porto Alegre se destaca como aquela que tem maior nível de desigualdade na comparação entre os 10% cento mais ricos e os 40% mais pobres da distribuição de renda. E para gente poder exemplificar, apesar desse comportamento aí, dessa variação que ocorrem ao longo dos trimestres, aqui é o dado da comparação da massa de rendimento pelos 10% mais ricos, dos 50% intermediários e 40% mais pobres, do conjunto de rendimento. E nesse caso aqui não é o rendimento só do trabalho, esse gráfico está tratando de todos os rendimentos que são captados pela pesquisa domiciliar do IBGE. Os 10% mais ricos apropriam entre 40% e 44% da massa de rendimento existentes na sociedade, aqui no caso das metrópoles brasileiras. É algo semelhante que ocorre no Brasil, os 50% intermediários, ele se apropriou aí em torno de 50% do nível de rendimento, os 40% mais pobres da base da distribuição se apropriam em torno de 10% da renda, da massa de rendimento existentes na nossa sociedade.

53
53
53
53
53

54

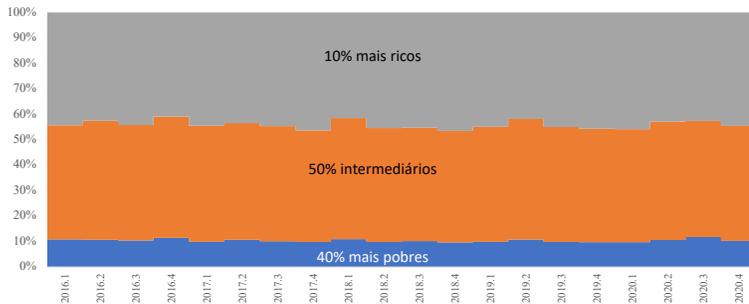
54

54

54

54

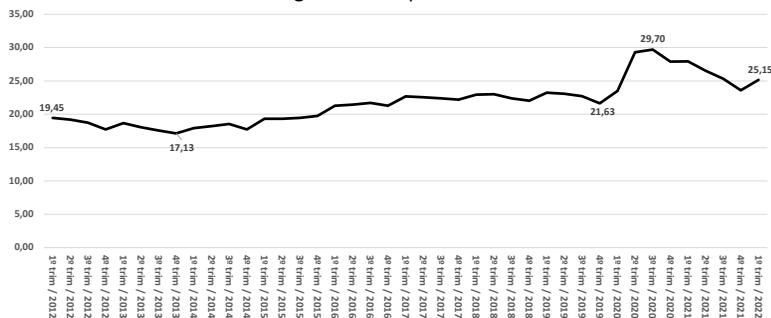
Apropriação do rendimento domiciliar per capita por Estrato de Renda (%)
Regiões Metropolitanas



Fonte: Elaboração própria.

Eu acho que esse gráfico ele é muito ilustrativo de como que se expressa as desigualdades de renda na nossa sociedade. E nesse sentido quando nós estamos falando de desigualdade, nós estamos falando também de um aspecto que é significativo para nossa realidade que é a questão da pobreza.

Proporção de pessoas ocupadas com rendimento do trabalho domiciliar per capita abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo (%)
Regiões Metropolitanas



Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, n. 08.

Apesar de que com os dados de rendimento do trabalho a gente não poder falar em taxa de pobreza, mas aqui quando nós mensuramos o rendimento de trabalho domiciliar per capita, e nas pessoas que ganham até um quarto do salário-mínimo, o que nós podemos observar é que houve um aumento da taxa de pobreza também. Havia um processo de redução no começo da década, até 2014, a taxa de pobreza volta aumentar, essa taxa de pobreza ela vai escalando até 2019 e aumenta de forma substantiva com o início da pandemia. Aqui a taxa de pobreza é o percentual das pessoas com rendimento do trabalho abaixo de um quarto de salário-mínimo. Esse rendimento, portanto, ele diminuiu. A quantidade de pessoas que ganham até um quarto de salário-mínimo vai diminuindo a partir do final do ano de 2020, mas o que nós estamos vendo agora é que isso voltou a aumentar. O último dado que nós temos é de uma elevação da proporção de pessoas que ganham até um quarto de salário-mínimo,

55

55

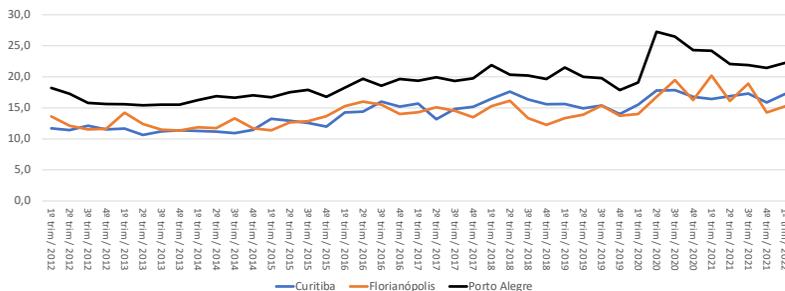
55

55

55

56 isso significa rendimento domiciliar per capita. E isso significa que
56 a quantidade de pessoas que está ganhando menos na economia
56 está aumentando, o mesmo acontece aqui com as regiões metropo-
56 litanas de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre. Sendo que que Porto
56 Alegre também é aquela que tem o maior patamar de pessoas com
56 remuneração do trabalho de até um quarto do salário-mínimo.

56 **Proporção de pessoas ocupadas com rendimento do trabalho domiciliar per capita abaixo
de ¼ do salário-mínimo (%)**
Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre

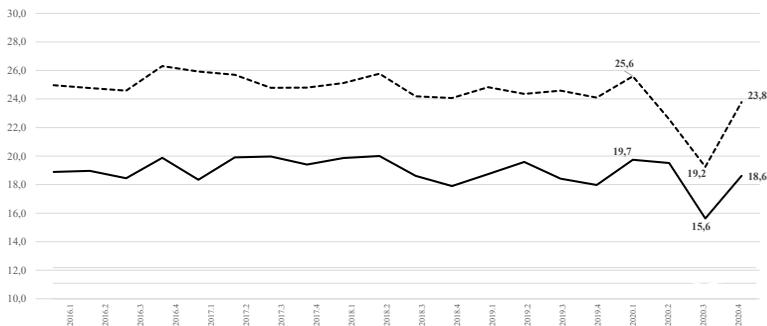


Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrôpoles, n. 08.

Esse aqui é um dado de fato de pobreza, uma mensuração de pobreza que a gente faz a partir dos dados da PNAD Contínua, mas pegando como medida de referência do Banco Mundial que seria considerando 5,50 dólares a partir da paridade do poder de compra tendo como referência o ano de 2011. É um dos indicadores mais usados de taxa de pobreza. Aqui são dados a partir da PAND Contínua anual que nos permite pegar todos os tipos de renda e de fato falar em taxa de pobreza. O que nós temos é que essa taxa de pobreza ela

se reduziu de modo significativo ali no segundo e terceiro trimestre de 2020 e ela volta aumentar no final de 2020. O segundo e terceiro trimestres são os momentos em que está sendo pago auxílio emergencial do valor de R\$600,00, a partir do de setembro de 2020 o valor do auxílio emergencial ele passa à R\$300,00 e isso faz com que a taxa de pobreza aumenta. Ou seja, mesmo as pessoas recebendo R\$300,00 tendo auxílio emergencial que ela é o valor superior ao Bolsa Família que na época era de R\$190,00, isso contribuiu para a elevação da taxa de pobreza. Não foi possível trabalhar os dados de 2021, mas o que nós vamos ver é que esse nível de pobreza eles aumentam muito de forma significativa em 2021 tanto nas regiões metropolitanas como no Brasil como um todo.

Proporção de pessoas em situação de pobreza - Medida do Banco Mundial - \$US 5,50 (PPC-2011) – (%)
Regiões Metropolitanas



Fonte: Elaboração própria.

Então o que eu penso, o que eu considero, é que esse é um elemento importante na reflexão que a gente vai precisar ter referente...
Que vamos precisar ter para interpretar o momento que nós estamos

58 vivendo no que se refere à questão eleitoral. A perspectiva que está
58 se colocando, o professor Rudá já desenvolveu na sua exposição,
58 essa polarização entre o ex-presidente Lula e o atual presidente Jair
58 Bolsonaro. Dificilmente um outro candidato vai poder ser eleito no
58 processo do modo como ele se apresenta hoje. E uma das ques-
58 tões que se coloca é que o fato de Jair Bolsonaro estar atrás, muito
58 atrás da intenção de voto para esse pleito eleitoral tem a ver com
58 o segmento de mais baixa renda que tende a votar principalmente
no presidente Lula. E isso tem a ver tanto com a situação grave das
condições econômicas e sociais que se apresentam no momento
quanto com a memória que as pessoas, grande parte da popula-
ção tem do que foram os governos Lula, lembrando principalmente
último governo Lula.

Hoje estava lendo uma entrevista do Felipe Nunes do Instituto Quaest em que ele dizia que esse pacote que foi aprovado da PEC emergencial, que foi aprovado no Senado, e vai tramitar essa semana na Câmara dos Deputados, que vai possibilitar o pagamento de um auxílio Brasil, passa a um patamar de R\$600,00, ao invés dos atuais R\$400,00. Está em discussão se isso teria condições de provocar uma mudança, uma mudança da escolha eleitoral feita pelos eleitores, principalmente aos eleitores que estão beneficiários dessa política social. O que o Felipe Nunes colocava é que não há diferenças significativas do ponto de vista estatístico entre os beneficiários de programa social e das pessoas não beneficiárias do programa social. Inclusive os beneficiários do programa social têm uma maior rejeição ao Bolsonaro do que os não beneficiários, mas que não há diferenças significativas. Nesse

sentido, ele via que não há uma perspectiva de isso afetar de forma decisiva na mudança de escolha do candidato neste processo eleitoral que vai acontecer em outubro. O cálculo que eu fiz é que os R\$ 600,00 hoje, os R\$ 600,00 que está se prometendo para pagar os beneficiários do Auxílio Brasil, a preços de 2018, preços de maio de 2018 (2020), quando foi o primeiro mês em que os beneficiários passaram a receber o auxílio emergencial de R\$600,00, esse R\$600,00 hoje a preço de 2018, ele vale R\$492,00. Ou seja, se tiver algum efeito não vai ser uma mudança, não vai mudar tanto quanto foi o efeito que ele teve no ano de 2020 dado o efeito inflacionário que com R\$ 600,00 hoje não se consegue comprar as mesmas coisas que se comprava há 2 anos atrás. E talvez eu esteja sendo otimista, né? Mas é uma expectativa de que apesar da importância das pessoas passaram a ter um tipo de remuneração mínima, que a gente possa reverter esse quadro de pobreza e desigualdade, a esperança que isso não faça com que esse atual governo permaneça como presidente da república. Gostaria de novo de agradecer, agradecer ao convite, a possibilidade e me coloco à disposição.

59

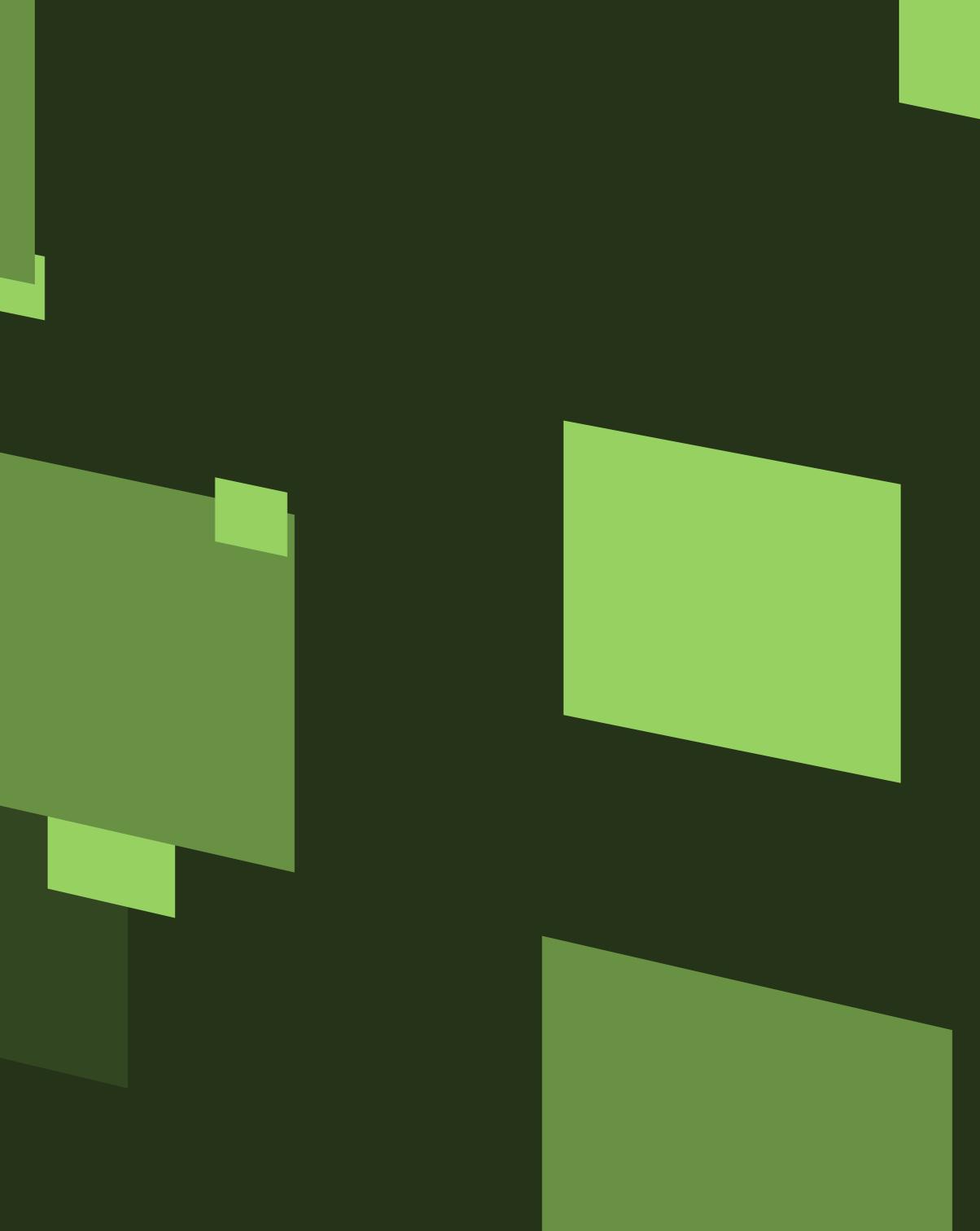
59

- 1 **Marcelo Gomes Ribeiro** é graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-Goiás e doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. É professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR da UFRJ e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório das Metrópoles - INCT-OM.

59

59

59





**Desigualdades na
Região Metropolitana
de Porto Alegre:
resistências e
enfrentamentos ([link](#))**

Bárbara Rodrigues Marinho¹
Casa de Referência Mulheres Mirabal e
Movimento de Mulheres Olga Benario

Olá, boa tarde. Obrigada pelo convite mais uma vez, é muito bom estar aqui. Boa tarde a todos que estão participando. Eu vou falar um pouquinho dessa minha experiência como pesquisadora e um pouco dessa minha percepção da metrópole Porto Alegre ao longo desses dois anos aqui na cidade, e da minha experiência com a Casa de Referência Mulheres Mirabal.



Como já foi dito, o nome dessa apresentação hoje é “Desigualdades na Região Metropolitana de Porto Alegre: resistência e enfrentamentos”.

E bom, sobre mim a professora Marilene já falou um pouco. Eu sou Bárbara, tenho 28 anos, eu sou natural de Natal, Rio Grande do Nor-

64 te. Tô aqui há dois anos e meio aproximadamente, sou arquiteta
64 urbanista, também sou pesquisadora do Margem_Lab que é um
64 laboratório que pesquisa a partir de narrativas de populações que
64 não são levadas em consideração nesse processo de planejamento
64 do pensar a cidade. E dentro dessa minha chegada aqui em Porto
64 Alegre eu também me aproximei da Casa de Referência Mulheres
64 Mirabal e do movimento de Mulheres Olga Benario, e hoje sou uma
64 das coordenadoras dessa casa que é uma casa de acolhimento e
abrigo para mulheres vítimas de violência.



Bom, quando a gente pensa desigualdade, a gente pensa numa Metrôpole em disputa, e essa Metrôpole em disputa neste caso que eu estou falando é Porto Alegre. Não basta ir longe, é só você abrir o qualquer noticiário aqui da cidade de Porto Alegre que você vai ver o que é que tem acontecido com essa metrôpole nos últimos anos.



Essa cidade tem se tornado cada vez mais desigual, o número de pessoas em situação de rua e em estado de pobreza tem crescido também, sobretudo, após a pandemia e com o avanço dos governos neoliberais aqui no Estado. E a gente vai vendo que essa desigualdade ela não se reflete somente no espaço, mas ela se reflete em outras esferas, com uma desigualdade na educação na Região Metropolitana e a desigualdade de gênero, de raça, ela também vai aparecendo. Outra coisa que a gente vê também é como esses governos têm lidado com essas questões específicas dessas populações quando a gente pensa numa perspectiva interseccional. Só para ter um exemplo: a prefeitura de Porto Alegre ela não tinha na última eleição, o Prefeito eleito, ele não teve nenhuma política voltada para mulheres, pessoas negras ou LGBTs citadas no seu plano de governo. Foi uma das poucas capitais do Brasil que não tinha nada, absolutamente nada sobre nenhum desses aspectos.

65
65
65
65
65

66

66

66

66

66

*Esse ano Porto Alegre completou 250
anos de sua fundação....*

*Enquanto isso, sua Região
Metropolitana chega aos 49 anos de
existência...*



Foto: Bárbara R.

5

Então, Porto Alegre esse ano comemora 250 anos de sua fundação como cidade e a região metropolitana chega próximo aos 50 anos de existência. E bom, o que é que se comemora com essa idade que Porto Alegre e Região Metropolitana chega? Essa cidade é uma cidade de fato pensada para todos? Quem tem voz e quem tem direito nessa metrópole? E quem tem direito a existir e habitar a cidade? Quem aqui tem a oportunidade de poder morar e poder usufruir da cidade, de seus serviços, desses espaços, ter acesso a emprego, a transporte, a saneamento? Então são muito questionamentos. E por último, quem e para quem essa cidade de Porto Alegre e essa Região Metropolitana são pensadas?

O que se comemora?

É uma cidade para todos?

*Quem tem voz e direito de
escolha nessa metrópole?*

*Quem tem o direito de existir e
habitar essa cidade?*

*Para quem e por quem Porto Alegre e
sua Região Metropolitana são
pensadas?*



Foto: Marina Trindade.

6

E aí a gente começa a ver quais são essas políticas que estão se instalando nos últimos anos. Tanto em Porto Alegre como na Região Metropolitana, começa a se falar em cidades inteligentes, começa a se falar sobre privatizações e cercamento de parques e praças, que são espaços públicos que deveriam ser de acesso a todos e não ser um espaço privatizado e restrito a poucos. Também estamos passando por um período, um ciclo de privatizações tremendo no Estado, assustador.... Em todas as esferas, tanto do transporte quanto do saneamento, quanto do fornecimento de energia.... alguns órgãos estão sendo encerrados, tão tendo suas atividades encerradas como é caso da Metroplan, que é um órgão foi criado na época em que a Região Metropolitana foi criada e funcionou muito bem para definição de diversos direcionamentos que deveriam ser dados ao longo dos anos para essa Região Metropolitana, que antigamente tinha 14 municípios quando foi fundada e hoje ela tem 34. E, sobretudo, so-

67

67

67

67

67

68 bre essa participação popular que Porto Alegre que já foi referência
68 como cidade democrática e referência mundial no Orçamento Parti-
68 cipativo, que foi criado aqui na cidade de Porto Alegre, e hoje o orça-
68 mento participativo ele tem tido cada vez menos participação popular.



Então esse é o cenário que a gente vê: desigualdade. Então essa desigualdade, ela reflete nesse espaço que está sendo reestruturado nessa Metrópole. O avanço da produção imobiliária em massa, restrita a poucos grupos, que é produzida para poucos grupos, criando uma ideia desenvolvimento. E as expansões desses programas, dessas produções imobiliárias para periferias ou áreas valorizadas com meu caso do Quarto Distrito aqui em Porto Alegre e a região na Mauá, que tem passado pelo Centro Histórico, tem passado por um processo dito de “renovação urbana”. Mas que no fim das contas ele tem o intuito muito mais de gentrificar e excluir mais ainda a população e tornar cada vez mais inacessível essa cidade para a maioria da população.

Nos últimos anos a política visa uma reestruturação socioespacial da metrópole com o **avanço da produção imobiliária** sobre novos espaços, criando novas fronteiras de desenvolvimento. Expansão para as periferias, avanço sobre as áreas rurais, ocupação de espaços antes desvalorizados, grandes projetos e programas de “renovação” urbana, **gentrificações**. (SOARES, 2022)



Foto: Nicolas Giacometti.

8

Bom, então essa Região Metropolitana hoje com 34 municípios, ela passa por diversos problemas sobretudo essa questão da mobilidade pendular. Qual é o transporte público que a gente tem hoje? Esse transporte público ele dá essa garantia de ir e vir dessas populações que moram, que trabalham e prestam serviços entre Porto Alegre e cidades vizinhas? O crescimento dos assentamentos precários, então a gente tem muita gente morando em condições de habitação em estado de insalubridade, com habitações uma questão muito delicada, o problema da habitação enquanto a gente tem trocentos, tem milhares de imóveis vazios para as pessoas que estão morando em condições inadequadas na Metrópole de Porto Alegre. Então a gente tem as questões ambientais também, que tem avançado, essas construções têm avançado e de interesse, a orla do Guaíba é uma delas, que tem avançado esses grandes empreendimentos. E a questão da infraestrutura básica essas cidades que não têm acom-

69

69

69

69

69

Eleições 2022 em perspectiva:

as desigualdades sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre

70 panhado esse crescimento e não tem tido um olhar conjunto sobre
70 todas essas políticas.

70

70

70

70

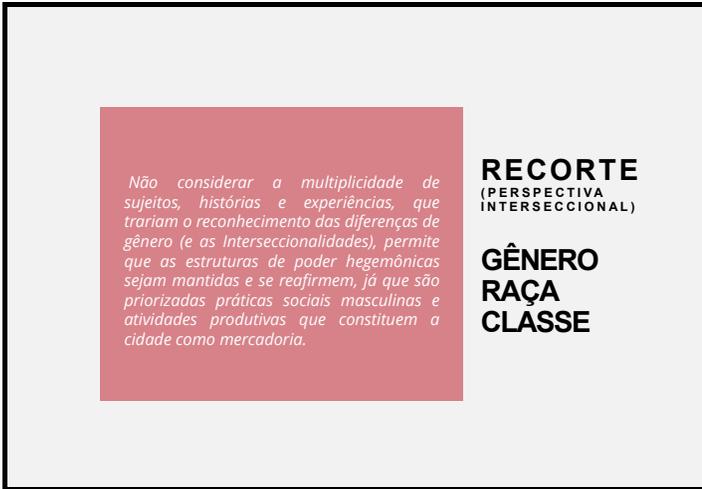
*"Hoje a RMPA conta com 34 municípios. Diversos problemas precisam ser tratados no âmbito metropolitano: a **mobilidade pendular** entre Porto Alegre e cidades vizinhas; o grande aumento dos **assentamentos precários** em diversos municípios, inclusive próximo de pequenas cidades de baixa densidade demográfica; as **questões ambientais** e de **infraestrutura básica**, que atravessam vários municípios e demandam um olhar do conjunto que participa desta realidade." (CAMPOS, 2022)*



Foto: Leandro Domingos.

9

Além disso, eu trago aqui que nessa Metrôpole em Porto Alegre, ela não tem tido um olhar muito voltado para questões de multiplicidade de sujeitos. Quando se pensa na cidade de Porto Alegre, e várias cidades no mundo e no Brasil, a gente pensa em cidades que elas não levam em consideração as diferenças de histórias e experiências, que trazem essas diferenças por gênero e raça, classe e orientação sexual, religião e acaba que mantém essa estrutura de poder hegemônica na cidade fazendo com que se reafirme. Quando a gente pensa nessa cidade, a cidade voltada para um sujeito universal, a gente pensa em uma cidade voltada para os homens, pessoas brancas e pessoas de classe média alta ou ricas.



Então a gente começa a pensar que é uma cidade que ela é constituída e pensada para poucos. E é uma cidade que por ser constituída e pensada para poucos, é uma cidade que ela é pensada também como uma mercadoria nessas políticas que avançam, essas políticas neoliberais e ultraliberais. Então quando eu falo que a cidade, que ela não é pensada por gênero, ela é pensada numa perspectiva desse sujeito universal. Essa cidade também não pensa na condição da mulher e nos equipamentos públicos que devem existir uma cidade para atender as mulheres.

71

71

71

71

71

72

72

72

72

72

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

SITUAÇÃO ATUAL

- *Extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres (2015)*
- *Casas-abrigo insuficientes (somente 14 em todo o Estado)*
- *Dos 34 municípios da RMPA, somente 8 contam com delegacias especializadas.*
- *Aumento dos casos de violência contra à mulher nos últimos anos, sobretudo na pandemia.*
- *Muitas mulheres permanecem em relações violentas por não terem para onde ir.*



Foto: Acervo Mirabal.

11

A gente pode ver isso, como por exemplo, quando em 2015, o governo Sartori extinguiu a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, a gente pode ver que as vítimas de violência elas... não tem abrigo suficiente, nem locais para elas irem com segurança para ficarem longe dos agressores. Porque só são 14 casas abrigo em todo o Estado do Rio Grande do Sul, para vocês terem uma ideia são 34 municípios, então não existe nem casas abrigo em todas as cidades da Região Metropolitana, quem dirá em todo Estado. E somente oito municípios da Região Metropolitana contam com delegacias especializadas de atendimento para mulher. Então, com esse aumento dos casos de violência, sobretudo depois do fechamento da Secretaria de Políticas Públicas, com o aumento dos casos na pandemia e sem políticos que efetivem e que procurem outras formas de enfrentar a violência, a gente vê que muitas mulheres permanecem nestas situações violentas

por estarem principalmente sobre condições de vulnerabilidade e não tem um local seguro, seja ele abrigo ou seja ele a garantia de um, uma moradia segura que ela não precisa sair correndo risco eminente de morte.

ONDE ESTÁ O ESTADO QUE DEVERIA PROTEGER AS MULHERES?

MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA RMPA.

Mês	AMEAÇAS	LESÃO CORPORAL	ESTUPRO	FEMINICÍDIO CONSUMADO	FEMINICÍDIO TENTADO
Jan/22	3.023	1.849	192	10	22
Fev. /22	2.772	1.636	150	9	22
Mar/22	2.845	1.568	189	7	15
Abril/22	2.402	1.408	193	9	18
Mai/22	2.179	1.175	181	10	22
Junho/22	1.996	1.107	140	10	15
Total	15217	8743	1045	55	114

Fonte: SSP/RS.

12

Só para vocês terem ideia, não quis nem trazer os dados comparativos entre os anos anteriores, eu peguei os mais atualizados que foram os últimos seis meses. E o que a gente vê é assustador na Região Metropolitana: 15217 mulheres passaram por situações de ameaça, somente nesse período, somente na região metropolitana; 55 mulheres foram assassinadas; e foram 114 mulheres que sofreram tentativa de feminicídio, foram vítimas de tentativa de homicídio; 1045 estupros; e 8743 mulheres foram vítimas de lesão corporal, ou seja, de violências físicas, sem falar da violência psicológica e outras formas de violência que não estão incluídas nesta tabela. Então são números assustadores, e, enquanto isso, o Estado não faz nada para

73

73

73

73

73

74 diminuir esses números.... São políticas que são insuficientes, são
74 muito, vamos dizer assim, muito discretas ou muito pequenas, não
74 efetivas no combate à violência.

74

74

74

A QUESTÃO DAS CRECHES

ALGUNS DADOS

- Somente na metrópole, o déficit de creches para crianças entre 0 e 5 anos é de 5,8mil (SMED, 2022)
- Em 2017, a região metropolitana de porto alegre possuía um déficit de 43.925 vagas na educação infantil entre 0 e 5 anos de idade (
- Mães solo acabam sem ter onde deixar os filhos quando precisam trabalhar.

O ESTADO QUER AS CRIANÇAS NA CRECHE OU NAS RUAS ?

Foto: Coletivo Las Mariposas.

13

Outra coisa que também faz com que essas mulheres permaneçam em situação de vulnerabilidade é essas mulheres não conseguirem trabalhar. E elas não conseguem trabalhar além da questão do desemprego, que tá muito alto, é a questão das creches. Muitas mães são mulheres que estão, são mães solas e elas não tem com quem deixar essas crianças, principalmente as crianças de 0 a 5 anos. Elas não têm com quem deixar, então elas não conseguem trabalhar porque elas precisam ficar com a criança. Então somente em Porto Alegre são 5800 crianças sem creche, esse dado atualizado desse ano, em 2017 eram 43.925 crianças que não tinham vagas em na Região Metropolitana. Então, é uma situação muito revoltante, ia dizer delicada, mas não, é uma situação delicada, muito revoltante que a gente tem que lutar para mudar.



Foto: Jornal A Verdade

14

Então agora eu trago um pouco das resistências e enfrentamento para mostrar que construir outra Metrôpole é possível, e construir outra Metrôpole a partir da luta das mulheres. Bom, e quanto a construir essa outra Metrôpole a partir da luta das mulheres eu venho falar um pouco da minha experiência no movimento de mulheres Olga Benário, que é um movimento que surgiu ali em 2011, o movimento no ano passado completou 10 anos de existência e foi na Conferência Mundial de Mulheres de Base realizada em Caracas na Venezuela.

75

75

75

75

75

76

76

76

76

76

MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO

O Movimento de Mulheres Olga Benário, é um movimento feminista classista/feminista marxista que surgiu em março de 2011, a partir da formação de uma delegação brasileira rumo à 1ª Conferência Mundial de Mulheres de Base, realizada em Caracas, na Venezuela. O movimento surgiu da necessidade de organização das mulheres brasileiras para lutar contra a violência, a opressão e a exploração da mulher e as injustiças existentes em nossa sociedade.



Foto: Página do Facebook, Mov. Olga RS.

15

Esse movimento surgiu da necessária organização das mulheres para lutar contra violência, a opressão, exploração e as injustiças existentes em nossa sociedade. E aí, essas mulheres quando se organizaram e começaram a fazer várias ações para tentar mudar essa realidade de violência a opressão, pensou em se ir além. E o que é ir além? É construir um espaço feito por mulheres, para mulheres e que seja um espaço de mulheres. Para que esses espaços sejam construídos para uma organização de uma luta e um espaço que as mulheres possam ser abrigada longe seus agressores e que elas possam estar seguras e recomeçar a sua vida de uma forma diferente porque elas estão realmente acolhidas e que elas entendam de onde é que vem essas opressões.

A CASA DE REFERÊNCIA MULHERES MIRABAL

A Casa de Referência Mulheres Mirabal, na cidade de Porto Alegre, surge em 25 de novembro de 2016, a partir da organização e necessidade de se criar um espaço seguro de mulheres, por mulheres e para mulheres, tendo em vista o aumento do número de casos de violência no Estado do Rio Grande do Sul - e a extinção por parte do Governo Estadual da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres. Trata-se da segunda ocupação feminista da América Latina, e que vem servindo de exemplo de atuação para outros movimentos feministas Brasil à fora.



Foto: Fabio Alt.

16

A Casa de Mulheres Mirabal foi uma casa que surgiu em 2016. Ela surgiu a partir da ocupação de um imóvel vazio no centro histórico e logo depois, depois de dois anos foi oferecido um imóvel no bairro São João, aqui em Porto Alegre, e esse imóvel nas negociações, depois, o Estado andou para trás e aí esse imóvel foi ocupado para garantir esse espaço já que ele foi oferecido e ele se tornou uma casa referência. Hoje não se fala em ocupação, mas sim em casa de referência dado que esse espaço foi oferecido e conquistado por nós.

77

77

77

77

77

78

78

78

78

78

A CASA DE REFERÊNCIA MULHERES MIRABAL

A Mirabal não só reivindica, como denuncia a ausência e a ineficiência do Estado na elaboração e efetivação de políticas públicas para as mulheres, como constrói outros caminhos possíveis para combater e encerrar ciclos de violências. Por isso, constitui-se como espaço possível de organização e formação política, coletivizando o trabalho reprodutivo como uma maneira de economizar no custo da reprodução e de criar uma rede de proteção contra a pobreza, a violência de Estado e a violência dos homens. (MARINHO; CARON, 2022)



Foto: Gabriela Traple

17

Então, essa casa ela não só reivindica, como denuncia a ausência ineficiência do Estado na elaboração de políticas públicas para as mulheres e constroem os caminhos possíveis para combater encerrar ciclos de violência. Então ele é um espaço que ele é aberto a infinitas possibilidades, tanto de organização e formação política, quando se pensa que na construção coletiva existe outra forma de tirar essa sobrecarga que existe hoje nas mulheres em trabalho reprodutivo e a sobrecarga de trabalho e responsabilidade que recai sobre nós, tanto de administração da casa quanto da gente tem que fazer tudo sozinha. E construir essa rede proteção contra a pobreza, a violência do Estado e a violência dos homens. É um espaço construída pelo pela mão de muitas mulheres e para muitas mulheres.

A LUTA POR CRECHES

Dia 1º de fevereiro foi escolhido como o Dia Nacional pelo Direito à Creche pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, com apoio da Unidade Popular, UJR, MLB e MLC.

Nesse dia, todos os anos, são realizados atos nas secretarias de educação por mais vagas nas creches que atendam a real demanda de vagas e que estejam em uma localização próximo ao local de residência ou de trabalho das mães.



18

Então dada a falta de vagas, o déficit das creches existentes tanto no Brasil, como aqui no Rio Grande do Sul e na região de Porto Alegre, na Região Metropolitana. Foi escolhido o dia primeiro de fevereiro como o dia nacional pelo direito à creche. E esse dia foi escolhido pelo Movimento de Mulheres Olga Benário... e existe o apoio de outros movimentos populares para essa luta. Nesse dia, todos os anos, são realizados atos na secretaria de educação. A gente conversa com várias mães nas comunidades, e aí fala quem não conseguiu vaga para seus filhos, a gente leva um documento e a gente protesta e leva essa demanda, para que você consiga essas vagas para essas mães que além de não conseguir, quando conseguem, muitas vezes essas creches elas não estão próximo ao trabalho, próximo à moradia das mulheres, o que dificulta o deslocamento para que elas consigam viabilizar essa vida cotidiana na cidade.

79

79

79

79

79

80
80
80
80
80

FORMAÇÃO POLÍTICA

Os espaços de formação política que acontecem na Casa tem o objetivo de gerar reflexões que façam as mulheres compreenderem que a origem das opressões e das violências advém do modelo de sociedade capitalista e patriarcal em que vivemos. Além disso, trazer a compreensão que só a luta coletiva torna possível transformar essa realidade.



Foto: Bárbara Rodrigues

A Mirabal também tem esse espaço formação política, que tem o objetivo de gerar reflexões para que que façam as mulheres compreender quais são as origens dessas opressões. E essas opressões desse modelo de sociedade capitalista patriarcal em que vivemos. E trazer essa compreensão de que só a luta coletiva pode transformar essa realidade. Essa foto aqui que eu trago é uma foto de uma formação que foi sobre as formas de enfrentamento à violência doméstica, foi uma psicóloga que foi dar, e daí a gente fez um ciclo de várias formações ao longo do primeiro semestre.

GERAÇÃO DE RENDA

O Quitutes Mirabal é um projeto de geração de renda da Casa de Referência Mulheres Mirabal, casa de acolhimento a mulheres vítimas de violência e seus filhos, surgindo da união da vontade de colocar na prática o aprendizado de oficinas culinárias oferecidas na Casa à necessidade de geração de renda para as mulheres participantes, objetivando tanto a emancipação financeira quanto a social.



Foto: Instagram Quitutes Mirabal.

20

Também temos projetos de geração de renda na casa. Um deles é o que Quitutes Mirabal que é um projeto voltado para a produção de quitutes, alimentos principalmente doces e salgados. E essas mulheres elas passam por capacitação para aprender a cozinhar ou melhorar o que ela já sabe fazer. E esses produtos são vendidos tanto em datas comemorativas, em campanhas específicas, como em feiras locais ou sob encomenda. E essa renda é revertida para que essas mulheres tenham uma alternativa para se manter e poderem sair da casa. O Quitutes Mirabal é importante dizer também que ele não é restrito somente para as mulheres que estão abrigadas ou acolhidos na casa. Como também é voltado para as mulheres que estão na comunidade do entorno, para mulheres que já foram obrigadas ou acolhidas pela casa, e é uma forma de emancipar essas mulheres para que elas têm o outro caminho e outras formas de gerar renda. Outra coisa também, que eu esqueci falar, é que a Casa Mulheres Mirabal hoje, Casa de Referência Mulheres Mirabal, ela se mantém única e exclusivamente por meio

81

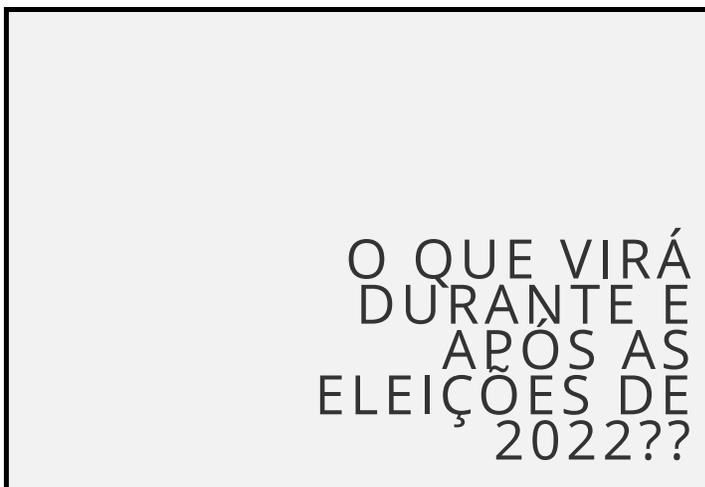
81

81

81

81

82 desses projetos de geração de renda, campanhas, editais e doações.
82 Então é uma forma de mostrar que com pouco a gente consegue fazer
82 muito e mesmo assim, é um espaço que ele sofre constantes ataques
82 e constantes ameaças de desmonte. E é uma política que ela tá sempre
82 em confrontos, sempre em conflito, e sempre estão tentando fazer
82 com que a casa seja fechada e que o serviço seja interrompido. Só que
82 muitas mulheres nunca tiveram a oportunidade de ter um lugar, como
82 a Mirabal, para serem abraçadas e acolhidas.



A política que é feita na Mirabal é bem diferente das casas-abrigos tradicionais. É uma política de acolhimento, abrigamento distinta porque as mulheres elas conseguem vislumbrar um futuro diferente. Não é só um lugar de passagem que elas vão ter três meses para passar ali e depois ela não sabe que vão fazer da vida. Então que eu trago aqui, é que a gente pense um pouco é o que virá durante e após as eleições 2022. Que cidade é essa que a gente quer construir? Quais são essas possibilidades e esses caminhos sobretudo

de participação popular dessa luta coletiva? Quais são as políticas e planos de governo que conseguem pensar em alternativas para combater essas desigualdades? Qual é, esses planos de governo que pensam a partir de uma perspectiva interseccional e pensam políticas para diminuir as igualdades, para diminuir a violência de gênero, para contemplar as crianças, as mulheres e todas as diferenças dessa multiplicidade de sujeitos que a gente tem na cidade.

OBRIGADA

Bárbara Rodrigues ☎ (84) 98103-5175
✉ barbara.rodm@gmail.com

Acho que é isso. Agradeço muito todos que escutaram até aqui. Qualquer dúvida pode chamar no chat, muito obrigada. Podem me chamar no e-mail ou no WhatsApp se quiserem qualquer coisa e é isso.

83

83

- 1 **Bárbara Rodrigues Marinho** possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2018). Atualmente está com mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR), na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É coordenadora da Casa de Referência Mulheres Mirabal e do Movimento de Mulheres Olga Benário.

83

83

83

Cristiano Schumacher¹

MNLM

Primeiro pedir desculpa pelo mal jeito assim, estar em duas atividades. Queria poder me dedicar mais aqui a atenção integral para o nosso painel aqui no Ciclo de Debates tão importante sobre desigualdades aqui na região metropolitana e sobre os desafios que são colocados no próximo período, tanto do ponto de vista da resistência que a gente vem estabelecendo nos últimos anos, historicamente, mas em especial nos últimos anos. E dos desafios colocados pela frente, né Bárbara? A gente fala de um lugar aonde a fome tem cara, ela tem estrutura, ela se reproduz de uma maneira muito rápida e ela impacta a vida das pessoas de uma maneira que muitas vezes é difícil você reverter de curto prazo.

O Movimento Nacional de Luta pela Moradia opera um território de total exclusão de direitos, ou ao contrário, de ausência de direitos. Aonde muitas vezes as pessoas não tiveram acesso ainda há direitos que já estão estabelecidos há muito tempo. Então há todo um processo desde construção da luta pelo tudo que é básico, quando a gente fala do tema da reforma urbana nós estamos falando do tema de um abrigo, de um espaço para morar, de um espaço onde possa se desenvolver nesse conceito que a gente desenvolveu de humanidade, de viver em cidades, de uma cidade que permita o seu desenvolvimento. E o que a gente vê são as políticas públicas e o interesse econômico operando para cada vez mais as políticas pú-

86 blicas sendo destruídas e o poder público operando para garantir os
interesses dos grandes capitalistas, do sistema financeiro. E é isso
86 que explica um pouco da natureza para segregação das cidades, por
exemplo, colocado no tema ali que eu tive anteontem fazendo uma
86 assembleia na ocupação Zumbi dos Palmares ali na Farrapos, dos
que tão no olho do furacão da ideia de projeto do Quarto Distrito de
86 Porto Alegre. Que é uma limpeza das pessoas, retiradas as pessoas
mais pobres, uma limpeza de classe e a colocação naquele território
86 por conta dos seus atributos, com muito investimento público,
isenção fiscal, de um modelo de desenvolvimento daquele território,
daquele espaço que excluí completamente os trabalhadores mais
pobres e as populações que moram naquele território. Então esta
é uma realidade da luta por moradia, de quem vive bem no centro
da cidade. Agora existe uma outra realidade de pessoas que vivem
em áreas extremamente precárias, em áreas ocupadas, em vazios
urbanos e elas resistem ali muitas vezes sem água, sem luz e nos
últimos anos inclusive sem comida. Então esse é o ambiente da
onde eu falo, assim, um ambiente de muita resistência. Aonde as
pessoas como eu falava no início ainda buscam direitos fundamen-
tais, aonde nem aqueles direitos mais consagrados na Constituição
como saúde, educação ainda não chegam na sua plenitude, muito
longe da sua plenitude.

talvez o senso vá nos mostrar agora o que foi no estrago nesses últimos anos. Quando nós vemos os dados da escolaridade, os dados da fome, os dados da renda do povo brasileiro. A situação, e eu milito no movimento Nacional de Luta por Moradia pelo menos 24-25

anos, desses 30 anos de movimento nacional, nem na pior fase, nem no período ali Sarney para Collor, Fernando Henrique, nem nesse período o povo teve tanta necessidade. A total ausência de política pública, seja no que diz respeito.... Porque às vezes falar aqui de São Leopoldo é falar de uma experiência, não é uma ilha, nem um oásis, é uma experiência diferente. Mas, grosso modo não existe nenhuma política pública de combate à desigualdade, de redução de pobreza, só o auxílio de renda ele não resolve o problema por um todo. Ele salva a pessoa emergencialmente, mas ele não muda as condições, ele não cria estruturas e nem políticas que garantam que a pessoa possa sair da miséria, se estruturar, se organizar, se preparar e passar a operar uma outra dimensão de reorganização da sua vida. De estar morando numa casa com dignidade, estar morando no território que está adequado, que tem água, que tem luz, que tem saneamento, que tem energia elétrica para que ele possa pensar em organizar sua vida, estudar, pensar numa forma de trabalho que permita uma apropriação melhor da renda e o desenvolvimento econômica naqueles territórios.

Então eu falo desse lugar, de total precariedade e de ausência de políticas públicas. E o povo vem criando formas de resistência com muita dificuldade. São trabalhadores e trabalhadoras que em muitas vezes, hoje uma boa parte deles não conhece o mundo da fábrica. São trabalhadores precarizados, que trabalham de bico e tem salário eventuais. Que trabalharam muito durante um período da geração que já está na fase dos seus 40 anos, na construção civil, e muitas vezes não apostaram nas questões de educação por mais que te-

87

87

87

87

87

88 nham aumentado os cursos técnicos, ReUni, ProUni e a ampliação
das universidades. Isso não é a realidade para grande parte da clas-
88 se trabalhadora de onde eu falo, daquele ambiente daqueles que
não tiveram acesso à seus direitos. Então esse é um ambiente em
88 que as pessoas têm produzido muito, principalmente no último pe-
río-
88 do durante a pandemia. De resistência à despejos, de construção
de alternativas de alimentação sem apoio do estado. Algumas cida-
88 des como São Leopoldo até tem algum apoio, mas a grosso modo
ele é realizado com uma solidariedade entre as pessoas, entre as
organizações, com muito pouco apoio do poder público.

Não há nenhuma iniciativa de geração de trabalho e renda. No Es-
tado do Rio Grande do Sul já teve lá atrás, no governo Olívio Dutra,
um programa Família Cidadã, programas que era um pouco mais
estruturantes, fomento ao cooperativismo, da recuperação de em-
presas falidas para autogestão. Nós precisamos pensar um conjunto
de políticas, não só de direito à terra, mas de direito a se desenvol-
ver na cidade, isso tem a ver com a economia da cidade. Não dá
para pensar apenas na regularização fundiária sem ela ser plena:
ter água, luz, esgoto, investimento de serviços públicos fundamen-
tais, garantir que as pessoas tenham escola perto de casa e princi-
palmente possibilidade de se desenvolver economicamente nesses
seus territórios. As experiências simplesmente de produção habita-
cional, aqui na região metropolitana, elas resolveram o tema do teto,
mas elas não resolveram o problema da exclusão social, elas não
resolveram o problema da exclusão territorial. Elas precisam superar
a ideia de apenas a produção habitacional ou a realização da in-

fraestrutura dos territórios. As políticas de desenvolvimento, de combate às desigualdades urbanas, elas precisam ser vistas de maneira integral. Que articule a assistência social ao um desenvolvimento econômico, cultura, educação, saúde, com acesso à terra urbanizada, a produção da moradia. Na produção da moradia há experiências extraordinárias de auto-gestão por cooperativas que apropriam renda na comunidade, desenvolvem os comércios locais.

Nós precisamos pensar uma outra alternativa também. A gente veio de um local de resistência, mas também de leitura de uma experiência de governo progressista, de governo de esquerda ou de centro-esquerda, como quiserem nomear. Que criou o Ministério das Cidades, que criou o Conselho Nacional das Cidades, que pensou em políticas públicas muito bem desenhados. Mas, que infelizmente, por uma contingência da política, e essa é uma crítica e um debate que a gente precisa fazer, ele foi alterado totalmente e passou a ser um ministério que operou com programa anticíclicos e com investimentos públicos em larga escala para mexer na economia. Assim foi o PAC, assim foi as obras da Copa, assim foi Minha Casa Minha Vida. Resolveram problemas históricos, aonde eu moro, a ocupação da Nova Santa Marta em Santa Maria que lá no interior do Rio Grande do Sul, não onde eu tô agora, agora estou aqui em São Leopoldo. Mas aqui em São Leopoldo também tem experiências dessas no Arroio Manteiga, na Santa Marta, tem em Porto Alegre, tem em Sapucaia, tem em Esteio com as obras do PAC, com a Minha Casa Minha Vida. Isso resolveu uma boa parte dos problemas, mas isso não mudou estruturalmente

89

89

89

89

89

90 Então a gente precisa pensar... de maneira mais integrada o que é
o combate às desigualdades no território do meio urbano. Pensar
90 em políticas mais... com uma visão mais larga. Que permita pensar
a produção do território, o seu desenvolvimento econômico, desen-
90 volvimento das pessoas nesse território. É muito difícil. Essa é uma
análise crítica que eu faço assim, nós investimos muito e pesado,
90 no governo Lula e Dilma investimos pesado no PAC, investiram pe-
sado por mais que a gente sempre exigiu muito mais. Para nós teria
que ser pelo menos cinco vezes mais do que foi investido, mas foi
investido bem diferente dos outros e isso por si só resolver parte do
problema, não resolveu todo o problema. Hoje essas famílias que
são assentados ou que estão em áreas urbanizadas convivem com o
problema do desemprego, da falta desenvolvimento econômico nes-
ses territórios. Todo mundo fica tentando se virar, abre uma serra-
lheria aqui, aí quando ela começa a crescer ela tem um problema de
conformidade com o plano diretor. Pensa em um comércio aí cada
esquina tem uma dificuldade, não se tem corredores comerciais nes-
se território, não tem áreas mistas que pensem a iniciativas de eco-
nomia popular, com algum impacto ambiental que permita ter essa
moradia e ter essas áreas de produção. Ai tu precisa pensar muito
mais o desenvolvimento dos territórios para efetivamente combater
a segregação e a exclusão social e territorial aqui no Estado.

O que a gente vive hoje, aí eu vou concluir falando isso para quem
está acompanhando com nós, é uma situação extremamente dra-
mática. Hoje voltar 20 anos atrás na Criação do Ministério das Cida-
des, das primeiras políticas do programa de erradicação de favelas,

do Fome Zero. Depois da sua elaboração com programas de maior investimento, talvez não da mesma forma, mas de maior investimento como o PAC e o Minha Casa Minha Vida é falar que voltar 20 anos atrás e fazer uma revolução, é voltar a ter política habitacional. Só talvez desenhar ela, as políticas de desenvolvimento urbano e de combate à desigualdade nas metrópoles, nos grandes centros urbanos, na cidade de médio porte que hoje também sofrem o seu crescimento. Tem um dado que fala que mais 10% , quase 23% dos municípios brasileiros diminuíram a população. Se a gente for olhar agora aqui no Rio Grande do Sul depois que saiu os dados do IBGE, nós vamos perceber também isso. Quanto maior foi a falta de emprego na cidade do interior, mais gente veio aqui para região metropolitana, isso não para de crescer. As pessoas em uma condição de desemprego, sub-emprego, sabe? A uberização, aqueles que estão nos aplicativos muitas vezes são os mais, os mais bem empregados nas comunidades da periferia aqui da região metropolitana. Que muitas pessoas passam as vezes a semana toda atrás de um biscate para cortar uma grama, para pegar um serviço de carpinteiro, para ajudar a operar numa obra. Então a gente precisa pensar em outra dimensão. Em uma ideia de políticas públicas que possam pensar a integridade, o acesso ao território, urbanizado, com infraestrutura, a sua urbanização, a sua regularização fundiária ou a produção habitacional nesses territórios. Precisa estar conectado com temas da alimentação, do direito à alimentação, do desenvolvimento econômico, da assistência social, da educação, da saúde e da cultura. Esses são elementos fundamentais para que a gente possa efetivamente combater as desigualdades urbanas e começar a combater a

91

91

91

91

91

92 extrema pobreza, a miséria. A situação em que nosso povo foi jogado
92 aí hoje no Estado do Rio Grande do Sul e no país, parece... Talvez quem
92 esteja assistido às vezes não tenha essa dimensão, mas a gente vai
92 aprendendo durante a pandemia que tinha que brigar e lutar na justiça
92 por água potável, porque as pessoas pudessem lavar as mãos. O movimento
92 sempre brigou por isso, ia lá e fazia gato de luz e brigava com a concessionária
92 de água, e dava um jeito, botava uma caixa d'água e nós estamos brigando
92 judicialmente por exemplo na cidade de Passo Fundo com a Corsan para garantir
que as pessoas têm água potável. Não tamo falando de uma população que
acessa seus direitos, nós estamos falando de uma população que nos últimos
dois anos os movimentos populares tem trabalhado incessantemente para
garantir alimentação, para garantir um mínimo de renda.

Eu lembro da primeira plataforma que nós apresentamos lá no início da
pandemia, apresentamos ao congresso nacional, apresentamos para a sociedade
que dizia comida na mesa, vacina, renda, despejo zero. E, bom, a gente vem
resistindo nesse contexto. Agora a realidade é essa, hoje as pessoas vivem na
extrema precariedade, agarradas nos últimos anos à lutas fundamentais como
ter água, ter alimentação, não ser despejado. Tanto aqueles que estão em áreas
ocupadas como aqueles que estão em conjuntos habitacionais, que muitas vezes
são pressionadas pelo corte da luz elétricas, que é um tema que a gente precisa
discutir, é insustentável um país tem um sistema de energia elétrica privado,
a conta tá vindo agora. Não dá questões como água, energia elétrica, combustíveis,
território são

questão de soberania nacional e precisam estar na mão do controle do Estado. A gente urbaniza as áreas, comemora o dia, briga a vida inteira para sair da escuridão, briga a vida inteira para ter abastecimento de água e luz. E aí, quando chega os equipamentos públicos na urbanização nosso povo é expulso porque ele não conseguiu se desenvolver economicamente dentro de um processo porque não teve política e planejamento para isso. E vem as grandes empresas, as multinacionais do sistema elétrico e começa a pressão, corte de água..... se passar a privatização da Corsan que não tem aí como São Leopoldo e Porto Alegre, elas vão vir também depois junto. Mas se passar a privatização da água esse outro tema gravíssimo. Mas hoje vem, corta a luz, gera uma multa altíssima, quem tá morando em condomínio fica com dívida com seus vizinhos por causa do condomínio também e muitas vezes as pessoas queimam esse único ativo elas conquistaram, que deveria ser um bem de uso acaba virando um bem de valor, de troca elas trocam por um pouco de dinheiro e outra moradia em algum lugar precário para sobreviver mais algum período. E isso não pode acontecer mais, nós precisamos pensar, pensar uma política de reforma urbana, de acesso à cidade, que responda a esses itens que vão aí é do acesso à terra urbanizada, da produção habitacional e do desenvolvimento das pessoas nesse território. E para isso precisa ter recurso público, tem que ter investimento público do governo federal, dos estados e dos municípios.

93

93

93

Uma outra superação que a gente precisa fazer, e essa era a reunião que eu tava aqui do lado, cobrando da fundação Perseu Abramo aprofundamento do tema do programa de governo do Lula com vá-

93

93

94 rios movimentos aqui nessa outra sala. É justamente isso, é quanto e
o que o programa de governo que está sendo elaborado pensa para
94 resolver um plano emergencial de atendimento às comunidades pe-
riféricas. Do ponto de vista do seu desenvolvimento econômico e
94 social, da renda, da possibilidade de trabalho, das mais de 123 mil
94 famílias que estão ameaçadas de despejo no país. Só a produção
habitacional dessas famílias tem um orçamento superior a 12 mi-
lhões de reais. E se nos fomos falar em atender com urbanização
94 apenas os 10% das famílias que que hoje, segundo o IBGE, a Funda-
ção João Pinheiro, não tem pelo menos um dos itens mais básicos:
saneamento, infraestrutura... nós estamos falando de 13 milhões de
unidades, 10% disso é um milhão e 300 mil unidades. O investimen-
to desses não baixa de R\$10.000,00 por família, então a gente está
falando de mais 10, de mais 13 bilhões de reais. Nós chegamos rapi-
damente a uma conta de 60 bilhões de reais, e a gente quer saber
da onde vai sair essa conta para atender emergencialmente o povo.
Retomar o Minha Casa Minha Vida facha 1, uma produção parecida
do que foi entre 2010/2011, retomar as terras da União e as terras
que são dívidas, que a gente vê muito aqui na região metropolitana.
Empresas abandonadas, massas falidas, áreas que estão penhora-
das e que ficam 20-30 anos ali apenas acumulando valor para um
dia alguém especular. Nós queremos que sejam essas áreas possam
ser apropriadas pelo Estado, distribuídas a partir de um sistema de
desenvolvimento urbano, do Conselho Nacional para que a gente
possa produzir moradia nessas áreas. Produzir moradias consor-
ciadas, combinadas com a ideia de trabalho, que as pessoas têm
acesso a esse monte de prédio abandonado que tem no centro de

Porto Alegre, em várias cidades da região metropolitana. Para que elas possam morar próximas ao centro, tá aí.... Acho que tem alguns exemplos muito, muito simbólico disso. Nós ainda conseguimos escapar e garantir que o patrimônio da União ainda no governo Dilma passasse o prédio da Vinte de Novembro na Barros Cassal para a cooperativa Vinte de Novembro pelo movimento nacional e por isso as família estão lá até hoje.

Mas o que aconteceu por exemplo na Lanceiros Negros, aonde o Governo do Estado simplesmente reintegrou pôs mais nada, tá ali vazio. Ou o prédio da Sarai que também foi abandonado, o governo Estado simplesmente.... ele estava desapropriado no governo Tarso, entrou o governo Sartori, se eu não me engano, e não se quitou aquilo, foi abandonado e o proprietário retomou. Então a gente precisa ter políticas com continuidade. Aí eu termino falando isso, a gente do movimento aprendeu a estar com um olho em cada coisa, né? Então a gente está sempre na luta popular, na organização popular, organizado as comunidades, organizando cozinhas comunitárias, organizando experiências de cooperativas, geração de trabalho e renda, de cooperativas habitacionais. A gente tem que aprender e participar com mais pressão nos conselhos, nós temos que lutar para que tem a governança participativa e não só conselho de participação. É absurdo o que aconteceu na Copa do Mundo, é um absurdo acontecer nós obras do PAC que não tiveram conselhos gestores, que as comunidades pudessem interferir mais, as pessoas foram removidas, os projetos não deram todos eles muito certo. Mas foi as maiores obras de infraestrutura do país viu nos últimos 20-30 anos e foram os maiores programas habitacionais para famílias de baixa renda

95

95

95

95

95

96 que a gente viu. Agora a gente tem que olhar com uma análise crítica,
96 pensar esse outro viés do desenvolvimento econômico das pessoas
96 nesses territórios e pensar que o combate à desigualdade no meio urbano,
96 a desigualdade nas cidades ele é bem mais profundo que apenas isso. Mas a gente
96 pode transformar cidades e espaços mais permeáveis à pressão popular e com
96 isso garantir um pouco mais os interesses do povo e o seu desenvolvimento
96 nesta disputa permanente. Eu termino falando isso. Ontem a gente fez aquela
96 assembleia lá na ocupação da Farrapos. Que poder tem as duas mil famílias
96 que moram no quarto distrito, 2000-3000 família, 15-20 mil pessoas que moram
96 em ocupações naquele território? Ontem o poderio econômico da Prefeitura de
96 Porto Alegre com os interesses do capital financeiro querem transformar aquilo ali
96 em uma Dubai do Rio Grande do Sul. Então a gente precisa se organizar muito. E aí
96 tá tem um olho na organização popular e um olho na luta institucional, interferir
96 sobre os partidos, brigar com eles, brigar com os governos, ter consciência política,
96 discutir com o nosso povo quem atende mais os nossos interesses. E mesmo com
96 esses, permanecer com a guarda erguida e com a pressão permanente do povo para
96 que a gente possa avançar. Registrar talvez que as pessoas possam aprofundar
96 seu olhar como experiência, as missões humanitárias contra os despejos, a
96 Campanha Nacional Despejo Zero Ela mostrou a ponta, a ponta de um problema.
96 A segregação e a exclusão, a miséria nas cidades ela aumentou de maneira
96 extraordinária. É que às vezes as pessoas elas andam em um circuito só na sua
96 vida: da casa para o seu ambiente de trabalho e em alguns poucos lugares onde
96 consome, mas quando as pessoas param para andar na cidade, para poder andar
96 nas periferias da cidade, elas vão ver que aquele fenômeno

no que elas veem ali no centro da cidade as pessoas morando na rua ele é só, ele é aquele percentual mínimo das pessoas que não teve onde mais se agarrar e foi para rua. A grande maioria tá se agarrando aí na sub-habitação, habitação precária, morando mal, morando de favor, morando em territórios que não deveria ter uma moradia, que deveria ser preservado ambientalmente, morando muitas vezes sem condições mínimas de habitabilidade. Mas pessoas vão tentando resistir, seja nas ocupações organizadas ou seja nas ocupações que acontecem espontaneamente, que o povo vai chegando e vai se aglutinando ali. A pessoas têm lutado por coisas básicas como eu falei, por garantir alimentação, por garantir água potável e por garantir para que não sejam despejadas.

A gente precisa lutar muito para que no próximo período abra uma outra janela no país, onde o estado volte a ter investimento, onde o estado seja mais permeado as políticas públicas e a democracia para que a gente possa ir empurrando, com o pé na porta lá com Lula , para que as coisas irem avançando, para que a gente possa consolidar políticas de Estado e que digam respeito ao direito da cidades. Digo o respeito ao direito ao desenvolvimento das pessoas na cidade. Era isso Marilene, por enquanto.

97

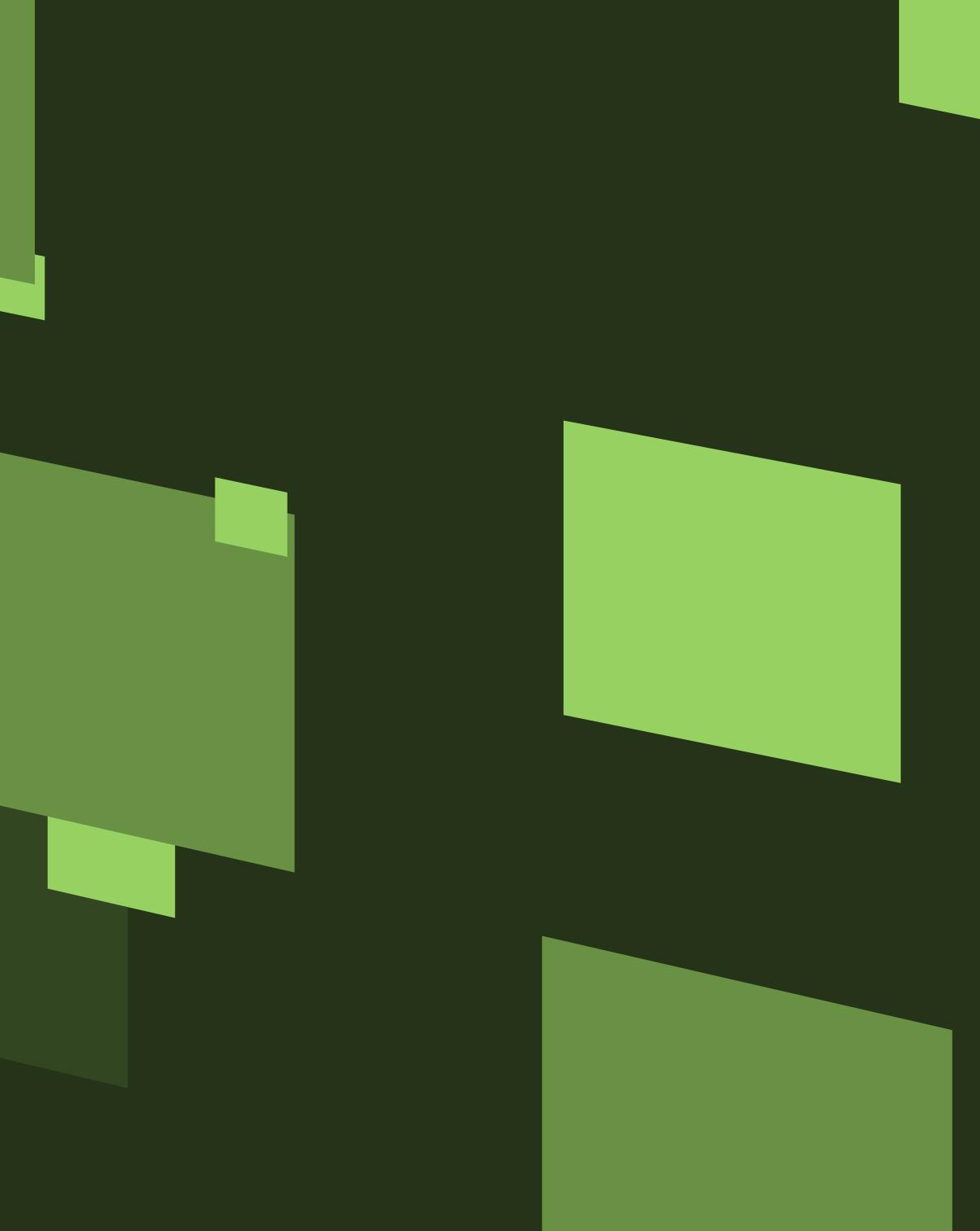
97

97

- 1 **Cristiano Schumacher** foi assessor da Secretaria Especial de Habitação do Rio Grande do Sul e diretor de Segurança Alimentar da Prefeitura de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Atualmente, é dirigente estadual do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM do Rio Grande do Sul.

97

97





**Cenários das
desigualdades e seus
determinantes na
Região Metropolitana de
Porto Alegre ([link](#))**

Prof. Dr. André Ricardo Salata¹
PUCRS

Vamos lá. Olá, pessoal, muito boa noite a todas e todos. Um prazer estar nesse evento aqui hoje, para conversar um pouco com vocês sobre temas que me interessam bastante. Uma felicidade estar aqui acompanhada da Paola, do Anderson, nessa sessão. Então, agradeço o convite e parabenizo a Unisinos pela organização do evento e peço para o Lucas, por favor, compartilhar os slides. Obrigado, Lucas.

Cenários das desigualdades e seus determinantes na Região Metropolitana de Porto Alegre

Prof. Dr. Andre Salata (PUCRS)

SLIDE 1

Bom, gente, o que eu vou fazer é falar um pouco sobre a questão da desigualdade no Brasil e na Região m Metropolitana de Porto Alegre om foco no que tem acontecido mais recentemente. Então eu vou seguir o seguinte roteiro aqui nessa minha fala. Primeiro eu vou comentar um pouco sobre a relevância da desigualdade para a gente

102 pensar a questão social no Brasil e nas nossas grandes cidades, de-
102 pois eu vou contextualizar o cenário das desigualdades no país, até
102 muito recentemente. Afinal, o que acontece na nossa região metro-
102 politana de Porto Alegre se dá dentro de um contexto nacional mais
102 amplo, que tem muita influência sobre o que está acontecendo aqui
102 ao nosso redor. E depois, então, eu vou entrar mais especificamente
102 nos dados da Região Metropolitana de Porto Alegre, mostrando o
102 que aconteceu em termos de desigualdade, recentemente. Aí depois
quando eu quero ouvir né ... já ouviu o Anderson, quero ouvir a Pa-
loma, e aí depois a gente troca algumas ideias que eu acho que é o
que é mais interessante aqui, nesses eventos, né?

Roteiro:

- i. Introdução
- ii. Contexto nacional
- iii. RMPOA na pandemia

SLIDE 2

Bom, eu sempre gosto de começar falando um pouco do porquê é importante a gente se preocupar com a questão das desigualdades. E tratar disso é relevante porque nos últimos anos no Brasil, houve uma espécie de um resgate, eu diria, no debate público de algumas

ideias antigas, diria até ideias retrógradas, de que a desigualdade não seria uma questão central, ou seja, não seria algo que a gente devia se preocupar, que o importante é o crescimento econômico e ponto. Agora, por outro lado, também dentro da área de humanidade, na academia, a gente costuma comprar a igualdade como um valor, de cara, e como ideal a ser seguido, assim, a gente pensa muito a respeito. E por mais que a gente possa se comprometer do ponto de vista normativo com a questão da igualdade. No debate público, é preciso, é muito necessário, a gente ter argumentos mais sólidos do porque reduzir a desigualdade é um objetivo relevante.



FOLHA DE S.PAULO
★★★

to eleições 2018 cabatinas entrevistas com pré-candidatos entrevista da 2ª folha 97

Ainda pior do que a desigualdade no Brasil é a pobreza, diz João Amoêdo

Para o candidato, que declarou patrimônio de R\$ 425 milhões, riqueza é indicador de capacidade

UMA PONTE PARA O FUTURO

Brasília, 29 de outubro de 2015.



0 (zero) menções à palavra "desigualdade", seus derivados ou similares;

103

103



Bom, do ponto de vista mais objetivo o que os trabalhos empíricos e análises, na experiência, análises já realizadas mostram aqui, até certo ponto, e grifem e gravem o “até certo ponto”. A desigualdade ela poderia trazer consequências interessantes para a sociedade. Por exemplo, fornecer incentivos para inovação, para qualificação

103

103

103

104 para o esforço individual, e assim por diante. Eu sempre gosto, por
104 exemplo, quando eu vou dar um curso de desigualdade para os alu-
104 nos, eu gosto de começar perguntando se eles concordariam que
104 professores de Ensino Fundamental tivessem salários maiores. E aí,
104 normalmente, eles concordam que parece algo muito justo. Só que
104 como os professores de Ensino Fundamental eles têm um salário
104 aí próximo da média, aumentar esse salário significaria necessaria-
104 mente aumentar desigualdade. Então, esse é um exemplo, um bom
exemplo, de que nem toda a desigualdade é perversa. Que a ques-
tão é muito mais o tipo de desigualdade que a gente tá falando e
o nível, principalmente o nível de desigualdade. E aqui eu vou me
referir nessa minha apresentação principalmente, especialmente, na
questão do nível das desigualdades, ok? E nesse aspecto, quando a
gente fala do nível das desigualdades, a verdade é que a maior parte
dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento e dos países
latino-americanos e o Brasil, em particular. Eles já passaram muito
desse ponto onde a desigualdade ela pode ser interessante. E aí é
onde os problemas começam a aparecer porque a partir de determi-
nado nível a gente sabe que as desigualdades elas começam a ter
consequências muito negativas para a sociedade.

Eu vou listar algumas dessas consequências que eu coloquei aqui
nesse slide. Então a gente sabe que a desigualdade ela cria barreiras
dos talentos individuais. Então pensem nos milhares de jovens
talentosos que o Brasil desperdiça a cada geração, basta dizer que
hoje no Brasil 44% das crianças até 5 anos de idade, ou seja, as
crianças que estão na primeira infância, elas estão em domicílios

que seriam considerados pobres de acordo com os padrões do Banco Mundial, e 12% estão em domicílios que seriam considerados extremamente pobres. Como é que essas crianças vão competir pelas oportunidades abertas pela sociedade brasileira com os filhos dos estratos mais altos? Então por mais que elas se esforcem, por mais que sejam talentosas, elas vão ter muita pouca chance de aproveitar essas oportunidades. Em termos econômicos o nome disso é desperdício de capital humano, que vai trazer prejuízo não só para essas gerações, para essas crianças, para esses jovens, mas para a sociedade como um todo. Um outro ponto que a desigualdade traz problemas para a sociedade, é o fato de a desigualdade prejudicar o próprio crescimento econômico. Que é algo que até o FMI e Banco Mundial já reconheceram, que eu diria que são instituições que estão acima de qualquer suspeita a esse respeito. Como coloca o Stiglitz, vocês devem conhecer o Stiglitz, Nobel de Economia. Um dos principais livros, um dos livros mais conhecidos dele, ele vai dizer que “dinheiro a mais na mão dos mais pobres vai movimentar a economia, dinheiro a mais na mão dos super ricos vai ser a renda pros próprios super ricos”.

Um outro ponto, é que a gente sabe que a desigualdade ela cria instabilidade política. Então vide a história recente, veja a história recente da América Latina que a parte mais desigual, é o pedaço mais desigual do planeta. Então 2013 no Brasil, 2019 no Chile, 2021 na Colômbia, a gente tem uma série de episódios de instabilidade política, a gente sabe que existe uma correlação entre estabilidade política e nível de desigualdade. Um outro ponto que está conectado com o Anderson, com o que ele tava falando. É que a gente sabe

105

105

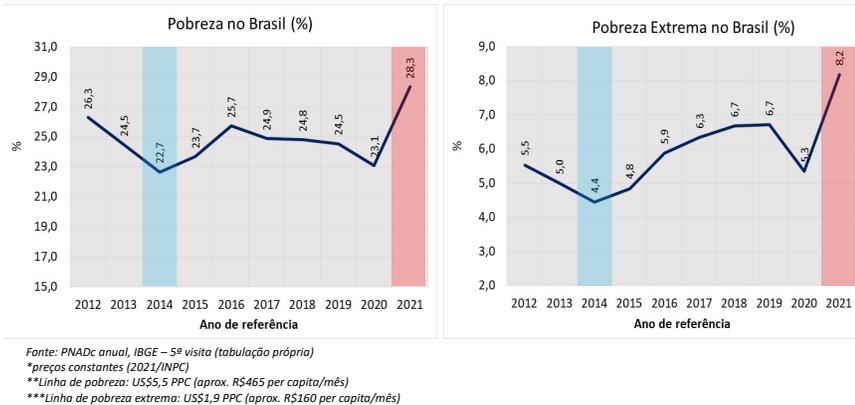
105

105

105

106 que a desigualdade também permite a concentração de recursos e
106 a concentração de poder na mão de pequenos grupos sociais que
106 se tornam capazes de direcionar as ações e as verbas do Estado aos
106 seus interesses. Então isso nas nossas grandes cidades. Isso vai ser
106 traduzido no descaso dos governos, das prefeituras, com as áreas
106 periféricas, então basta lembrar que quase metade dos brasileiros,
106 eles ainda não têm acesso ao saneamento básico, por exemplo. Em
106 oposição à atenção, aos investimentos dedicados aos locais de mo-
radia dos estratos mais altos. Então pensem na diferença, trazendo
para a nossa realidade. Pensem na diferença de infraestrutura de de-
senvolvimento, perdão, de investimento que a gente enxerga entre
bairros como Moinhos de Vento de um lado e a Restinga de outro.
O que é isso? É desigualdade de poder, né, são diferenciais de po-
der que os moradores do Moinhos e da Restinga tem para chamar
atenção e para atrair os investimentos do poder público, demandar
investimentos do poder público.

E finalmente, esse é o ponto que eu quero me concentrar mais aqui
hoje, daqui para frente. A desigualdade, a gente sabe, é uma das
principais causas, é uma das grandes causas da pobreza no nosso
país. E pobreza é algo totalmente indesejável, pobreza significa que
você tem uma parcela da população que não vai ter a oportunidade
de desenvolver plenamente as suas capacidades. Isso é mau negó-
cio. Não importa qual que é a sua posição ideológica, não importa
qual que é a sua posição política.



SLIDE 5

E aí, bom, vejam como que a pobreza no Brasil aumentou e aumentou muito, recentemente. Aqui a gente tem as taxas de pobreza e de extrema pobreza para o Brasil nos últimos anos, a discussão acadêmica na sociologia, na economia, sobre como definir, como mensurar a pobreza é muito grande. Eu não vou ter tempo de entrar nela, vou ser bastante pragmático aqui. Então eu tô falando de pobreza monetária, e eu tô utilizando linhas de pobreza recomendadas pelo Banco Mundial, e utilizadas pelo Banco Mundial, que também hoje são muito usadas pelo IBGE nas suas publicações.

107

107

O que a gente vê nesses dois gráficos, eu destaco o seguinte: primeiro já havia um aumento grande da pobreza entre 2014 e 2016, e da extrema pobreza entre 2014 e 2019, ou seja, essa crise social, que a gente tem falado tanto hoje no debate público ela não começa na pandemia, mas ela se agrava na pandemia. E o segundo ponto é

107

107

107

108 justamente esse, a pandemia faz a pobreza dar um salto muito grande em 2021, como vocês podem ver na parte final do gráfico, dos
108 dois gráficos que eu tô destacando aqui em vermelho. Em 2020 há inclusive uma redução da pobreza, da extrema pobreza, isso aqui é
108 efeito daquele auxílio emergencial de R\$ 600,00, a primeira leva do auxílio emergencial de R\$ 600,00 para mais de 60 milhões de famílias. Eu vou voltar a esse ponto depois, ele é super importante para a
108 gente entender o que tá acontecendo atualmente. Ou seja, a gente já vinha numa maré muito ruim desde aproximadamente 2014 e em cima disso vem a pandemia e joga a taxa de pobreza e de extrema pobreza lá para cima. Então só para vocês terem uma ideia entre 2014 e 2021 o número de pessoas em situação de pobreza no Brasil sai de 45 milhões e vai para 60 milhões. E o número de pessoas extremamente pobres sobe de 8.9 milhões para 17.3 milhões. É muita, muita coisa né pessoal?

Bom, por que que a gente tem no Brasil uma taxa de pobreza tão elevada? E por que que essa taxa cresceu tanto nos últimos anos? Essas perguntas, claro, elas poderiam render e elas rendem algumas teses, algumas dissertações, mas assim, olhando no nível mais macro, olhando no nível mais geral e simplificando bastante as coisas. Há basicamente dois fatores que vão condicionar né a taxa de pobreza de um país, ou de uma localidade como uma região metropolitana. Primeiro fator vai ser o volume de recursos que aquele país ou que aquela localidade tem, que a gente normalmente mede pelo PIB per capita, ou então pela renda média, ou o que for. E o segundo fator vai ser a maneira como aquela sociedade distribui os recursos que

ela tem, que é o que a gente chama de desigualdade. Então a gente tem países com taxas de pobreza elevada, muitas vezes porque são países pobres, com poucos recursos. É o caso, por exemplo, de muitos países africanos, em especial da África Subsaariana. E você tem países com renda média e média alta e com uma taxa de pobreza também alta não porque eles têm poucos recursos, mas porque eles distribuem muito mal os recursos que eles têm, que é o caso de boa parte dos países latino-americanos e o Brasil sem dúvida nenhuma está nesse grupo. A gente teria o volume de recursos suficientes para a gente ter uma taxa de pobreza muito menor, o problema é que a gente distribui muito mal os recursos que a gente têm.

Agora, dados esses dois fatores que eu citei, volume e distribuição de recursos. Se eu tenho um cenário como o cenário da pandemia onde a gente teve uma queda forte da renda, ou seja, uma redução do volume de recursos e uma piora da distribuição de recursos, aumenta a desigualdade, a pobreza certamente vai crescer e foi justamente o que a gente viu que aconteceu no slide anterior. Então aqui a gente, nesse slide, a gente consegue entender um pouquinho melhor as causas desse processo de aumento da pobreza que vem ocorrendo no Brasil.

109

109

109

109

109

110

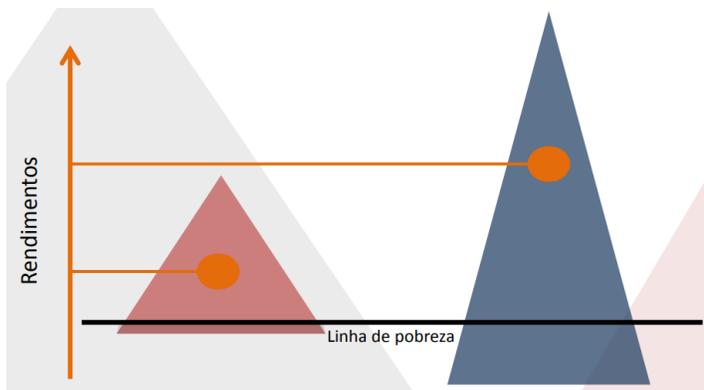
Volume de recursos, distribuição e pobreza

110

110

110

110



SLIDE 6

Aqui à esquerda de vocês, a gente tem a evolução da média de renda nos últimos anos, tem um indicador de volume de recursos, e mais à direita a gente tem a evolução do coeficiente de GINI, que é uma medida de desigualdade. Muitos de vocês devem conhecer o coeficiente GINI, varia de 0 até 1, quanto maior for o coeficiente GINI, mais desigual é o país. Reparem pessoal como que esses gráficos conversam com os gráficos de pobreza que eu mostrei antes. Eu tô fazendo questão de estabelecer esse diálogo, eu coloco aqui embaixo se teve mais pobreza e menos pobreza naquele período. E a gente consegue identificar aqui quatro momentos distintos ao longo desses anos que eu também estou destacando nos gráficos, da esquerda até à direita, de 1 até 4. Então a gente tem um primeiro momento que vai até 2014 de um de um cenário bastante positivo, de aumento da renda e redução das desigualdades, e isso na verdade é o final de um ciclo bem mais longo que começa lá no início deste século, e a consequência

desse aumento da renda na queda da desigualdade foi uma redução na taxa de pobreza. Depois a gente tem um segundo momento que vai de 2014 até 2017, 2014 é o *turning point* (ponto de virada). Tudo começa a mudar em 2014, aquela crise que começa lá em 2008 nos Estados Unidos, bate com força no Brasil, a gente entra num novo ciclo político, a gente entra num novo ciclo econômico, a taxa de desocupação sai da casa de 6% em 2014, vai para casa de 13% em 2017, a renda média cai bastante, a desigualdade aumenta. A consequência é que a pobreza ela dá um salto nesse período, então, já em 2014, entre 14 e 16 e 17, a gente tem um aumento ali da pobreza.

Depois a gente tem um terceiro momento que é o momento mais curioso, que é entre 2017/2019, nesse momento a gente tem uma tendência de aumento da renda média, o PIB chega a crescer mesmo que pouco, mas há um crescimento econômico nesse período. Só que ao mesmo tempo a gente teve um leve aumento da desigualdade, ou seja, houve um aumento do volume de recursos, mas um crescimento que foi muito concentrado nos estratos mais altos de renda. E aí a consequência foi que a gente teve uma certa estabilidade da pobreza e mesmo uma elevação da extrema pobreza e isso em meio a um cenário de crescimento econômico. Ou seja, quando você tem aumento da desigualdade, você pode até tá tendo crescimento econômico e mesmo assim você não mexe muito com a taxa de pobreza, foi o que aconteceu nesse período.

111

111

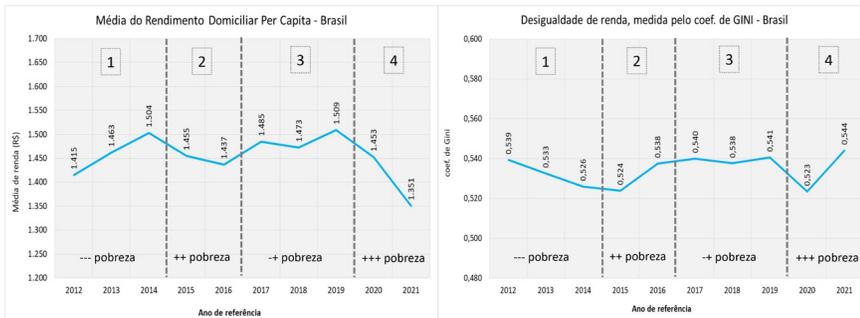
111

E aí finalmente a gente tem o período da pandemia, que é o quarto período, mais a direita no gráfico. Vejam que o efeito da pandemia

111

111

112 sobre a renda é muito grande, a gente chega ao menor valor da série
em 2021. Esse é o efeito na redução da atividade econômica sobre
112 a renda do trabalho, o que é era esperado. Já o efeito da pandemia
sobre a desigualdade é muito mais complexo, sobre isso daí é para
112 gente fazer uma apresentação inteira. Mas assim, resumindo, logo
que batem os efeitos da pandemia no Brasil, os mais pobres eles
112 perdem aproximadamente um terço da sua renda do trabalho. Isso
é muita coisa, um terço da renda do trabalho dos mais pobres. Só
112 que também 2020 a gente tinha aquele auxílio emergencial mais
volumoso, que mais do que compensou essa perda da renda dos
mais pobres. E aí só em 2021, com a interrupção do auxílio, nos três
primeiros meses, depois com a redução da cobertura do valor do au-
xílio, que a crise social vai ficar mais visível. Então em 2021, a gente
vê que realmente a reta ela vai lá para cima. Portanto esse aumento
recente da pobreza em 2021, ele está muito ligado aos efeitos da
pandemia e também tá muito ligado às variações das políticas de
transferência de renda, que a gente teve no período e aquela deci-
são do governo de interromper o pagamento do auxílio e de reduzir
o valor de cobertura do auxílio lá em 2021.



Fonte: PNADc anual, IBGE – 5ª visita (tabulação própria)
*preços constantes (2021/INPC)

SLIDE 7

Bom, isso significa que somente os mais pobres tem sentido os efeitos da crise? Não, mas eles são os que sentem mais sem dúvida, porque eles têm uma situação mais vulnerável no mercado de trabalho. De todo modo vejam aqui que todos os estratos, eles sofreram redução dos seus rendimentos em 2014-2021, entre os mais ricos a queda foi de quase 8% e entre os quarenta por cento da base, ou seja, entre os mais pobres, a perda foi de aproximadamente 18% e isso já contando com auxílio emergencial. Ou seja, todo mundo perde, mas os que estão mais próximos da base da pirâmide, eles perdem proporcionalmente mais, a renda cai a desigualdade aumenta e a pobreza sobe. É o que a gente viu aqui que aconteceu.

113

113

113

113

113

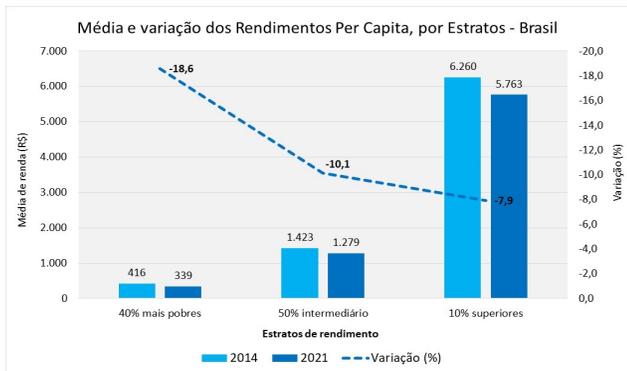
114

114

114

114

114



Fonte: PNADc anual, IBGE – 5ª visita (tabulação própria)
*preços constantes (2021/INPC)

SLIDE 8

Bom gente, até agora tenho falado do país como um todo, foi uma introdução para a gente poder entrar na Região Metropolitana de Porto Alegre. Porque a verdade é que essas tendências mais gerais, que se dão no plano nacional, elas em geral se repetem de uma maneira ou de outra nas diferentes localidades. Agora é claro que cada localidade vai ter também as suas especificidades. Então a partir de agora eu vou tentar trazer alguns dados mais específicos sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre e para simplificar eu vou me concentrar no período 2019/2021. Ou seja, a gente vai ver o que aconteceu por aqui durante os últimos anos no período da pandemia. Só que antes, só para contextualizar um pouco, é importante também a gente fazer uma breve comparação entre a Região Metropolitana de Porto Alegre e as demais regiões metropolitanas do país.

Região Metropolitana de Porto Alegre

SLIDE 9

Em geral, as nossas regiões metropolitanas, elas são muito desiguais como vocês podem ver aqui, boa parte das nossas regiões metropolitanas é mais desigual do que o conjunto do país. Isso na verdade é muito chocante, porque a gente está falando de uma desigualdade que é possível de se enxergar no dia a dia, que afeta as nossas relações sociais. Não é só aquela desigualdade entre quem mora no Sul e que mora no Norte, não, aqui são desigualdades que se dão entre pessoas que moram na mesma cidade, muitas vezes, então isso torna essa desigualdade mais sensível socialmente. E além disso também é importante a gente mencionar, falando de metrópoles, que cada vez mais a pobreza no Brasil é uma pobreza urbana, é uma pobreza metropolitana. Então hoje, por exemplo, quase 30% da extrema pobreza no Brasil está nas nossas metrópoles. No Rio Grande do Sul perto de 50% da extrema pobreza tá na região metropolitana de Porto Alegre. Portanto, por mais que as nossas metrópoles

115

115

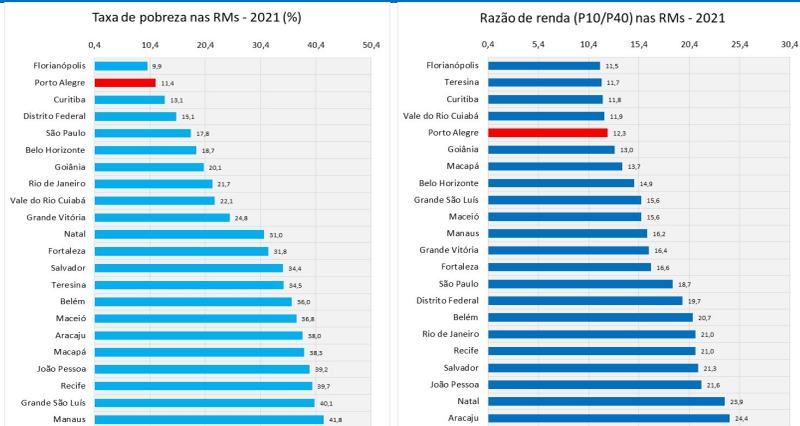
115

115

115

116 concentrem os setores mais dinâmicos da economia, elas também
116 concentram cada vez mais as contradições de uma sociedade tão
116 desigual como é a sociedade brasileira.

116 Aqui no gráfico da esquerda a gente tem a taxa de pobreza para as
116 regiões metropolitanas, para as 22 que o IBGE traz no PNAD ,e no
116 gráfico a direita a gente tem a razão entre a média de renda dos 10%
116 mais ricos e a média de renda dos 40% mais pobres. É uma medida
de desigualdade, então quanto maior for a barra ali mais desigual.
Em geral o que acontece é que as metrópoles do Sul do país incluindo
Porto Alegre elas possuem indicadores sociais melhores, menor
pobreza, menor desigualdade, mas dentro da região Sul Porto Alegre
tende a ter uma posição um pouco pior do que as outras duas. E ainda
assim, mesmo contando Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre são
indicadores muito ruins. Então, são melhores do que o restante do
país, mas são indicadores ainda muito negativos, muito ruins, e que
como eu vou mostrar indicadores que também pioraram aqui no sul
e que pioraram nos últimos anos. E para Porto Alegre e para Região
Metropolitana de Porto Alegre.



Fonte: PNADC anual, IBGE – 5ª visita (tabulação própria)

SLIDE 10

Eu acho que o dado que mais chama atenção nos últimos anos é o crescimento da pobreza extrema. Então vejam como que cresce muito na Região Metropolitana de Porto Alegre a taxa e o número de pessoas extremamente pobres entre 2019, 2019 é o último ano antes da pandemia, e 2021, ou seja, já durante pós primeira fase da pandemia. E vejam de novo que em 2020 o auxílio emergencial, ele segura esses indicadores, 2021 realmente é que a gente tem aquele salto tá. Então entre 2019/2021 são quase 60 mil pessoas a mais nessa situação de extrema pobreza, isso na Região Metropolitana de Porto Alegre, em apenas dois anos 60 mil pessoas a mais, é muita coisa. Então assim o porquê que isso aconteceu?

117

117

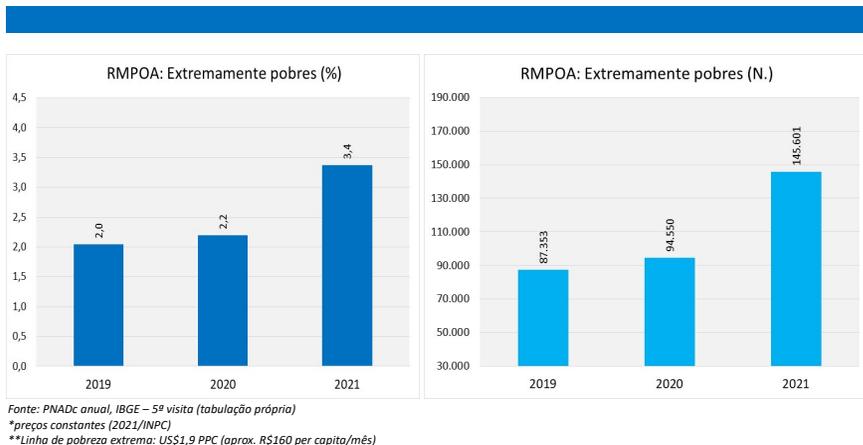
117

A ideia a partir do agora tentar entender um pouquinho o que que levou a esse aumento grande e bastante significativo da extrema pobreza na Região Metropolitana de Porto Alegre. E vou trazer al-

117

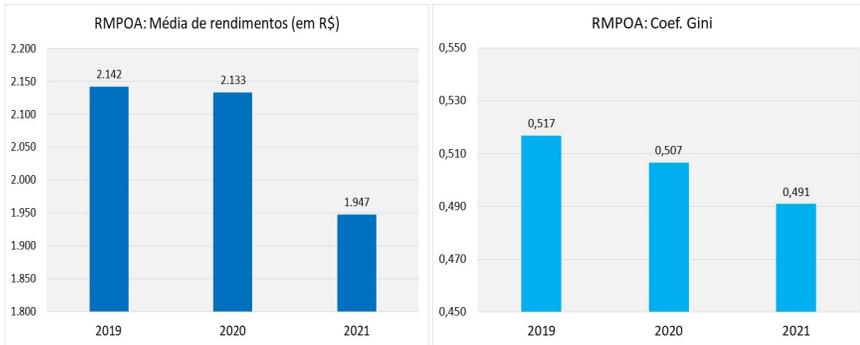
117

118 guns dados através dos quais a gente consegue entender um pouco
118 os mecanismos que fizeram isso acontecer



SLIDE 11

Aqui à esquerda a gente tem uma parte da resposta do porquê que aumentou a extrema pobreza. Então como esperado a gente teve uma queda enorme da média de renda na região metropolitana, isso se deve aos efeitos da pandemia sobre a renda do trabalho, em geral as famílias perderam renda entre 2019/2021. Em 2020 o auxílio ainda dá uma segurada, mas em 2021 essa queda de renda vem com muita força. Agora no gráfico da direita aparece algo inesperado, né, porque a gente viu uma queda da desigualdade medida pelo GINI, só que aí a gente tem que ter muito cuidado tá pessoal, porque GINI não é a única e nem sempre a melhor maneira da gente medir desigualdades. Então por isso que eu trago alguns dados complementares.



Fonte: PNADc anual, IBGE – 5ª visita (tabulação própria)
*preços constantes (2021/INPC)

SLIDE 12

Então, aqui nesses slides a gente está comparando o GINI, o GINI agora tá a esquerda, esse é o coeficiente GINI, com uma outra medida de desigualdade que é a razão entre a média de renda dos 5% mais ricos e a média de renda dos 5% mais pobres, que é o gráfico da direita. E nesse caso do gráfico da direita o resultado é muito diferente, o que a gente tem na verdade é um claro aumento da desigualdade entre 2019/2021 na Região Metropolitana de Porto Alegre. Em 2021 os mais ricos, eles passarão a ganhar quase noventa e cinco vezes mais do que os mais pobres na nossa região metropolitana. Porque que acontece essa discrepância entre GINI e essa outra medida da razão de renda? Acontece porque eles medem coisas diferentes. O GINI é uma medida sintética de desigualdade como se você resume-se toda a distribuição num número só, toda a desigualdade daquela distribuição em um número só. E o GINI, além disso, ele é mais sensível a desigualdades mais próximas do meio

119

119

119

119

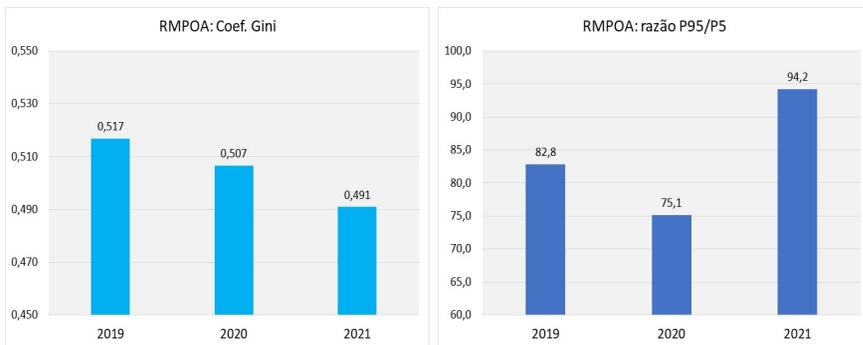
119

Eleições 2022 em perspectiva:

as desigualdades sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre

120 da distribuição. Já essa outra medida que eu tô utilizando aqui no
120 gráfico da direita ela vai medir a desigualdade entre os extremos da
120 distribuição entre o topo e a base bom. Então é bem possível, e é
120 comum que aconteça que GINI e essas outras medidas apresentem
120 direções diferentes.

120 Então assim, para resumir tá, resumo da ópera daqui desses slides é
120 que a desigualdade aumentou na Região Metropolitana de Porto Alegre
120 nesse período? A que a gente pode dizer é o seguinte: a desigualdade
entre o topo e a base da pirâmide aumentou, a distância entre o topo e a
base da pirâmide aumentou sim. E esse gráfico aqui é muito importante
para a gente entender exatamente o que que aconteceu, porque que
GINI né que é outra medida vai dar, vão apontar, direções diferentes.



Fonte: PNADc anual, IBGE – 5ª visita (tabulação própria)
*preços constantes (2021/INPC)

SLIDE 13

O que a gente tá fazendo aqui? A gente tá dividindo a população da Região Metropolitana de Porto Alegre em 20 partes iguais, dos 5%

mais pobres a esquerda até o fim até o, perdão, dos 20%, perdão, em 20 partes iguais dos 5% mais pobres a esquerda até o 5% mais ricos a direita. E para cada uma dessas partes, para cada uma dessas 20 partes, a gente calcula que o que aconteceu com a renda média entre 2019 e 2021, se a renda média aumentou ou diminuiu ou se ela se manteve estável. Então, vejam que se a gente desconsiderasse os 5% mais pobres, eu tô destacando 5% mais pobres aí em vermelho, se a gente desconsiderasse essa primeira barra a tendência seria realmente de queda das desigualdades, já que aqueles estratos mais próximos do topo ele perderam proporcionalmente mais que os estratos do meio da distribuição. Isso aqui acontece basicamente por duas razões. Primeiro porque de fato a renda do trabalho dos mais ricos foi também muito afetada em 2021, em função da pandemia e depois da inflação. E segundo porque o bolsa família e o auxílio emergencial, eles foram fundamentais para assegurar a renda não somente dos mais pobres mas também no caso do auxílio emergencial daquelas pessoas, daquelas famílias que estão mais próximas do meio da distribuição. Agora, o que a gente vê aqui também, né, é que esses programas eles não conseguiram, por sua vez, eles não conseguiram segurar a renda daquelas famílias que estão na base, da base, da base da pirâmide que são essa primeira barrinha em vermelho. Então entre os 5% mais pobres na região metropolitana de Porto Alegre, durante a pandemia a renda dos domicílios despencou quase que um quarto entre 2019/2021. A renda média desse grupo era R\$144,00, renda per capita em 2019, caiu para R\$109,00 em 2021. Isso é uma queda acentuada e uma queda que se deve claro ao choque da pandemia na renda do trabalho,

121

121

121

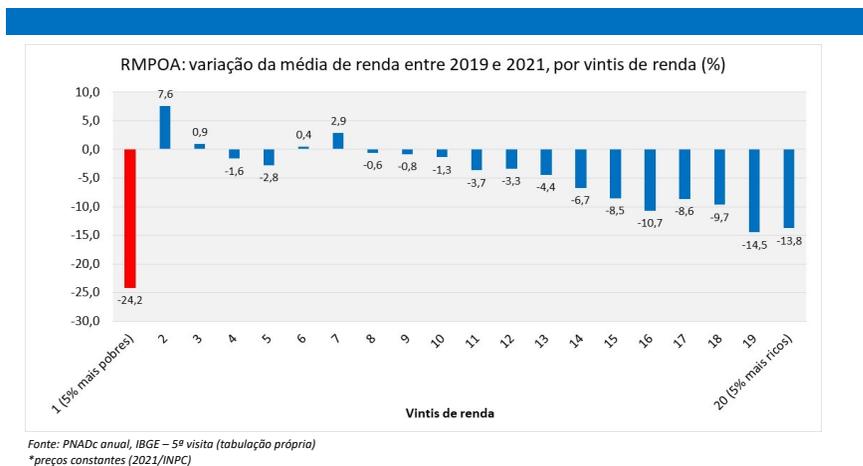
121

121

Eleições 2022 em perspectiva:

as desigualdades sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre

122 nesse caso um trabalho que é basicamente trabalho informal. E isso
122 explica, portanto, essa queda dessa barriga aqui em vermelho, ou
122 seja a renda dos mais pobres caindo nesse período, explica aque-
122 le aumento da extrema pobreza no período que a gente viu alguns
122 slides atrás. A questão aqui portanto, assim, é entender o porquê
122 que os programas de transferência de renda não protegeram esses
122 grupos, tô falando esse grupo da base, da base da base, da pirâmide
122 como eles deveriam fazer. Então eu vou trazer mais algumas infor-
122 mações que dão alguma luz sobre isso, porque que bolsa família e
depois auxílio emergencial não conseguiram proteger tanto essas
pessoas que estão na base, da base da pirâmide.



SLIDE 14

Esse slide vai ajudar um pouquinho a gente a responder isso, aqui a gente tem para cada estrato de novo, aqueles 20 estratos, o percentual de pessoas cujo os domicílios receberam alguma verbas de transferência de renda. Em geral isso aqui se resume a bolsa família

e auxílio emergencial. Vejam que por mais que aquelas pessoas lá da base tenham uma renda muito baixa, somente metade recebia alguma ajuda no período, até 2021. Então 51%, 51,8% receberam alguma ajuda de transferência de renda no período. Por que isso aconteceu gente? Agora algumas hipóteses, né.

A PNAD não consegue responder exatamente para a gente muita precisão tá, mas algumas hipóteses do porque isso acontece. Primeiro porque muitas vezes mesmo sendo elegíveis ao bolsa família ou auxílio emergencial o Estado não consegue chegar nessas pessoas; segundo porque muitas dessas famílias já tinham renda acima do máximo exigido para você poder se beneficiar desses programas, a linha de pobreza não é utilizada por esses programas, em geral é uma linha de pobreza muito austera; terceiro porque mesmo entre os que receberam bolsa família, muitas vezes a verba é pouca, insuficiente para recompor a renda perdida durante a pandemia; e quarto porque como vocês podem ver né há sérios problemas , houve sérios problemas de focalização aqui , isso se deve principalmente auxílio emergencial, o auxílio emergencial ele foi muito mal focalizado, diferente do bolsa família o auxílio emergencial não conseguiu concentrar os recursos entre os que mais precisavam. Sobre isso daria pra gente fazer uma apresentação inteira aqui, mas o fato é que houve um problema de focalização muito sério no que se refere ao auxílio emergencial. Assim no mundo hipotético né se a gente conseguisse uma focalização perfeita a gente acabava com a pobreza extrema na região metropolitana de Porto Alegre com uma verba de aproximadamente 16 milhões de reais por mês, só que cla-

123

123

123

123

123

Eleições 2022 em perspectiva:

as desigualdades sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre

124 ro que é muito difícil a gente conseguir ter uma focalização perfeita,
124 mas o custo não seria né, não seria tão elevado assim, algo possível
de ser feito.

124

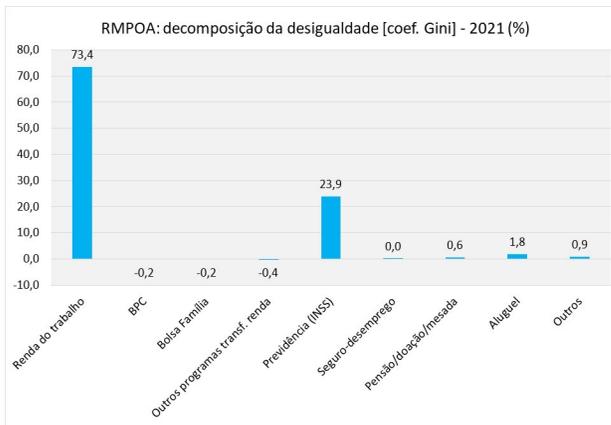


Fonte: PNADc anual, IBGE – 5ª visita (tabulação própria)
*preços constantes (2021/INPC)

SLIDE 15

Agora, ao mesmo tempo que as políticas de transferência de renda, como eu mostrei, elas são importantes para remediar, ela tem um papel fundamental para remediar, a gente não pode esquecer por outro lado das principais fontes da desigualdade de renda no Brasil. E aqui eu trouxe o exercício estatístico bem simplificado, os resultados de maneira bem simplificada, de um exercício estatístico de decomposição das desigualdades de renda na região metropolitana de Porto Alegre em 2021. Então o que que eu fiz aqui: eu separei a renda das famílias em nove fontes distintas que são essas que vocês estão vendo aqui embaixo e a altura das barras mostra a contribuição de cada uma dessas fontes para desigualdade na Região Metropolitana de Porto Alegre. E aí, para surpresa de zero pessoas, o que mais

torna gente, o que mais torna nossa região metropolitana desigual em termos de renda tá é primeiro a renda do trabalho. Então 73% da desigualdade de renda se deve a renda do trabalho e boa parte do restante, 24% se deve a renda das aposentadorias do INSS. Isso é o que acontece no Brasil, a gente sabe, e é o que acontece na Região Metropolitana de Porto Alegre também. Isso acontece porque essas duas fontes de renda são fontes de renda muito volumosas e que ao mesmo tempo se distribuem de maneira bastante desigual. Quanto as aposentadorias a gente sabe de toda a desigualdade que existe, que nenhuma reforma consegue ir a fundo nessa questão. Quanto a renda do trabalho o que acontece aqui é que boa parte da mão de obra das nossas metrópoles está empregada em setores que pagam muito mal de serviço não especializados, tem o percentual de informalidade muito alto, e tem baixíssima escolaridade, isso causa realmente o nível de desigualdade, isso gera um nível de desigualdade bastante elevado na renda do trabalho.



Fonte: PNADc anual, IBGE – 5ª visita (tabulação própria) *preços constantes (2021/INPC)

125

125

125

125

125

126 Bom, eu vou interromper, pode interromper por favor o compartilhamento, eu já vou para as minhas considerações finais. Bom gente, 126 portanto do ponto de vista social o cenário atual ele é bastante negativo, a desigualdade que já vinha aumentando desde 2015, com 126 a pandemia ela dá um salto. Esse salto é amortecido temporariamente pelo auxílio emergencial em 2020, mas aí desde o início 2021 126 a gente começa a perceber muito claramente os efeitos sociais da pandemia, dada interrupção do pagamento auxílio ,depois a sua 126 redução, isso sem falar no quadro mais recente de elevação da inflação, que também tem tornado a situação ainda mais dramática. Essa é a parte vazia do copo, agora eu acho que tem algumas coisas positivas que ocorreram nos últimos anos que a gente também poderia destacar. Me parece que a sociedade brasileira, eu diria que a sociedade brasileira tá mais convencida da necessidade do combate à pobreza e da desigualdade, da ampliação de políticas como bolsa família. Acho que a pandemia tornou muito evidente a relevância dessas políticas, não à toa o auxílio emergencial foi aprovado sem grandes resistências no congresso, muito pelo contrário. Então eu posso estar sendo um pouco otimista, mas eu vejo uma luzinha no fim do túnel, se a gente vai alcançar essa luz depende muito do que vai acontecer nas eleições deste ano.

A gente saiu em 2016 do caminho que vinha sendo moldado desde 88, da construção de uma sociedade menos desigual. A questão agora é se a gente vai conseguir voltar para esse caminho. Como eu já mencionei eu acho que deveria ser do interesse de todos uma sociedade menos desigual, qualquer projeto de Brasil que vise o cres-

cimento econômico sustentável de longo prazo teria que enfrentar a questão das desigualdades. E para isso alguns temas espinhosos que a gente vai precisar colocar na mesa como por exemplo uma reforma que torne o nosso sistema tributário mais progressivo, que é uma coisa que a gente não tocou ainda, a gente pode falar mais sobre isso depois se houver tempo. Eu costumo brincar que países como a Finlândia, Noruega que tem um GINI de 0.27, eles podem se dar o luxo de deixar a questão das desigualdades em segundo plano. O Brasil com GINI 0.54 não pode fazer isso, não há condições de fazer isso. E as eleições que a gente tem nesse ano elas são cruciais para a gente decidir, enquanto sociedade, o que que a gente vai fazer a respeito das desigualdades, mas claro eu deixo isso, acho que esse é um tema aí para gente poder debater depois das apresentações se sobrar um tempinho. Então, eu concluo por aqui gente, e agradeço a oportunidade tá aqui conversando com vocês. Muito obrigado.

127

127

- 1 **André Ricardo Salata** é graduado em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, mestre e doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atualmente, leciona no curso de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS.

127

127

127

Prof. Dr. Anderson Nakano¹
UNIFESP

Boa noite a todas, boa noite a todos. Quero saudar os meus colegas de painel: o professor André e a professora Paola e reconhecer a importância do tema que orienta os trabalhos de hoje. É um tema importante para a discussão sobre a Região Metropolitana de Porto Alegre, mas também para diversos outros contextos do Brasil e do mundo. Agradeço o convite para participar dessa discussão, dessa atividade, e gostaria de trazer contribuições mais amplas e gerais, com algumas referências daqui de São Paulo, que é o local, a realidade aonde eu me encontro e sobre a qual me debruço em estudos, discussões e atuações políticas e profissionais. Acho que essas contribuições tem relações com as realidades de Porto Alegre também. Eu não preparei um PowerPoint porque, vou confessar para vocês, estou meio saturado de telas, telas de plataformas digitais, telas de apresentação. Inclusive, nessa retomada das aulas presenciais, eu aboli momentaneamente o PowerPoint da minha prática de professor. Então, escrevi um texto para essa nossa discussão de hoje que faz parte de um livro que nós estamos organizando qual integra uma coleção coordenada pelo Observatório das Metrôpoles. Nosso livro é sobre a Região Metropolitana de São Paulo, e o projeto dessa coleção se chama “Reforma Urbana e Direito à Cidade: Desafios para o Desenvolvimento Nacional”. Então, trago uma das discussões desse texto escrito com demais co-autores e no qual me coloco como pesquisador de estudos urbanos, e também como profissional da área do urbanismo, do planejamento urbano, da regulação

130 urbana e também militante, ativista dessa luta pela reforma urbana
e pelo direito à cidade. Trago para nossa discussão questões sobre
130 as determinações das desigualdades urbanas, mais especificamente
na perspectiva da reforma urbana, do direito à cidade, e mais es-
130 pecificamente ainda das questões relacionadas ao acesso à terra
urbana. Essa contribuição que eu gostaria de trazer aqui tem como
130 referência as práticas de pesquisa, de ensino, de atuação profissio-
nal e de atuação política sempre em torno das diversas questões
130 urbanas e habitacionais. Eu gostaria de intitular essa apresentação
como “As Determinações Urbanas e Fundiárias das Desigualdades
Socioespaciais Metropolitanas” cujo foco, creio, é um aspecto ab-
solutamente estratégico para a discussão sobre o desenvolvimento
de nossa sociedade, de nosso país. Ouso dizer que as questões das
desigualdades sociais talvez seja umas das grandes, senão a maior
questão sobre a qual estamos nos debruçando, debatendo, estu-
dando, discutindo hoje e vamos continuar a fazê-lo nas próximas dé-
cadas, não só aqui no Brasil, mas também no mundo. Isso porque as
questões das desigualdades sociais, nas suas diversas dimensões,
colocam-se em escala planetária, é uma questão estrutural no mo-
mento atual e que foi construída historicamente, em longa duração
e em diversas sociedades ao redor do mundo. É uma questão que
coloca desafios cada vez mais difíceis para as sociedades, para os
países, para as economias e para articulação internacional também.

Gostaria de iniciar com uma referência sobre essas discussões em
relação às desigualdades que é a “sociedade desigual”, para usar um
conceito do economista Mário Theodoro que contribui de maneira
importante para debate sobre as desigualdades no Brasil a partir do

debate sobre as desigualdades raciais. O Mário Theodoro escreveu um livro lançado recentemente que se chama exatamente “A Sociedade Desigual” e o subtítulo do livro é “Racismo e Branquitude na Formação do Brasil”. A ideia central desse livro é que a sociedade desigual brasileira se formou e se constituiu ao longo da história com base no racismo e na branquitude que se manifestam concretamente nos diferentes processos de preconceito e discriminação, no nível micropolítico, e da biopolítica (Michel Foucault) e necropolítica (Achille Mbembe), no nível macropolítico. É absolutamente necessária ter essa análise sobre o papel do racismo e da branquitude na formação social brasileira, estruturada por múltiplas desigualdades que não são conjunturais, são estruturais e históricas. Essa referência histórica sobre a formação social brasileira é a referência básica para se discutir os determinantes e as determinações de todos os aspectos das suas desigualdades sociais e raciais intrínsecas.

A partir do conceito da “sociedade desigual”, o professor Mário Theodoro analisa com mais profundidade os diferentes aspectos dessas desigualdades sociais e raciais que atravessam o mercado de trabalho, a educação, a saúde, o acesso à terra e a violência da sociedade brasileira. Tais aspectos relacionam-se diretamente com as profundas desigualdades nas distribuições de renda e de patrimônio consistentemente descritas e analisadas no trabalho do economista francês Thomas Piketty em livro intitulado “O Capital no Século XXI”. Nesse livro aprendemos que uma coisa é a desigualdade na distribuição de renda e outra coisa é a desigualdade na distribuição de riqueza, de patrimônio, e que a desigualdade patrimonial é muito

131

131

131

131

131

132 mais profunda, muito mais grave do que as desigualdades de renda.
132 Mas isso não quer dizer que as desigualdades de renda hoje sejam
132 desimportantes, muito pelo contrário, também são profundas nas
132 clivagens entre os diferentes estratos da sociedade. Conforme dito
132 anteriormente, o professor Mário Theodoro destaca as desigualda-
132 des entre as populações negras e brancas que existem no mercado
132 de trabalho, nos acessos a serviços de saúde e de educação e, prin-
132 cipalmente, em relação à distribuição e segregação social, racial e
espacial das populações, principalmente na cidade, nas metrópoles,
determinadas pelas desigualdades nos acessos às terras urbanas. O
professor Mário Theodoro ressalta que as injustiças existentes nessas
diferentes manifestações das desigualdades sociais e raciais explo-
dem nos graves processos de violência contra as populações pobres
e negras que vem necessariamente acompanhada por uma série de
violações dos vários direitos dessas populações que, não raramente,
ocorrem a partir das próprias ações públicas do Estado brasileiro, prin-
cipalmente do seu braço armado, as forças policiais militares e civis.

Acredito que esses ângulos e facetas das desigualdades sociais e raciais se articulam, configuram e montam uma espécie de prisma multifacetado que revela as diferentes dimensões, faces e expressões das desigualdades sociais e raciais no Brasil. É claro que existem outras facetas, dimensões e expressões que se somam a estas e muitas vezes se acumulam nas condições de vida dos mesmos grupos sociais que acabam sofrendo mais intensamente com essas desigualdades. Mas gostaria de ressaltar e discutir uma em especial que, a meu ver, se relaciona com os determinantes e determinações

de todas as facetas, dimensões e expressões das desigualdades sociais e raciais que temos no Brasil, particularmente nas cidades.

Nessa discussão gostaria de focar uma dessas faces, dimensões e expressões das desigualdades sociais e raciais brasileiras relacionada com a questão urbana e fundiária. Eu gostaria de iniciar chamando atenção para o seguinte: as nossas cidades, os nossos espaços urbanos, herdaram, do seu processo de formação, características históricas que revelam a permanência das desigualdades sociais e raciais no acesso à terra existentes desde o período colonial. Como sabemos, nesse período foram instituídas as doações de sesmarias que ocorriam no âmbito das capitânicas hereditárias. Na época, as terras do Brasil eram da Coroa portuguesa que designavam capitães-donatários para administrá-las conforme as estruturas das capitânicas hereditárias. Esses capitães-donatários tinham o poder de doar as terras como sesmarias. Os donatários das sesmarias eram os sesmeiros. Com a instituição das sesmarias, reguladas por legislação portuguesa de 1375, instaurou-se a desigualdade entre aqueles que, por terem condições políticas e sociais privilegiadas, acessavam as terras legalmente por meio desse mecanismo que tinha como objetivo principal promover a colonização e o cultivo de produtos agrícolas nas terras brasileiras a fim de abastecer os mercados europeus. Então, desde o momento em que se instaurou um regime de acesso legal à terra que beneficiou as camadas privilegiadas da sociedade da época, detentora de poderes políticos e econômicos, instaurou-se, ao mesmo tempo, outro regime de acesso à terra que se dava por meio da posse ilegal, por meio da tomada de posse extralegal das

133

133

133

133

133

134 terras que eram utilizadas por aqueles que estavam no Brasil colô-
134 nia e que não tinham condições de serem sesmeiros. A historiogra-
134 fia privilegia os capitães-donatários responsáveis pelas capitânicas
134 hereditárias e os sesmeiros, mas pouco é dito sobre aqueles esses
134 que tomavam posse extralegal de terras e vivam precariamente se-
134 gundo economias de subsistência. Esses posseiros também se inse-
134 riam nos territórios coloniais e faziam parte da sociedade brasileira
em formação. Eram eles que produziam os alimentos destinados à
subsistência dos membros dessa sociedade em formação, inclusive
aqueles que viviam nas grandes sesmarias, nas fazendas, nos enge-
nhos, segundo relações de favores e de subsistência baseadas na
posse irregular, informal e extralegal da terra. Então, no período co-
lonial já havia a desigualdade no acesso à terra no Brasil que vai se
aprofundar no momento em que se institui a Lei de Terras de 1850,
a lei 601/1850, no período imperial. Essa lei, dentre vários dispositi-
vos, determinou que o acesso às terras devolutas, que não cumpriam
os requisitos de produtividade e de pagamento de taxas devidas ao
governo, exigidos desde o período colonial, eram devolvidas para o
governo, como terras devolutas, tinha que ocorrer obrigatoriamente
por meio da compra, de contratos de compra e venda. Assim, a Lei
de Terras de 1850 instituiu que o acesso às terras devolutas deveria
ser por meio da compra e, com isso, instaurou, instituiu as bases
para o enquadramento da terra como uma propriedade privada mer-
cantilizável. Instaurou e instituiu as bases jurídicas para a formação
de um mercado de terras no Brasil. Ao mesmo tempo, essa Lei de
Terras proibiu a posse irregular, informal e extralegal dessas terras.

Há vários outros dispositivos na Lei de Terras de 1850, outras normas e determinações a respeito de outras matérias, inclusive a respeito da imigração de europeus para o Brasil, mas o que importa para nossa discussão de hoje aqui são esses dispositivos relativos ao acesso à terra que teve como efeito bloquear o acesso à terra por parte das camadas sociais subalternas, principalmente os escravos libertos e os trabalhadores e trabalhadoras com rendas mais baixas. Essas camadas compostas por ex-escravos e pelos imigrantes europeus pobres que estavam chegando ao Brasil nesse processo inicial de expansão do capitalismo manufatureiro, foram excluídas do mercado de terras que estava em processo de formação e, com isso, foram impedidas de constituir bases econômicas para a integração e ascensão social nesse capitalismo manufatureiro que logo iria se desenvolver para o capitalismo industrial.

Então, ao invés de dispositivos de distribuição social das terras, a Lei de Terras de 1850 criou mecanismos de exclusão das camadas subalternizadas no acesso à terra, pois as terras acessíveis principalmente por meio de contratos de compra e venda eram acessíveis somente para aqueles que podiam pagar, aqueles que tinham o poder econômico que, no Brasil, sempre tiveram também o poder político. Portanto, essa Lei de Terras aprovada na metade do século XIX, funcionou muito mais como um bloqueio imposto às classes sociais subalternas em relação ao acesso à terra. Porém, a continuidade das demandas pelo acesso à terra por parte dos membros dessas classes fez com que esse bloqueio induzisse a continuidade do acesso à terra por meio da tomada de posse extralegal da terra por parte da-

135

135

135

135

135

136 queles que estavam jurídica e economicamente excluídos do acesso
136 legal à terra. Então, com a Lei de Terras tem-se novamente o reforço
136 no traço da desigualdade social e racial no acesso à terra. Esse reforço
136 ocorreu também com a disseminação e expansão do processo de
136 urbanização brasileira, principalmente no contexto da urbanização
136 mercantil, manufatureira e em seguida no processo de urbanização
136 do capitalismo industrial principalmente a partir da década de 1930.
136 E esse processo de urbanização aconteceu e continua a acontecer
em diferentes regiões do Brasil mantendo esse regime desigual de
acesso à terra contraposto ao regime de propriedade legal da terra,
de propriedade legal dos imóveis urbanos, de propriedade imobiliária
privada individualizada mercantilizável profundamente enraizada na
formação social do capitalismo ocidental. No século XVIII, as teorias
liberais clássicas sobre as propriedades de John Locke e Voltaire
colocaram o direito à propriedade como um direito natural, como a
base definidora do ser, inclusive do ser cidadão.

O acesso legal à propriedade da terra privada individualizada e mercantilizável no contexto da expansão do capitalismo e da urbanização capitalista industrial se contrapõe ao acesso à posse extralegal da terra. Ao estudarmos os processos de urbanização brasileira ocorrida nesse contexto de expansão do capitalismo industrial que ocorreu ao longo de praticamente todo o século 20, percebemos que o acesso legal à propriedade imobiliária privada é um privilégio das camadas sociais de renda mais alta, das camadas com maior poder aquisitivo e conseqüentemente com um maior poder político, que vive nas cidades e que acessam as terras, os imóveis, as proprie-

dades imobiliárias urbanas que são enquadradas legalmente nesses regime de propriedade e que recebem todas as melhores provisões de serviços, equipamentos e infraestruturas e tem uma localização privilegiada em termos de acesso as atividades dos centros principais das cidades, tanto atividades de comércio quanto atividades de prestação de serviços, mas também das instituições públicas governamentais. Assim, os bairros dessas camadas ricas e privilegiadas que acessam essas terras urbanas bem providas por serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas são, em geral, bem localizadas e também se beneficiam da proximidade com as áreas onde você tem maior provisões de oportunidades de geração de renda e de empregos. Então, esse regime de acesso à terra por meio da propriedade privada individualizada em locais bem articulados dentro da cidade e bem providos por esses serviços, equipamentos e infraestruturas produzidos principalmente com recursos públicos, vai se contrapor, em nossas realidades urbanas brasileiras, ao regime de posse extralegal de acesso à terra que é utilizado pela grande maioria da classe trabalhadora que, no processo de expansão do capitalismo industrial periférico, é levada a viver em ocupações extralegais produzidas por segmentos de um mercado irregular de provisão de terras e moradias populares que, geralmente, se encontram em situações precárias, com insuficiências, limites e baixa qualidade de provisões públicas de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas e, ademais, que em geral se localizam em bairros distantes dos acessos daquelas atividades principais dos centros comerciais, de serviços e de empregos das cidades.

137

137

137

137

137

138 Então nós temos essas desigualdades sociais e raciais nos acessos
138 às terras urbanas construídas ao longo de diferentes períodos histó-
138 ricos como sendo uma das grandes determinações das nossas de-
138 sigualdades sociais e raciais contemporâneas e que está presente
138 em todas as cidades brasileiras, sem exceção. Em um contexto de
138 desemprego, de recessão, de empobrecimento, de queda na ren-
138 da das pessoas, principalmente da classe trabalhadora, como o que
138 temos atualmente, vemos um aprofundamento, um agravamento
dessas desigualdades sociais, raciais e espaciais que se combinam
com segregações também sociais, raciais e espaciais. Essa caracte-
rística estrutural das nossas cidades mostra que o nosso processo
de urbanização e de produção de cidades é parte constitutiva do
nosso processo de formação social desigual, injusta e iniqua. Como
um componente-chave desse processo, temos a questão racial por-
que, aqui no Brasil, naquele período em que estávamos mudando
os regimes de enquadramento das terras e de acessos as terras nos
moldes da propriedade privada individualizada e mercantilizável,
estávamos discutindo também o processo de abolição da escla-
vatura e um dos grandes debates realizados na época, na segunda
metade do século XIX, no âmbito desse movimento abolicionista,
era com relação a necessidade de suprir a população negra de ex-
-escravos com condições básicas de vida, de inserção na vida social
e no processo de modernização do capitalismo manufatureiro em di-
reção ao capitalismo industrial. Nesse debate tem-se os argumentos
de André Rebouças, por exemplo, do Joaquim Nabuco, defendendo
a necessidade de se incorporar dispositivos de acesso à terra ade-
quada, produtiva, para a população de ex-escravos, bem como para

os imigrantes europeus de baixa renda vindos para o Brasil para que tivéssemos um processo de construção do nosso país e da nossa República após 1889 com mecanismos de inclusão de setores historicamente excluídos e subalternizados na nossa sociedade. Diferente dos Estados Unidos em que esse debate veio com a incorporação de mecanismos de distribuição de acesso à terra para muitos dos ex-escravos do Sul daquele país, aqui no Brasil não incorporamos tais mecanismos em nossas legislações. Portanto, começamos a construir a nossa República excluindo grande parte da nossa sociedade de participar desse processo de construção republicana da cidadania e da modernização. Essa exclusão estrutural marcou e continua a marcar profundamente as desigualdades sociais, mas também as desigualdades raciais, analisadas pelo professor Mário Theodoro. E essa exclusão na construção da nossa República permanece desde o final do século XIX, prosseguindo ao longo do século XX inteiro, inclusive nos momentos de experiências da democracia brasileira entre 1945 e 1964 e depois de 1985, e persiste até os dias de hoje. Nesses momentos de construção da democracia no âmbito da República Brasileira também construímos processos sociopolíticos, estruturas institucionais e marcos jurídicos, também modernizamos nossas bases econômicas e disseminamos nossa urbanização sem criar e implementar mecanismos de inserção, inclusão e integração social das classes trabalhadoras subalternizadas, principalmente dos membros da população negra que fazem parte dessas classes, a fim de constituir bases para a criação de boas condições de vida para grande maioria dos membros dessas classes e populações formada majoritariamente por descendentes dos dos escravos e dos ex-escravos negros, bem como dos imigrantes pobres.

139

139

139

139

139

140 Nossa formação social estruturalmente desigual permanece até hoje,
140 com várias implicações e com várias consequências que levam a vá-
140 rios tipos de conflitos socioespaciais e urbanos que sempre motiva-
140 ram, ao longo da nossa história, várias formas de lutas sociais, lutas
140 urbanas, particularmente as lutas pelo acesso à terra rural e urbana.
Essas lutas são fundamentais para enfrentar esse quadro histórico
de desigualdades sociais e raciais existentes em diferentes esferas
da sociedade brasileiros. Nesses processos de lutas insere-se uma
série de ações diretas como, por exemplo, as ocupações de terras
de imóveis ociosos e improdutivos e de edificações desocupadas,
vazias. Nós temos aí uma série de iniciativas de diferentes segmen-
tos da sociedade reivindicando o acesso à terra urbana adequada e
bem localizada nas cidades. Essa é a base da luta pela reforma urba-
na, pela efetivação do direito à cidade e dos demais direitos sociais.

No momento atual, as lutas pela reforma urbana, pelo direito à cida-
de e pelos direitos sociais sofrem recrudescimentos por conta das
mudanças recentes nas relações sociais e nas relações políticas.
Com a disseminação de novas tecnologias de comunicação, essas
lutas tendem a se transformar e a recolocar os grandes desafios es-
truturais que devem se impor no processo de retomada da redemo-
cratização brasileira iniciada com a Nova República. Aprendizagens
são necessárias. Nós construímos esse país e a nossa sociedade
com base em projetos nacionais, de sociedade e de desenvolvimen-
to sem mecanismos efetivos de inclusão, de democratização e de
universalização de acessos às terras urbanas e rurais e aos benefí-
cios da vida em sociedade, da vida urbana e de justa distribuição da
riqueza social produzida com recursos da coletividade. As riquezas

sociais incluem as terras urbanas, os espaços urbanos que são produtos do trabalho social, dos investimentos coletivos, dos recursos públicos dos nossos trabalhos e dos nossos impostos. O acesso a essa riqueza social precisa ser justo, precisa ser equitativo, porque a sociedade inteira contribui para produzir essa riqueza social chamada terra urbana, chamada espaço urbano. Então nada mais justo que todos se beneficiem desta riqueza social. Para isso, é fundamental termos as lutas urbanas, as lutas pelo acesso à terra, pelo direito à cidade, pelo espaço urbano, como sendo lutas para o acesso à riqueza social produzida coletivamente. E eu acho que essa é uma das perspectivas que precisamos utilizar para analisar as propostas de governo nos debates eleitorais, porque o Brasil é um país eminentemente urbano, 85% da população brasileira vive em cidades, em algum tipo de espaço urbano e é aí que o jogo democrático da cidadania, da efetivação dos direitos precisa ser jogado, precisa ser debatido. Precisamos instaurar uma nova política no espaço urbano voltada para a construção da cidadania e de um verdadeiro Estado Democrático e de Direitos. Encerro por aqui dizendo muito obrigado pela atenção e boa noite a todas e todos.

141

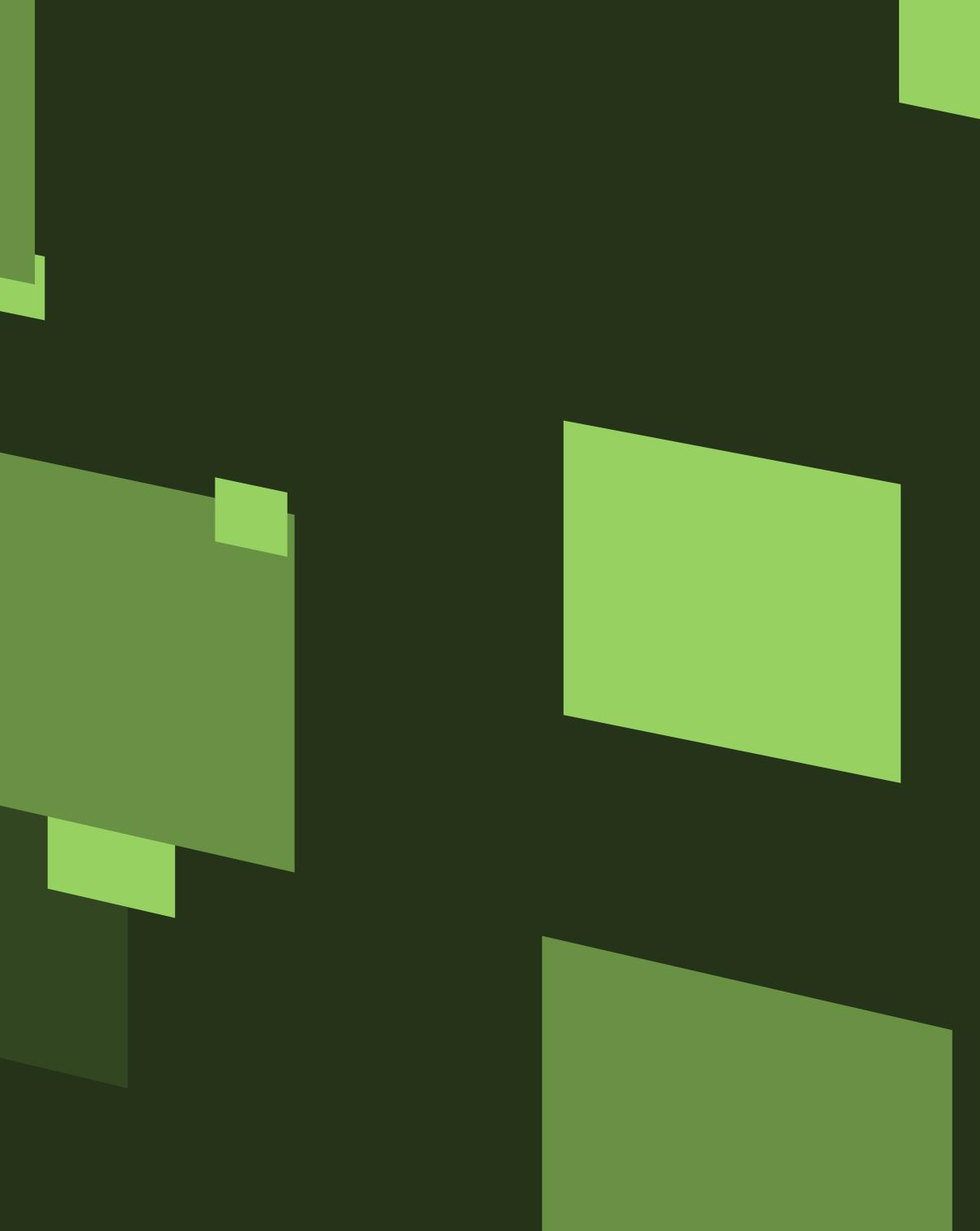
141

- 1 **Anderson Kazuo Nakano** é doutor em Demografia pelo Núcleo de Estudos de População do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas – NEPO-IFCH-UNICAMP, mestre em estruturas urbanas ambientais pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP, pós-graduado em gestão urbana e ambiental pelo Institute for Housing and Urban Development – IHS de Rotterdam, Holanda. Atualmente é professor do Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP.

141

141

141



**Perspectivas para a
Região Metropolitana
de Porto Alegre para o
período 2023-2026 ([link](#))**

Prof. Dr. Carlos Nagel Paiva¹
FACCAT

É um prazer estar aqui. Eu agradeço o IHU pelo convite. Sempre uma honra estar com vocês, é um espaço privilegiado de debate e a gente sabe que está conversando sendo assistido por pessoas que estão de fato refletindo sobre o Rio Grande do Sul, refletindo sobre a Região Metropolitana, então eu sempre fico muito satisfeito quando eu posso estar aqui com vocês.

O tema que foi proposto é um tema do meu ponto de vista, da maior importância, da maior complexidade. Eu vou trabalhar a questão das perspectivas da Região Metropolitana a partir da economia regional. E não só porque esta é a minha formação e a minha área, mas também porque a análise econômica regional é uma área que ainda está sendo descoberta, ainda está sendo desbravada.

Até muito recentemente os economistas que tratavam da região a pensavam como “uma nação pequena”, como se sua única especificidade fosse o tamanho. Então, aqueles instrumentos que nós, economistas, normalmente usamos para pensar o território nacional eram usados para pensar o território regional e a partir dos mesmos padrões de hierarquização. Este foi, até aqui, o maior equívoco da análise regional. Por que?

Em primeiro lugar porque as regiões têm um grau de integração com o seu entorno que é muito maior do que qualquer nação apresen-

146 ta. Um município pequeno é polarizado por municípios maiores,
146 que oferecem serviços sofisticados e centralizam o processamento
146 industrial de seus produtos primários. Por oposição, os municípios
146 polo dependem de sua periferia como fonte de demanda para seus
146 serviços e de oferta de matérias-primas para processarem. Mais:
146 essas áreas de influência e relação não são estáveis em dimensão.
146 Quando pensamos uma região tão expressiva em termos de popula-
146 ção e produto interno como a Região Metropolitana de Porto Alegre
o seu “entorno relevante” é todo o Rio Grande do Sul. A relação de
interdependência da RMPA com o restante do RS é muito mais forte,
muito mais intensa, muito mais complexa do que a relação do Brasil
com o restante da América Latina. Na verdade, é ainda mais intensa
do que a relação do Brasil com todo o resto do mundo. E isto, antes
de mais nada, porque o Brasil é um país continental, com uma aber-
tura para o exterior (vale dizer: com uma relação entre exportações e
importações *vis-à-vis* o produto interno bruto) relativamente peque-
na. A maior parte da produção de bens e serviços que abastecem a
economia nacional tem origem interna. Nossos principais produtos
de exportação têm por base o agronegócio e a maior parte dos pro-
dutos importados são da indústria da transformação. Mas também
temos uma produção agropecuária muito expressiva voltada para o
mercado interno. Assim como uma indústria nacional que abastece
parcela expressiva do mercado interno. E virtualmente todos os ser-
viços – comércio no atacado e varejo, serviços de saúde, de educa-
ção, de segurança, de transporte – são realizados internamente por
empresas nacionais ou estrangeiras alocadas no país.

Agora, quando tu pegas um território pequeno, a relação muda drasticamente. Mesmo no setor de serviços. A RMPA oferece serviços sofisticados para todo o Rio Grande do Sul: de saúde, de educação, de consultoria, de engenharia. Na verdade, o setor de serviços sofisticados é o principal “produto de exportação” da RMPA para sua enorme periferia. E a maior parte dela é o que podemos chamar de “o restante do RS”. Esta situação é o oposto das relações internacionais em que as trocas em serviços são mínimas e são máximas em bens *tradables* (transportáveis).

Quando se trata do âmbito regional tudo é trocado e cada região se especializa em algumas poucas atividades, muito específicas. Ela compra produtos de outras regiões. E os produtores dessas outras regiões, ao terem os seus produtos adquiridos, adquirem, também, a renda necessária para exercerem poder de compra sobre bens e serviços em que a região **não** se especializou.

Esse é o ponto central para nós: **não podemos pensar dinâmica da região metropolitana sem pensar a dinâmica do Rio Grande do Sul como um todo**. Nós vamos ver ao longo da exposição, que um dos problemas mais graves da RMPA encontra-se no baixo dinamismo econômico do Rio Grande do Sul quando comparado a outros estados da federação. Não é só isso, mas este é um problema importante.

147

147

147

147

147

148

148

148

148

148



Vamos abrir agora a apresentação das lâminas com o título “Perspectivas para RMPA 2023/26”. Na primeira lâmina apresentamos o que poderíamos chamar de o princípio fundante da Análise Regional: essa é, por definição, uma análise comparada. Até certo ponto, tal princípio é um desdobramento do fato, referido acima, das regiões serem mais integradas ao “seu exterior” do que as nações. Justamente por ser este o caso, a avaliação da dinâmica de uma determinada região deve ser feita tendo em vista a dinâmica de seus diversos entornos; sejam os mais próximos (no caso da RMPA, o restante do RS), sejam os mais distantes, mas similares (como as Regiões Metropolitanas dos demais estados da região Sul do Brasil; ou mesmo da dinâmica de toda a Região Sul). Por que? Porque a afirmação de que a RMPA teve, por exemplo, um crescimento do PIB de 10%, ou 20% é, em si mesma, pouco informativa. Este crescimento é real ou nominal? A inflação está embutida aí? E, em caso negativo,

caso tenha sido feita a deflação dos valores, qual foi o indexador utilizado? O Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA)? O Índice Geral de Preços (IGP)? O deflator implícito do PIB? Qual deles? Do Brasil? Ou do Estado? Imagine um crescimento do PIB nominal de 10%. Imagine, agora, que a inflação no período foi de 20%. Neste caso, houve um decréscimo em termos reais do produto de - 10%; pois os preços subiram mais do que o valor nominal do produto. O problema é que existem diversos deflatores possíveis de serem usados. E eles só convergem no longo prazo. Num dado ano, os índices inflacionários podem ser muito diferentes. Assim, muitas vezes é possível “provar” que houve crescimento ou decréscimo do PIB meramente através da eleição do indexador mais conveniente.

OS FUNDAMENTOS DA ANÁLISE REGIONAL PROSPECTIVA

- Toda a Análise Regional é comparada. E esta comparação envolve pelo menos dois níveis: 1) com a região maior da qual a microrregião sob análise é parte constituinte; 2) com regiões de perfil e estrutura organizativa similar;
- Nesta análise, tomaremos a evolução da Região Metropolitana de Porto Alegre com relação ao Rio Grande do Sul como um todo e com relação ao Brasil. Também compararemos a evolução da participação da RMPA com as RM das capitais do Paraná e de Santa Catarina.
- Toda a Análise Prospectiva deve partir das tendências observadas, vale dizer, deve partir do passado recente, tomando por referência indicadores selecionados de desempenho.
- Os principais indicadores do desempenho socio econômico regional são
 - 1) Evolução Demográfica
 - 2) Evolução da Participação do PIB no PIB global
 - 3) Evolução da Ocupação na Ocupação global
 - 4) Evolução do Rendimento Total no Rendimento Total

149

149

149



Mas,então, como podemos fazer para termos uma noção adequasse e realista de se uma determinada região está tendo, ou não, um bom desempenho bom? Comparando. Se vamos avaliar o desempenho

149

149

150 da RMPA, é preciso, primeiramente, avaliar como está seu desempe-
150 nho em relação ao Rio Grande do Sul. Ela está inserida no Estado; é
150 parte do mesmo. Se ela cresceu 10% e o Rio Grande do Sul cresceu
150 20%, então ela está tendo um desempenho inferior ao seu entor-
no, ela está perdendo expressão dentro da economia Gaúcha. Além
150 disso, eu devo compará-la com outras regiões metropolitanas que
cumpram funções similares e que estejam digamos operando em
150 um ambiente similar. Vale dizer: não cabe comparar a RMPA com a
Região Metropolitana de Manaus ou a Região Metropolitana do Pará.
Pois cada uma delas está apresentando uma dinâmica associada a
determinações muito distintas das nossas. Mas cabe, sim, comparar
a dinâmica da RMPA com a dinâmica das Regiões Metropolitanas de
Curitiba e de Florianópolis. E é importante que estas comparações
sejam realizadas com outras capitais de UFs da mesma macrorre-
gião do RS; pois os serviços que as capitais oferecem apresentam
muitas peculiaridades. Por isso mesmo, eu selecionei estas duas Re-
giões Metropolitanas para as comparações que vou apresentar na
sequência. A primeira coisa que vamos fazer é justamente comparar
a dinâmica da RMPA com a dinâmica do Rio Grande do Sul e com as
duas outras RMs já referidas.

Além disso, temos que definir quais os indicadores que vamos to-
mar para avaliar o desempenho. Do meu ponto de vista, há quatro
indicadores fundamentais. O primeiro é a evolução demográfica: a
população está crescendo mais ou menos na RMPA do que no res-
tante do RS e nas demais RMs das capitais do extremo sul? Por que a
evolução demográfica é tão importante? É que, como regra geral, as

peças são apegadas ao território em que nasceram, trabalharam, onde estão seus pais, onde estão os seus ascendentes, seus avós, onde elas têm vínculos afetivos e culturais. Se elas abandonam esse território é porque esse território não está lhe oferecendo as melhores oportunidades de renda e de ocupação. Na percepção daqueles que se evadem, outros territórios estão oferecendo melhores oportunidades. Não significa que inexistam oportunidades de ocupação no território que sofre a evasão. Apenas que a ocupação que ele oferece, a renda que ele oferece é inferior à renda que se possa obter em outros lugares.

Além de ser muito expressiva da percepção relativa de oportunidades de trabalho e renda, a dinâmica demográfica é muito fácil de ser identificada e calculada. Ao contrário de outras variáveis – como o PIB, por exemplo – que é tão comentado e utilizado por referência quanto é incompreendido por leigos em Economia e, até, usualmente, por economistas. A verdade é que a maior parte das pessoas não sabem bem o que seja o PIB. E esta, de fato, não é uma variável de fácil compreensão. Mais adiante, eu vou tentar traduzir o significado do PIB. Mas vamos começar pela questão demográfica.

151

Vários territórios do Rio Grande do Sul vêm perdendo população em termos absolutos ao longo das duas primeiras décadas do Século 21. Vale dizer: a cada ano que passa tem menos gente morando lá. Eu estou falando de microrregiões do IBGE, eu estou falando de COREDEs, que vêm perdendo população em termos absolutos. Isso significa que a economia desses territórios não vai bem. E como eu

151

151

151

151

152 já salientei, a região metropolitana não é uma ilha, ela oferece servi-
152 ços para o Estado inteiro. Se algumas regiões Rio Grande do Sul não
152 apresentam um bom desempenho econômico e perdem população,
152 a demanda sobre a RMPA não irá crescer com a mesma intensidade
152 que cresce a demanda sobre RMs de Estados onde há crescimento
152 demográfico (senão em todas, pelo menos) na grande maioria das
152 regiões da UF. E, de fato, é isso que ocorre em SC e no PR.

152 O interior de Santa Catarina e do Paraná estão “bombando” (se me
permitem usar uma terminologia que não é científica, mas é bem
compreensível). Esta não é a realidade do RS. E não estou falando
apenas da Metade Sul. Uma grande porção da macrorregião noroes-
te do RS também vai muito mal em termos demográficos. E, portan-
to, as demandas sobre a região metropolitana crescem abaixo do
que estão crescendo em SC e no PR.

A outra questão que a gente tem que ver é a evolução da participa-
ção do PIB. O PIB não é uma variável simples, e é menos expressi-
va para mim do que a evolução demográfica, mas ele é importante.
Qual é a dificuldade com relação ao PIB? Eu vou tentar fazer uma
apresentação rápida aqui. PIB é o valor agregado em todas as ativi-
dades produtivas que ocorrem no interior de um território. Ora, o va-
lor agregado é a soma de salários e lucros brutos; vale dizer, é igual
à renda gerada no território. Porém, a renda que é **gerada** num terri-
tório não é, necessariamente, **apropriada por domiciliados neste
mesmo território**. Talvez um exemplo ajude na compreensão deste
ponto tão importante.

Triunfo tem o maior PIB per capita do Rio Grande do Sul. É um PIB enorme, pois o Polo Petroquímico está sediado lá. Porém, o valor agregado no Polo de Triunfo não fica em Triunfo. A parcela que é lucro que é apropriado pelas empresas que lá operam, são transferidos para as sedes das mesmas (São Paulo e Salvador, no caso da Odebrecht). Os impostos lá gerados vão para Brasília e Porto Alegre. Os salários dos trabalhadores do Polo vão para os municípios onde eles estão domiciliados. E a maioria mora em outros municípios da RMPA, como Canoas, Esteio, São Leopoldo, Novo Hamburgo, etc. De forma que nem mesmo os salários ficam em Triunfo. **O resultado é que a renda da população domiciliada em Triunfo corresponde a aproximadamente 4% do PIB gerado em Triunfo.**

De outro lado, há municípios como Santa Maria, nos quais a renda dos domiciliados é muito superior ao PIB. Por que? Porque uma parcela expressiva do valor agregado na orizicultura de Cacequi (oriundo da orizicultura), na sojicultura de Tupanciretã ou na fumicultura de Agudo é transferida para Santa Maria, onde está domiciliada parte das famílias dos empresários rurais que vivem no entorno da nossa “capital do interior”. Muitas vezes, estes fazendeiros têm apartamento em Santa Maria, para onde ele viaja regularmente e onde moram a esposa e os filhos que estudam nos colégios e Universidades de Santa Maria.

153

153

153

O que importa entender é que o valor produzido no território (o PIB) não corresponde à renda dos domiciliados. Por isto mesmo, o PIB e sua dinâmica não é uma variável tão um relevante quanto, em geral,

153

153

154 pretendem os leigos em Economia e aqueles economistas que não
154 alcançam perceber que as variáveis relevantes para a avaliação do
154 desempenho da nação não podem ser utilizadas na análise regional
sem mediações.

154 Daí não se extrai, contudo, que o PIB seja insignificante. Quando o
154 PIB cresce, seja em Triunfo, seja em Santa Maria, como regra geral a
154 renda apropriada pelos domiciliados nesses territórios também cresce. Ou seja, mesmo que o PIB de Triunfo seja muito maior que a renda dos domiciliados em Triunfo se o PIB duplicar, é muito provável que a renda também sofra um acréscimo significativo. Porque, até para você ir para Polo Petroquímico, é preciso abastecer em algum posto. Eventualmente, num posto sediado em Triunfo, com trabalhadores e empresários domiciliados em Triunfo. Então a **evolução** do PIB é importante para nós. Não o valor absoluto do PIB a cada ano, mas sua evolução, a taxa de crescimento. E, de acordo com o princípio primeiro da análise regional, esta taxa deve ser comparada. Vale dizer: tampouco é a taxa absoluta de crescimento (5%, 8%, 10%, etc.), mas a taxa de variação do território vis-à-vis a taxa de variação nos demais territórios.

A outra variável que nos interessa é evolução da ocupação. Quantos estão ocupados? E qual a parcela dos ocupados que são empregados e qual a parcela que são “conta-própria”. Pois é preciso distinguir ocupação de emprego. Ser empregado é manter uma relação contratual com um empregador. Há emprego formal e informal. Mas se há empregador, há um contrato. Mesmo que não formalizado. A

ocupação envolve também o auto emprego, o trabalho informal; por exemplo, a atividade do vendedor ambulante, do camelô, etc e tal. E há um outro tipo de auto emprego que não é informal: o pequeno empresário. Podemos e devemos diferenciar os padrões de ocupação. Mas o ideal é avaliar todos os padrões. Pois este é um indicador muito importante.

Por fim, há que se avaliar o indicador do rendimento total das pessoas ocupadas. Pois já vimos que PIB do território não corresponde ao rendimento das pessoas domiciliadas no mesmo. Por vezes o PIB cresce e o rendimento das pessoas trabalhando naquela localidade não cresce. Pense, por exemplo, em Salto do Jacuí. Este município é a sede da maior barragem hidrelétrica do Estado: ele é o maior produtor de energia elétrica do Rio Grande do Sul. Imagine que o RS vive um período de chuvas torrenciais. A barragem de Salto do Jacuí estará cheia e a geração de energia elétrica será máxima. O PIB de Salto do Jacuí vai passar por uma grande expansão. Mas a renda das pessoas que moram em Salto do Jacuí não deve ter variado nada. Ou melhor, deve ter caído. Se a barragem ficou cheia foi porque houve um excesso de precipitação. E este excesso deve ter afetado a agricultura negativamente. No limite, a região passou por uma enchente que destruiu a produção agrícola. No pior cenário, houve mortes na enxurrada e várias pessoas perderam suas casas. Mas o PIB nunca esteve tão alto! Enfim: a evolução do PIB não é um bom indicador da evolução dos rendimentos. Por isto mesmo, é preciso olhar os rendimentos separadamente.

155

155

155

155

155

Eleições 2022 em perspectiva:
as desigualdades sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre

156

156

156

156

156

População Domiciliada Total (Estimativa IBGE)								
Territ e Período	2001-03		Participação RMPA	2019-21		Participação RMPA	Variação	
							p.p.	%
RS	10.409.784			11.422.281				
RMPA	3.895.351		37,42%	4.362.687		38,19%	0,77%	2,07%
Produto Interno Bruto Nominal (Contas Municipais IBGE)								
Territ e Período	2002-04		Participação RMPA	2017-19		Participação RMPA	Variação	
	R\$			R\$			p.p.	%
RS	116.454.938,67			454.342.727,33				
RMPA	51.000.614,00		43,79%	190.646.635,67		41,96%	-1,83%	-4,19%
Rendimento Mensal Total da População Ocupada (PNAD - IBGE; em R\$ Milhões)								
Territ e Período	2012		Participação RMPA	2019-22		Participação RMPA	Variação	
	R\$			R\$			p.p.	%
RS	15.073,00			16.825,50				
RMPA	3.444,33		22,85%	3.299,25		19,61%	-3,24%	-14,19%
População Ocupada Total (PNAD - IBGE)								
Territ e Período	2012		Participação RMPA	2019-22		Participação RMPA	Variação	
							p.p.	%
RS	5.769.250			5.760.667				
RMPA	742.000		12,86%	740.333		12,85%	-0,01%	-0,08%



Vamos, então, acompanhar este processo. Passemos para o próximo slide. Aqui, eu faço uma comparação da dinâmica da Região Metropolitana com o Rio Grande do Sul como um todo, resgatando os quatro indicadores já referidos: população domiciliada total, produto interno bruto nominal, rendimento mensal total da população ocupada e o número de pessoas ocupadas. Eu tenho os dados para o Rio Grande do Sul e para a RMPA. Em cima, na Tabela, está o período da observação. Para avaliar a evolução da população eu peguei, como referência inicial, a média da estimativa da população do IBGE entre 2001 e 2003. Por que que devemos tomar a média por referência e não um ano qualquer? É que não estamos resgatando um dado censitário, mas uma estimativa populacional. E as estimativas apresentam uma margem de erro. Se eu somo três anos e tiro a média, um erro a mais em um ano e um erro a menos no outro tendem a se anular. De forma similar, tomamos por referência final a estima-

tiva da população em 2019/21. No início do período, a população do Rio Grande do Sul era de 10 milhões e 409 mil pessoas e a população da RMPA era de 3 milhões e 900 mil pessoas. A população da RMPA correspondia a 37,42% da população do Estado. No final do período considerado, em 2019/21, a população domiciliada no RS e na RMPA aumentou. Mas aumentou mais rapidamente na RMPA, de forma que, agora, região metropolitana abriga quase 40% da população estadual. Este é um indicador de que a região está bem? Sim e não. Eu falei antes que os dados demográficos são indicadores de regiões atratoras e repulsoras. Se tu estás saindo de um lugar é porque tu não estás encontrando oportunidade de trabalho e realização social no local que tu abandonas. E tu vais para outro território, onde tu acreditas que vais encontrar maiores oportunidades. Mas é preciso entender que os movimentos de migração e transumância são usualmente marcados por “etapas intermediárias”. O agente sai do local onde não está encontrando oportunidades e se dirige para outro em que ele “crê” que as encontrará. Mas esta expectativa não se realiza necessariamente.

O que importa entender, contudo, é que a RMPA, no plano estritamente econômico, demonstrou ter uma capacidade de absorção não desprezível da população que migrou. Senão vejamos.

Vamos avaliar a evolução do PIB. O período de análise mudou um pouco, pois tanto a metodologia de cálculo quanto a temporalidade da geração de dados sobre população e PIB são distintos. Nós não dispomos de dados de PIB municipal para 2001 que sejam compa-

157

157

157

157

157

158 ráveis com os anos posteriores, pois houve uma mudança na meto-
158 dologia do PIB. O ano mais antigo da série comparável que 2002.
158 Fizemos, pois, uma média entre 2002/2004. Nesse momento o PIB
158 do Rio Grande do Sul é 116 bilhões de reais. E o PIB da região metro-
158 politana é 51 bilhões de reais. A percentagem da RMPA no PIB do RS
158 é de **quase 44 por cento**. Quando passamos para 2017-19 (que são
158 os últimos anos para os quais temos informações do PIB municipal),
158 vemos que a participação da região metropolitana no PIB estadual
caiu para algo em torno de 42%. Ou seja: a RMPA perdeu 1,83 pontos
percentuais do PIB do Rio Grande do Sul. Sua variação percentual
na participação relativa foi de -4,19%. Ou seja: a RMPA perdeu mais
de 4% de sua participação no PIB gaúcho. Em termos de PIB, já não
temos mais a mesma expressão que tínhamos no início do século.

Vejamos, agora, a questão dos rendimentos totais: em 2012. Para esta análise, tomamos por referência os dados de 2012 e os comparamos com os dados de 2019/22. Alguém poderia dizer: “Mas tu não trabalhas sempre com médias trienais?”. Sim, sempre. Mas ocorre que os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), uma pesquisa que gera resultados a cada trimestre. Então eu estou, na verdade, pegando a média dos quatro trimestres de 2012. Por que, então, tomamos três anos (e não um único) como referência final? Por dois motivos. Primeiro porque a PNAD sofreu algumas discontinuidades durante a pandemia do Covid. E, em segundo lugar, porque E a PNAD é uma pesquisa muito detalhada. De sorte que, entre 2019 e 2022, não temos resultados rigorosamente comparáveis para todos os trimestres. Neste caso, a precaução nos leva

a ampliar o período para o qual calculamos a média. Além disso, a adoção de um critério similar para o início do período (vale dizer, tomar uma média de informações entre 2012 e 2014) nos deixaria com um espaço de tempo muito pequeno para avaliar evoluções. A verdade é que – a despeito dos problemas de coleta iminentes ao período mais grave da pandemia – a PNAD é uma pesquisa muito detalhada e rigorosa. Optamos, então, por tomar por referência inicial apenas os quatro trimestres de 2012. A conclusão foi a de que os domiciliados na região metropolitana se apropriavam de apenas 22,85% por cento dos rendimentos totais no Estado.

Ora, fica evidente que a participação da RMPA nos rendimentos é pequena se tomamos por base sua participação na população e no PIB. Lembrem-se que a RMPA participava com 37% da população do Estado no início do século. Feliz ou infelizmente, a PNAD sofreu uma mudança de metodologia de cálculo que não nos permite comparar os dados mais recentes com os dados do início do século. A nova PNAD é metodologicamente muito superior à PNAD anterior. Mas esta melhoria teve o seu custo: a descontinuidade e incomparabilidade dos resultados da PNAD inicial com a PNAD atual (a PNA-
D-Contínua).

159

159

O que importa entender é que a população da RMPA cresceu acima da média do Estado entre os primeiros anos do século e os mais recentes. Então, por volta de 2012, a população já era de quase quarenta por cento e o rendimento era pouco mais de vinte por cento do Rio Grande do Sul. **A população que vive na região metropolita-**

159

159

159

160 **na está se apropriando de um rendimento inferior à média do**
160 **Rio Grande do Sul. De cada 10 gaúchos, 4 estão domiciliados**
160 **na RMPA, mas o rendimento desta população não chega a um**
160 **quarto do rendimento de todo o Estado.** Mas isto não é tudo. Para
160 piorar a situação, quando a gente chega em 2019-22, essa per-
160 centagem cai de 22,85% para 19,61%. Mais: **atualmente o rendimen-**
160 **to dos ocupados da região metropolitana é menor do que era**
160 **em 2012.** Ela é inferior a vinte por cento do rendimento de todo o
160 Rio Grande do Sul, houve uma queda de 3,24 pontos percentuais na
participação dos rendimentos totais.

E a população ocupada? A população ocupada se manteve pratica-
mente constante, ela era 12,86 por cento em 2012 e ela passou para
12,85 por cento em 19-22, ou seja, ela não variou muito. De qualquer
maneira notem que a população ocupada está muito abaixo da po-
pulação total. O que isto significa? Que o grau de desocupação é
elevadíssimo em Porto Alegre e entorno.

Por outro lado, ela se a participação percentual na ocupação é in-
ferior à participação percentual no rendimento, então a maior de-
socupação na RMPA é parcialmente compensada pelo fato de que
os rendimentos monetários de cada indivíduo empregado na RMPA
são maiores do que os rendimentos médios do restante do Estado.
A desocupação é elevada. Mas quem está ocupado na RMPA recebe
valores maiores do que os ocupados no restante do Estado.

Em síntese: a RMPA vem perdendo participação no PIB, vem perden-
do participação no rendimento dos domiciliados, vem ampliando sua

participação na população domiciliada, tem uma taxa de desemprego muito elevado, mas, ao mesmo tempo, ainda oferece um rendimento um pouco superior àquele auferido pelo trabalhador do interior.

Podemos passar para o próximo quadro. Aqui passamos a comparar a RMPA com as outras regiões metropolitanas das capitais da região Sul. Mais uma vez, nosso primeiro indicador é a dinâmica demográfica.

Brasil e Reg Metropolitana	População Total		Var. % 01-03/19-21	% da População no BR			
	2001-2003	2019-2021		2001-03	2019-20	Var. pp	Var %
Brasil	174.630.074	211.740.152	21,25%	100,000%	100,000%	0,000%	0,000%
Reg Met Curitiba	2.956.533	3.693.540	24,93%	1,693%	1,744%	0,051%	3,033%
Reg Met Florianópolis	855.889	1.229.208	43,62%	0,490%	0,581%	0,090%	18,447%
Reg Met Porto Alegre	3.895.351	4.362.687	12,00%	2,231%	2,060%	-0,170%	-7,632%

A população total no Brasil nos anos 2001/2003 (média das estimativas) era de 174 milhões e 690 mil. Em 2019/21 a população brasileira foi estimada em aproximadamente 211 milhões. Portanto, o número de habitantes no Brasil cresceu, nesse período, 21,25%. A Região Metropolitana de Curitiba tinha pouco menos de 3 milhões no início do período, e passou contar com 3 milhões 700 mil habitantes nos anos 2019/21; havendo crescido 24,93%, uma taxa superior ao crescimento médio do Brasil. A população da RM de Florianópolis era de 885 mil pessoas e passou para 1 milhão e 229: cresceu estrondosos 43,62%. Já a região metropolitana de Porto Alegre cresceu apenas 12%.

161

161

161

Vejam que interessante: a população da RMPA cresceu acima da média do Rio Grande do Sul. Mas cresceu muito menos do que a média do Brasil e das demais regiões metropolitanas da Região Sul. Por quê?

161

161

162 Porque o Rio Grande do Sul é o Estado cuja população menos cresce
162 em todo o Brasil. Não raro ouvimos explicações para esta perfor-
162 mance a partir dos traços culturais do gaúcho. Pretende-se que a
162 nossa “formação europeia” esteja na base de um padrão diferencia-
162 do (e, no limite, superior) de controle de natalidade. Do nosso ponto
162 de vista, esta explicação é um engodo. A “formação europeia” do RS
162 é a mesma de Santa Catarina. Mas a população de Santa Catarina
162 cresce acima da média nacional. A questão central parece ser outra.
O problema é não estamos conseguindo oferecer oportunidades de
emprego, ocupação e renda similares aos de Santa Catarina. Se vo-
cês me permitem, vou dar um exemplo pessoal.

Eu sou um pai sofredor. No dia dos pais eu converso com os meus
filhos. Mas eles não vêm me visitar. Converso pelo WhatsApp, pelo
Zoom ou pelo Skype. Porque um mora na Alemanha, outro em Bra-
sília e outro na Bélgica. Eles, como eu, amam o RS. Mas o Rio Gran-
de Amado não conseguiu oferecer atrativos para que eles ficassem
aqui. E não se trata de gostarem mais dos territórios e/ou nações
que os acolheram. Não! Todos eles gostariam de voltar para o Brasil.
Alguns, até, de voltar para o Rio Grande do Sul. O problema é que as
oportunidades de trabalho lá fora são melhores.

Em síntese: o Rio Grande do Sul é o Estado de menor crescimento
populacional do Brasil. A RMPA apresentou um crescimento demo-
gráfico superior ao crescimento do RS. Mas também cresceu menos
que o Brasil. O resultado é que a RMPA passou por uma perda ex-
pressiva de participação na população do Brasil. A Região Metro-

politana de Porto Alegre correspondia no início da série a 2,23% da população do país e, hoje, corresponde a 2,06%. Ela perde 0,17 ponto percentual, o que corresponde a -7,63% de sua participação no início da série.

Analisemos agora a evolução do PIB da RMPA em comparação com os territórios selecionados. Nesta lâmina, vemos a variação do PIB em todos os territórios. Na primeira coluna, temos a média do PIB para os anos de 2002/2004, na sequência a média de 2017/2019 e, por fim, a variação. Notem que a variação é elevada para todos os territórios. E isto porque tomamos o PIB nominal por referência. Nesta evolução, não há só variação do PIB real, pois não deflacionamos os valores. E isto porque é muito complicado fazer uma atualização de valores do PIB. Não podemos tomar o IPCA (como muitos fazem). O IPCA é índice de preços ao consumidor. E, no PIB, tem outros elementos. Tem máquina, máquina agrícola, tem produtos exportados para o exterior, tem insumos da construção civil, etc. Não podemos usar apenas o IPCA, que registra apenas a variação dos bens de consumo familiar final. Poderíamos usar o deflator implícito do PIB. Mas seu uso gera outras complicações. Eu não vou entrar nesses detalhes técnicos aqui. O que importa entender é que, a despeito da evolução apresentada na lâmina ser nominal, ela nos permite comparar. E é isso que importa: todas as taxas de “crescimento” estão viesadas pela presença de inflação. Mas este é um problema menor. Pois a inflação é aproximadamente a mesma em todas as regiões do Brasil. As diferenças eventuais em cada ano tendem a se anular no longo prazo. Assim, o que nos interessa saber é tão somente quem cresce mais.

163

163

163

163

163

Eleições 2022 em perspectiva:

as desigualdades sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre

164

164

164

164

164

Brasil e Reg Metropolitana	PIB		Var. % 02- 04/ 17-19	% do PIB no BR			
	2002-2004	2017-2019		2001-03	2017-19	Var. pp	Var %
Brasil	R\$ 1.721.496.295,33	R\$ 6.992.917.000,00	306,21%	100,00%	100,00%	0,000%	0,000%
Reg Met Curitiba	R\$ 43.195.225,33	R\$ 165.689.038,00	283,58%	2,51%	2,37%	-0,140%	-5,571%
Reg Met Florianópolis	R\$ 9.240.670,00	R\$ 45.719.335,67	394,76%	0,54%	0,65%	0,117%	21,799%
Reg Met Porto Alegre	R\$ 51.000.614,00	R\$ 190.646.635,67	273,81%	2,96%	2,73%	-0,236%	-7,976%

Ora, o PIB do **Brasil** cresceu **306%**; a RM de **Curitiba** cresceu **283%**; a RM de **Florianópolis** cresceu quase **400%** (quase 100 pontos percentuais acima do Brasil); e o **Rio Grande do Sul** cresceu meros **273%**. Nosso Estado é o “lanterninha” também nessa corrida. E a RMPA também se ressentiu. Ela passou por uma perda da participação expressiva no PIB nacional: de quase 3% no início do século, passou para meros 2,73% do PIB Nacional ano final da segunda década do mesmo.

Avaliemos, agora, o rendimento total das famílias. Vale notar, que os dados de rendimento estão deflacionados. E o estão pelo IPCA. Por que adotamos critérios distintos na avaliação do PIB e do Rendimento? Porque o indexador dos rendimentos familiares não pode ser outro que os índices de preços ao consumidor. E, neste caso, há apenas dois indexadores: o IPCA ou o INPC (que convergem rapidamente ao longo do tempo). Posto isto, avancemos para a comparação.

Brasil e Reg Metropolitana	Rend Total (R\$ Milhões)		Var. % 2012 / 2019-22	% do Rend no BR			
	2012	2019-2022 (média)		2012	2019/22	Var. pp	Var %
Brasil	R\$ 230.373,00	R\$ 259.047,50	12,45%	100,00%	100,00%	0,000%	0,000%
Reg Met Curitiba	R\$ 4.000,00	R\$ 4.589,50	14,74%	1,736%	1,772%	0,035%	2,037%
Reg Met Florianópolis	R\$ 994,33	R\$ 1.254,00	26,11%	0,432%	0,484%	0,052%	12,155%
Reg Met Porto Alegre	R\$ 3.444,33	R\$ 3.299,25	-4,21%	1,495%	1,274%	-0,222%	-14,815%

No Brasil, o rendimento total (em bilhões de reais) entre 2012 e 2019/22 cresceu R\$ 230 bilhões para R\$ 259 bilhões. Na RM de Curitiba o rendimento das famílias passou de pouco menos R\$ 4 bilhões para algo em torno de R\$ 4.700 bilhões. A RM de Florianópolis passa de R\$ 994 milhões para 1.254 bilhões. E a RMPA passa de R\$ 3.444 bilhões para R\$ 3.299 bilhões. Ou seja: enquanto o rendimento das famílias crescia em termos reais no Brasil, em Curitiba e em Florianópolis, ele decrescia na RMPA. Para este indicador a RMPA não apresentou apenas perda relativa, percentual. A RMPA apresentou perda absoluta. As pessoas estão recebendo hoje, em termos reais, menos do que recebiam no período de 2012. É o único caso de perda absoluta na região Sul. De sorte que a perda relativa será ainda maior. Em 2012, a Região Metropolitana de Porto Alegre a percentagem dos rendimentos da RMPA no total de rendimentos do país girava em torno de 1,5%. Esta percentagem passou para 1,274% no período 2019-22.

165

165

165

Avaliemos, agora, a evolução da população ocupada. De acordo com a PNAD, diminuiu o número de ocupados no Brasil entre 2012 e 2019/22. Nós tínhamos 96,3 milhões de pessoas ocupadas no

165

165

Eleições 2022 em perspectiva:

as desigualdades sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre

166 Brasil e 2012 e, no período mais recente, teríamos apenas 95,63
166 milhões. Ocorre, contudo, que a dinâmica da perda é diferenciada
em cada território.

166

166

166

Brasil e Reg Metropolitana	Pop Ocupada		Var. % 2012 / 2019-	% da Pop Ocup no BR			
	2012	2019-22		2012	2019/22	Var. pp	Var %
Brasil	96.292,00	95.633,00	-0,684%	100,00%	100,00%	0,000%	0,000%
Reg Met Curitiba	1.018,50	1.015,67	-0,278%	1,058%	1,062%	0,004%	0,409%
Reg Met Florianópolis	271,75	270,00	-0,644%	0,282%	0,282%	0,000%	0,041%
Reg Met Porto Alegre	742,00	740,33	-0,225%	0,771%	0,774%	0,004%	0,463%

Entre 2012 e 2019/22, a RM de Curitiba passou de 1,18 milhões ocupados para 1,15 milhões (perda de 30 mil ocupações). Na RM de Florianópolis, a ocupação pouco caiu: de um pouco menos de 272 mil ocupados para um pouco mais de 270 mil ocupados (1,5 mil ocupações foram perdidas). Uma evolução similar àquela da RMPA, que passou de 742 para 740 mil ocupados. Só que a menor taxa percentual de queda é a de Porto Alegre. Enquanto Florianópolis perdeu quase 0,7% de ocupações, Porto Alegre perdeu apenas 0,06%. Alguém poderia pretender que, finalmente, tivemos uma boa notícia. Afinal, nós até tivemos uma elevação na participação na ocupação do Brasil. Ela era 0,771% em 2012 e passou para 0,774% em 2019/22. Mas, antes de saudarmos a novidade, é preciso refletir.

Brasil e Reg Metropolitana	Rend Médio Ocup		Var %
	2012	2019-22	Rend Med
Brasil	R\$ 2.392,44	R\$ 2.708,77	13,222%
Reg Met Curitiba	R\$ 3.927,34	R\$ 4.518,71	15,058%
Reg Met Florianópolis	R\$ 3.659,00	R\$ 4.644,44	26,932%
Reg Met Porto Alegre	R\$ 4.641,96	R\$ 4.456,44	-3,997%

Notem que, na ocupação total, há empregados (que foram contratados por outros) e há conta-própria, a maior parte dos quais é informal. Já vimos na lâmina anterior que **o rendimento total dos ocupados caiu na RMPA**. Mas, então, o aumento do número de ocupados não está referido a uma elevação do emprego propriamente dito. Mas a uma elevação da ocupação informal. Uma vez que os rendimentos dos trabalhadores individuais (e do total deles) caiu, uma vez que os pais e mães de família estão ganhando menos do que antes, é preciso que os filhos saiam do segundo grau e ajude a prover a casa. Mesmo que isto envolva trabalhos tão (pouco) rentáveis como vender cafezinho na entrada da rodoviária.

O número de ocupados no RS só cresceu porque cresceu a auto ocupação. Inclusive no que o IBGE chama de “ocupações mal definidas”, e que envolvem desde o tráfico de drogas até a prostituição, passado pelo jogo do bicho, o contrabando e a venda de proteção (milícias). O que importa entender é que nem sempre o aumento da ocupação é um sinal positivo. É preciso cruzar ocupação com rendimento. Se a ocupação está praticamente constante e o rendimento total cai – como é caso da RMPA – então a queda do rendimento

167

167

167

167

167

168 médio (individual) deve ser similar à queda do rendimento total.

168 De fato. Tal como podemos observar na lâmina seguinte, o rendimento médio do ocupado entre 2012 e 2019/22 caiu em torno de 4%
168 (em termos reais) na RMPA. Vale observar que o rendimento médio
168 mensal do trabalhador nas três regiões metropolitanas das capitais
168 dos Estados do Extremo Sul do Brasil é significativamente superior
ao rendimento médio do conjunto do país. Porém, esta diferença
está caindo. E, acima de tudo, em função da dinâmica da RMPA, que
apresentava a maior taxa de rendimento do Sul em 2012 e, hoje,
apresenta a menor taxa de rendimento médio mensal dentre as três
RMs das capitais sulinas. Assim é que o rendimento médio do tra-
balhador ocupado em Florianópolis era, em 2012, quase R\$ 1000,00
reais inferior ao rendimento médio do ocupado na RMPA. Mas em
2019-22 as posições se inverteram, e o rendimento médio do ocu-
pado em Florianópolis supera discretamente o rendimento médio
do ocupado na RMPA. A variação da remuneração média na RM de
Florianópolis foi de 26,93%, no Brasil foi de 13,22% e na RMPA foi
negativo em -3,997%

POR QUE A RMPA NÃO VEM APRESENTANDO UM BOM DESEMPENHO?

- São vários os motivos. Há determinações nacionais e determinações regionais
- No plano nacional, é preciso entender que o Brasil vem passando por um acelerado processo de desindustrialização. O que significa dizer que os Estados mais industrializados são os que mais sofrem. Até pouco tempo atrás, o RS era a segunda Indústria de Transformação do Brasil. Hoje, está empatado com Minas Gerais. Mas há uma diferença: a Indústria de Minas volta-se mais para o mercado interno. A nossa tinha um perfil exportador. E as indústrias exportadoras são as que mais vem sofrendo.
- Além disso, o RS vem sofrendo pelo aprofundamento das desigualdades regionais. A RMPA não é uma ilha dentro do Estado. Suas principais funções estão atreladas à prestação de serviços para as regiões periféricas. Serviços de todo os tipos: de saúde, educacionais, consultoria empresarial, engenharia, etc. Se as demais regiões do Estado crescem pouco (ou até decrescem) a RMPA se penaliza;



Por que a RMPA vem apresentando um desempenho tão pouco alvissareiro? São vários os motivos. Há determinações que são nacionais e há determinações que são regionais. No plano nacional, o mais importante entender é que Rio Grande do Sul, era até o ingresso no século 21, o segundo Estado industrial do Brasil. Para que possamos entender bem isso é preciso entender que há quatro tipos de indústria: a indústria extrativa mineral (na qual somos quase nada, não temos minério de ferro, não temos petróleo e o nosso carvão é de qualidade inferior) Nós não temos uma indústria extrativa mineral significativa. Além disso, há a indústria da construção civil. Mas como nós não temos um crescimento populacional muito grande (é o menor do Brasil) e existe uma certa cultura de preservação arquitetônica inclusive, nossa indústria da construção civil não é particularmente forte ou expressiva. Tampouco temos uma indústria de serviços públicos (energia elétrica, saneamento, etc) particularmente expressiva.

169

169

169

169

169

170 Mas há uma quarta indústria na qual o Rio Grande do Sul era, até re-
centemente, o segundo estado da federação: a chamada **indústria de**
170 **transformação**. Esta é a indústria onde o produtor recebe uma maté-
170 ria-prima, um insumo básico, e o transforma num produto mais sofis-
170 tificado, mais complexo, com agregação de valor. Até o final dos anos
80 do século passado, São Paulo detinha aproximadamente 39% do
valor da indústria de transformação nacional e o Rio Grande do Sul de-
tinha algo em torno de 10%. Estes dois Estados juntos representavam
aproximadamente metade da indústria nacional de transformação.

Ora, ao longo dos últimos anos o Brasil vem se desindustrializando a uma velocidade assustadora, é o país que se desindustrializa com maior velocidade em todo o mundo. E isso tem feito com que o Rio Grande do Sul, que é um estado industrial, se ressinta de forma particular. São Paulo também vem perdendo participação no PIB nacional. Aliás, de forma muito mais acelerada que o Rio Grande do Sul. Mas o RS também tem se ressentido muito. Especialmente, porque uma parcela importante (e altamente empregadora) da nossa indústria de transformação estava voltada para o exterior. A indústria calçadista é uma excelente expressão disto. Uma indústria que tem uma relação umbilical com o Vale do Sinos e, por extensão, com a região de abrangência da Unisinos e com a RMPA. Parcela expressiva do mercado para o nosso calçado estava no exterior e a nossa desindustrialização ela está muito associada à perda de competitividade cambial do Brasil desde a adoção do Plano Real. Explicuemo-nos.

Eu espero que a introdução deste ponto não vá complicar demais

a exposição. Mas ele é importante. O Plano Real estabeleceu o seguinte padrão de controle de inflação: se o dragão inflacionário tira a cabeça para fora, nosso Banco Central eleva a taxa básica de juros. As explicações dadas para este movimento pelos analistas econômicos dos telejornais usualmente vão no sentido de: “O Banco Central elevou a taxa de juros para diminuir o consumo”.

Isto é uma bobagem sem tamanho. Quem é que vocês conhecem que diz “eu não vou pedir a cerveja saideira porque a taxa de juros subiu” ou “não vou comprar essa meia, apesar de estar precisando muito, porque a taxa de juros subiu”. Ninguém diz uma coisa dessas. Isso é uma bobagem sem tamanho; é uma versão tão absurda que causa espécie que alguém possa levar isso a sério. Não consigo imaginar como alguém não tem vergonha de dizer uma bobagem dessas.

Na verdade, o controle da inflação pelos juros se dá da seguinte maneira: quando a taxa de juros sobe no Brasil e fica acima do padrão internacional, entra dinheiro (vale dizer, divisas, dólares) de fora. Das mais diversas fontes: desde os fundos de pensão japoneses, até os grandes banqueiros e especuladores brasileiros, que mantém ativos e aplicações no exterior, mas aplicam no Brasil nossa taxa de juros supera significativamente a taxa de juros internacional.

171

171

171

Quando aumenta o fluxo de dólares para o país, o Banco Central joga uma parte das divisas excedentes (que não são demandadas pelos importadores à taxa de câmbio vigente até então) no mercado,

171

171

172 forçando a queda do dólar. Quando este cai, quase todo o “topo da
172 pirâmide social brasileira” festeja. Na linha: “ai agora o dólar tá bara-
to eu vou poder ir para Miami e Orlando; vou comprar roupas baratas
lá fora e, depois, vou para a Disney”.

172

172 Tudo bem, há gosto para tudo. Mas é preciso entender que, quando
o dólar fica mais barato, o calçado chinês também fica mais barato.
172 Imaginemos um calçado cujo preço de referência é de dez dólares
(US\$ 10,00). Se o preço de US\$ 1,00 for R\$10,00, este calçado de
172 US\$ 10,00 seria importado por R\$ 100,00. Mas se o dólar fica mais
barato (por exemplo: US\$ 1,00 = R\$ 1,00) o mesmo calado passa a
ingressar no país por apenas R\$ 10,00. ele custa R\$10,00. Ora, se o
importado custa apenas R\$10,00 e o nacional custa R\$ 20,00, R\$
30,00 ou R\$ 40,00, eu não vou comprar o nacional. Eu vou comprar
o chinês (ou tailandês, ou cambojano, ou marroquino).

Pior: só quem sofre é a indústria de transformação. Por que? Pense
bem: com a valorização do real, p dentista na China ficou mais ba-
rato também. Mas tu vais à China fazer tratamento dentário? É claro
que não! O custo da passagem não compensa. Porém, com certeza
tu vais comprar o sapato chinês. Pelo simples motivo de que ele está
aquí, na vitrine da loja da esquina.

Alguém poderia dizer: “Ah, mas o agronegócio também sofre, pois
ele vende para o exterior e, quando o real se valoriza, ele ganha
menos”. Sem dúvida. Porém, o Brasil é o país de maior produtivi-
dade agrícola do mundo. Só nós temos três safras de verão. Nos-

sa abundância de recursos hídricos é única. Temos terras que não acabam mais. Na verdade, quem realmente “paga o pato” do controle da inflação pela valorização do real é a indústria de transformação. A indústria de construção civil não sofre porque não se pode transportar um edifício. A nossa indústria de mineração (em especial, minério de ferro, petróleo e manganês) também é muito competitiva. Os serviços industriais não podem ser importados da China. Há um limite para a exportação de energia elétrica. O Paraguai está do outro lado do Rio Paraná. Mas não podemos enviar a energia de Itaipu para a França ou a Índia. Enfim: quando o controle da inflação é feito pelo câmbio, quem mais sofre num país como o Brasil é a indústria de transformação.

A nossa desindustrialização é fruto do Plano Real. E o Rio Grande do Sul, que tinha uma indústria voltada para o exterior sofre muito com isso. O fato de que uma das indústrias mais importantes – a calçadista – estivesse encravada no coração da RMPA, faz com que o sofrimento desta região seja particularmente agudo. Mas isso não é tudo.

Além disso o Rio Grande do Sul tem um outro problema: as profundas desigualdades no desempenho econômico das regiões do Estado. A maior parte da “periferia” da RMPA (vale dizer: o resto do RS) vai muito mal, obrigado. Por incrível que pareça, metade do Rio Grande do Sul (em termos de território, não em termos de população) vem perdendo população a cada ano que passa em função de um êxodo constante. E para onde estes migrantes vão? Em primeiro lugar,

173

173

173

173

173

174 para as cidades polo de cada região, para as “capitais regionais”. A
174 capital da metade Sul é Santa Maria. Ijuí e Passo Fundo são as ca-
174 pitais da região noroeste (uma a leste, outra a oeste). E boa parte,
174 claro, vem para Porto Alegre e entorno. Não encontrando emprego
174 nestes territórios, os migrantes tentam se auto ocupar, ingressando
174 na economia informal. Se a remuneração é baixa, insuficiente para
174 sustentar a família, vão para fora do Rio Grande do Sul. Alguém po-
174 daria perguntar: “Mas o que que isso tem a ver com as perspectivas
da RMPA?” Tem tudo a ver.

Vamos pegar por exemplo o setor industrial de ponta cujo principal mercado é o interno (por oposição à exportação para o exterior). Tomemos, por exemplo, o setor de máquinas e implementos agrícolas de Canoas. Estas empresas vendem seus produtos finais para quem? Elas vendem para as regiões agrícolas e para as regiões do interior do Estado também, se estas regiões agrícolas. Justamente aquelas que, em parte, estão apresentando uma dinâmica socioeconômica bastante perversa. Na medida em que o mercado regional se estreita, algumas das empresas já instalados no RS se retiram do mercado. É o caso da Nestlé, da Pirelli, da Souza Cruz. Estas, abandonaram o território. A Ford sequer se instalou. E a General Motors disse que não vai ampliar sua linha. Porque a demanda interna está relativamente estagnada. Para que aumentar a produção se o mercado não cresce? O mau desempenho do interior transborda para a região metropolitana.

População residente estimada, Taxa de Variação e Participação % das Microrregiões no Brasil e no RS											
RR, RS	Média Num Habitantes	2018-21	2018-21	Variação Num Hab	%	2001-4	2018-21	Var p.p	2001-4	2018-21	Var p.p
Microrregiões RS	2001-4	2018-21	Absoluta	%	2001-4	2018-21	Var p.p	2001-4	2018-21	Var p.p	
Brasil	176.364.820	210.928.839	34.564.019	19,60%	100,00%	100,00%	0,00%	X	X	X	
Rio Grande Sul	10.488.854	11.399.112	910.258	8,68%	5,947%	5,404%	-0,543%	100,00%	100,00%	0,00%	
Osório	303.813	399.395	95.582	31,46%	0,172%	0,189%	0,017%	2,897%	3,504%	0,607%	
Caxias Sul	688.280	892.938	204.658	29,73%	0,390%	0,423%	0,033%	6,562%	7,833%	1,271%	
Montenegro	185.980	229.919	43.939	23,63%	0,105%	0,109%	0,004%	1,773%	2,017%	0,244%	
Canela-Gramado	277.441	337.068	59.627	21,49%	0,157%	0,166%	0,009%	2,645%	2,957%	0,312%	
Guaporé	118.391	140.832	22.441	18,95%	0,067%	0,067%	0,000%	1,129%	1,235%	0,107%	
Estrela	286.387	338.376	51.989	18,15%	0,162%	0,160%	-0,002%	2,730%	2,968%	0,238%	
Passo Fundo	309.391	360.481	51.090	16,51%	0,175%	0,171%	-0,005%	2,950%	3,162%	0,212%	
São Jerônimo	135.774	157.409	21.635	15,90%	0,077%	0,079%	0,002%	1,294%	1,383%	0,089%	
São Cruz Sul	307.352	347.363	40.010	13,02%	0,174%	0,165%	-0,010%	2,930%	3,047%	0,117%	
Camaquã	127.097	139.599	12.502	9,84%	0,066%	0,066%	0,000%	1,212%	1,225%	0,013%	
Porto Alegre	3.559.224	3.895.564	336.340	9,45%	2,018%	1,847%	-0,171%	33,933%	34,174%	0,241%	
Litoral Esportivo	254.529	275.424	20.896	8,21%	0,144%	0,131%	-0,014%	2,427%	2,416%	-0,010%	
São Maria	360.274	383.676	23.402	6,50%	0,204%	0,182%	-0,022%	3,435%	3,566%	0,069%	
Ijuí	181.311	191.897	10.586	5,84%	0,103%	0,091%	-0,012%	1,729%	1,683%	-0,045%	
Não Me Toque	41.757	44.047	2.290	5,48%	0,024%	0,021%	-0,003%	0,398%	0,386%	-0,012%	
Yacaré	156.110	164.222	8.111	5,20%	0,089%	0,078%	-0,011%	1,488%	1,441%	-0,048%	
Pelotas	486.217	502.597	16.381	3,37%	0,276%	0,238%	-0,037%	4,636%	4,409%	-0,226%	
Carazinho	160.426	164.512	4.086	2,55%	0,091%	0,078%	-0,013%	1,529%	1,443%	-0,086%	
Campanha Meri	175.591	178.826	3.235	1,84%	0,100%	0,085%	-0,015%	1,674%	1,569%	-0,105%	
Serra Sudeste	116.082	117.176	1.094	0,94%	0,066%	0,056%	-0,010%	1,107%	1,028%	-0,079%	
Sociedade	72.021	72.575	554	0,77%	0,041%	0,034%	-0,006%	0,687%	0,637%	-0,050%	
Frechim	215.277	215.177	100	-0,05%	0,122%	0,102%	-0,020%	2,052%	1,888%	-0,165%	
Santanga	112.854	112.750	104	-0,09%	0,064%	0,053%	-0,011%	1,076%	0,989%	-0,087%	
Samambaia	61.002	60.283	719	1,18%	0,035%	0,029%	-0,006%	0,582%	0,529%	-0,053%	
Santa Rosa	161.978	156.950	-5.028	-3,10%	0,092%	0,074%	-0,017%	1,544%	1,377%	-0,167%	
Cachoeira do Sul	158.652	152.520	-6.132	-3,86%	0,090%	0,072%	-0,018%	1,513%	1,338%	-0,175%	
Três Passos	146.524	140.234	-6.290	-4,29%	0,083%	0,067%	-0,016%	1,397%	1,235%	-0,162%	
Cruz Alta	157.486	148.520	-8.966	-5,69%	0,089%	0,070%	-0,019%	1,501%	1,303%	-0,199%	
Frederico West	180.404	169.301	-11.104	-6,15%	0,102%	0,080%	-0,022%	1,720%	1,485%	-0,235%	
Cerro Largo	68.505	64.012	-4.494	-6,56%	0,039%	0,030%	-0,008%	0,653%	0,562%	-0,092%	
Rest Seca	67.134	61.869	-5.265	-7,84%	0,038%	0,029%	-0,009%	0,640%	0,543%	-0,097%	
Campanha Ocidental	389.166	357.882	-31.284	-8,04%	0,221%	0,170%	-0,051%	3,710%	3,140%	-0,571%	
São Angelo	208.104	190.625	-17.479	-8,40%	0,118%	0,090%	-0,028%	1,984%	1,672%	-0,312%	
Campanha Central	198.333	180.754	-17.579	-8,86%	0,112%	0,086%	-0,027%	1,891%	1,586%	-0,305%	
Jaguarião	59.991	53.647	-6.344	-10,57%	0,034%	0,023%	-0,009%	0,572%	0,471%	-0,101%	

Fonte dos Dados Brutos: Sidra - IBGE, Tabela 6579

Neste slide eu peguei as 35 microrregiões do Rio Grande do Sul (classificação do IBGE) e sistematizei sua dinâmica populacional, comparando-a com a dinâmica nacional e estadual. Nós temos apenas quatro microrregiões que estão tendo um crescimento populacional acima da média brasileira: Osório, Caxias do Sul, Montenegro e Canela/Gramado. Osório por uma razão muito particular, um conjunto de aposentados da região metropolitana está ocupando a sua segunda residência como residência definitiva. Caxias do Sul é o nosso principal polo industrial. Montenegro, Canela e Gramado também estão atraindo aposentados, pois é uma região menos perigosa que a região metropolitana. Por fim, o sucesso econômico do polo turístico de Gramado e Canela também tem sido um atrator de população qualificada de outras regiões do Estado.

As demais regiões que apresentam crescimento populacional têm taxas de incremento inferior à taxa nacional. Sete delas apresentam

176 performance superior à média do Estado: Porto Alegre, Camaquã,
176 Santa Cruz, São Jerônimo, Passo Fundo, Lajeado e Guaporé. E todas
176 elas encontram-se no quadrante nordeste do Estado. Formalmente,
176 Passo Fundo é parte da Mesorregião Noroeste do RS. Porém este
176 município encontra no extremo leste dessa Mesorregião. Da mesma
176 forma, Santa Cruz do Sul não está classificada na Mesorregião Nor-
176 deste, nem na Metropolitana, mas é parte da Mesorregião Centro
176 *Oriental* Rio-Grandense, encontrando-se, igualmente bem, no qua-
drante nordeste do Rio Grande do Sul. Isto significa dizer que as
onze regiões que estão ganhando participação na população total
do Estado encontram-se no mesmo quadrante do Estado e estão
relativamente próximas da RMPA.

As outras 24 regiões que estão listadas ali apresentam pelo menos duas colunas com taxas de variação em vermelho. Usamos esta cor para sinalizar taxas de crescimento negativo. O primeiro grupo – com dez regiões – apresenta um crescimento populacional anual muito baixo, inferior ao do próprio Rio Grande do Sul (cujo crescimento médio já é o menor do país). Isto significa que elas estão perdendo participação na população total do Estado. A

Mas ainda pior é a situação das 14 microrregiões que estão na parte mais embaixo do quadro: estas regiões perdem população em termos absolutos a cada ano que passa. Elas estão expulsando gente, alimentam um êxodo; ano após ano tem menos pessoas morando nesses territórios. Erechim, Santiago, Sananduva, Santa Rosa, Cachoeira do Sul, Três Passos, Cruz Alta, Frederico Westphalen, Serro

Largo, Restinga Seca, Campanha Ocidental, Santo Ângelo, Campanha Central e Jaguarão perdem população sistematicamente.

Isto parece que não ter consequências sobre a região metropolitana, mas tem. Porque a região metropolitana é o centro de produção e oferta de serviços e bens sofisticados para todo o Estado do Rio Grande do Sul. Se o resto do estado do Rio Grande do Sul vai mal, a região metropolitana padece.

A questão que se coloca é: o que pode ser feito para enfrentar estes problemas? É preciso mudar!... As mudanças necessárias dependem em grande parte dos governos nacional e estadual. Se não tivermos uma mudança da política macroeconômica de controle da inflação, que dependa menos da ancora cambial nós vamos continuar destruindo a indústria Gaúcha. Isso depende de um novo governo e de uma nova pactuação. Mas isso é muito mais difícil do que possa parecer. Muita gente apoia a ancoragem cambial e o real forte. Seja em partidos de direita, seja em partidos de esquerda. Da perspectiva liberal-conservadora, as empresas não precisam de proteção pública, muito menos de proteção cambial. E a classe média agrade um real forte para viajar pelo mundo. Idem as maiores empresas nacionais, que podem adquirir plantas lá fora e virarem multinacionais. De outro lado, os partidos de esquerda e os sindicatos defendem a política do Real forte porque ele aumenta o poder de compra dos salários, ao permitir a aquisição de jeans e calçados da China a bons preços. O problema é que aqueles que atuam em setores não-tradables (serviços, construção civil, funcionalismo público) ficam bem. Quem

177

177

177

177

177

178 sofre são os operários industriais, que perdem emprego. E, pouco
178 a pouco, toda a economia é contaminada pela desindustrialização.
178 Quem era industriário não é mais. Não bastasse a robotização e a
178 automação para destruir o emprego industrial, a China faz o mesmo
178 ao adotar uma moeda desvalorizada, vale dizer, ao manter o RMB
(ou yuan) depreciado em relação ao dólar.

178

O QUE PODEMOS FAZER?

- As mudanças necessárias dependem, em grande parte, dos governos, seja o nacional, seja o estadual.
- Mas as Universidades Regionais e Metropolitanas poderiam ser de grande ajuda na construção e consolidação de novas políticas de desenvolvimento econômico.
- Este tema é da maior importância e urgência. Vamos conversar sobre isto aqui.
- Deixemos os slides e passamos a algumas considerações que prescindem de tabelas.



Mas a questão não é só nacional. Os nossos governos estaduais eles não têm dado a devida atenção à questão das desigualdades. Em geral os governos estaduais não entendem que o baixo dinamismo de alguns territórios afeta a dinâmica de todo o RS. Não entendem que não é uma questão local, não entendem que, se a Metade Sul ou o Noroeste não vão bem, se Santa Rosa está perdendo gente, a RMPA e os territórios industriais do Nordeste também vão padecer. Essa verdade tão elementar – que as regiões operam como vasos comunicantes e a pujança (ou o declínio) de uma transborda para as

demais é algo que nossos governantes têm enorme dificuldade em entender. Para enfrentar esta incompreensão seria necessário que os centros de pesquisa e as universidades tivessem uma atuação mais clara. Mas, infelizmente, não é isto que se observa.

Eu vou dar um exemplo de como, em geral, as Universidades pensam esta questão da relação entre dinâmica do interior e dinâmica dos polos regionais. De uma certa feita, eu prestei uma consultoria para o COREDE (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) Central. Me contrataram, fiz a consultoria e apresentei os resultados. E eu insistia muito que as prefeituras se fizessem presentes. Em especial, a prefeitura de Santa Maria, que é o polo de serviços do Corede Central. Eu tinha inclusive alguns contatos com o prefeito de Santa Maria e com alguns dos Chefes e Coordenadores dos Departamentos e Grupos de Pesquisa da área de Ciências Econômicas da UFSM. Assim, enviei convites para que o prefeito e/ou seus secretários e o staff da área econômica da UFSM se fizessem presentes. Mas, a despeito do relatório final ter sido apresentado na própria UFSM, os ouvintes eram apenas os já conhecidos militantes do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central. Ao final concluí que as montanhas não iriam a Maomé e caberia a mim ir até as montanhas. Pedi e obtive uma com o Prefeito, que me recebeu com alguns assessores e apresentei os resultados. Mas, para minha surpresa, a equipe desmereceu o trabalho. Só faltou rirem da minha cara.

179

179

179

O que eu tentava esclarecer é que a renda de Santa Maria depende da produtividade e do rendimento dos produtores de Cacequi, de Tupanciretã, de Agudo, enfim, dos produtores rurais dos municípios

179

179

180 do entorno. Porque são eles, com seus rendimentos, que mobilizam
o sistema de serviços de Santa Maria. São eles que compram carros,
180 máquinas e equipamentos agrícolas, buscam consultoria jurídica,
serviços médicos sofisticados, serviços culturais, assessorias contá-
180 beis e econômicas, etc. Para minha surpresa, a resposta que obti-
ve foi: “As questões rurais e os problemas da agropecuária regional
180 não nos interessam. Santa Maria precisa se industrializar. Queremos
montar uma indústria de armamentos e equipamentos bélicos em
Santa Maria, já que temos, aqui e no entorno, parcela expressiva do
exército nacional. A produção agropecuária é o passado”. Um assessor
do Prefeito chegou a me dizer: “Paiva, enquanto tu pensas em
boi e carne, nós estamos pensando em nanotecnologia. A pecuária
é o passado, a tecnologia de ponta é o futuro”.

Engoli em seco. Não há nada mais impermeável à autocrítica do que
a ignorância pretenciosa e orgulhosa de si. Pensei: “Meu Deus será
que é tão difícil deles entenderem que eles vivem deste pessoal que
eles desprezam?”. Mas, sim, infelizmente é.

Isso é uma coisa que é muito típica no Rio Grande do Sul. Em
nosso Estado temos uma obsessão, no limite da psicose maníaca
pela inovação tecnológica. Eu não estou dizendo que inovação
tecnológica não seja importante. Estou dizendo que há fronteiras
tecnológicas em todos os segmentos. Inclusive no processamen-
to industrial de alimentos.

A Nova Zelândia é igual ao Rio Grande do Sul. Tem o mesmo tama-

no, tem duas metades, produz as mesmas coisas: vinho, turismo, leite, carne de gado, ovelha, lã e serviços industriais complexos. Mas eles têm uma renda per capita três vezes maior que a nossa. Eles têm um ministério da agroindústria que é responsável por pensar a ciência e tecnologia aplicada a esta grande cadeia produtiva nacional. Para nós isso soa absurdo. Para nós, a Ciência e Tecnologia existe sem objeto, ela paira no ar. E as Universidades reproduzem esta perspectiva. Elas se propõem, muitas vezes, a criar núcleos e sistemas de “inovação e tecnologia” sem ter qualquer definição dos segmentos e cadeias produtivas às quais estes núcleos e sistemas deveriam servir e prestar apoio e consultoria. Produzem “tecnologia” sem identificarem os potenciais usuários. Por exemplo tem um pessoal com que eu discuti recentemente que afirma que “o setor calçadista é velho e ultrapassado, nós temos que apostar mais nas máquinas e máquinas sofisticadas, com controle numérico etc.”. Não alcançam entender algo elementar: as fábricas de máquinas com controle numérico as produzem para atender cadeias específicas. E uma dessas cadeias é, justamente a calçadista. Se você elimina a indústria calçadista, o setor de máquinas modernas fica sem mercado. E some junto.

Não se consegue pensar em cadeia. Ora, que os políticos não consigam pensar em termos de cadeia e entender que o leite não é só o leite, é uma ordenhadeira mecânica automatizada, que os gestores não entendam tal platitude é até compreensível. Mas que dentro da Universidade ainda haja quem diga “não, eu não vou me preocupar com a questão da agroindústria porque eu estou preocupado com a alta tecnologia”. Aí sinceramente eu fico muito preocupado. Pois a diferença fundamental no dinamismo de Santa Catarina e do Paraná

181

181

181

181

181

182 com relação ao RS é que, lá, e eles acham que a BrF, a Aurora, a Lar,
182 a C. Vale – grandes empresas e cooperativas agroindustriais e gran-
182 des exportadoras - são importantes e devem receber apoio. E eles
182 realmente montam uma cadeia complexa, cada vez mais sofisticada
182 tecnologicamente inclusive no âmbito da engenharia genética que
182 nós estamos perdendo. Porque temos uma obsessão enorme ape-
182 nas para aquilo que é tecnologia mais sofisticada, sem projetar qual
182 é a demanda para o objeto que se quer produzir.

O problema do Ceitec foi esse. Evidentemente, agora que ele está aí, temos que lutar para preservá-lo. Mas a verdade é que sua instalação não respondeu a uma carência objetiva e urgente de insumos utilizados por qualquer cadeia produtiva, seja gaúcha, seja nacional. Não havia uma demanda estrangulada pela produção nacional de microprocessadores. Se houvesse, a pendenga já estaria resolvida. Pois o Ceitec seria lucrativo e estaria operando a toda a velocidade.

Este é o problema. Existe um problema de gestão, tanto em âmbito nacional, quanto em âmbito estadual. E esse problema de gestão só pode ser superado quando e se a academia fizer a crítica dos erros cometidos no passado. Infelizmente, eu tenho me deparado com uma dificuldade enorme de compreensão dentro da própria academia. Assim como muitos na UFSM pensam sua produção sem perceber que estão num entorno que necessita de apoio para dar sustentação à própria cidade e à Universidade, nos *campi* da RMPA ainda não se entendeu adequadamente que esta região é parte de um todo maior, e sua dinâmica é reflexa da dinâmica do seu entorno.

183

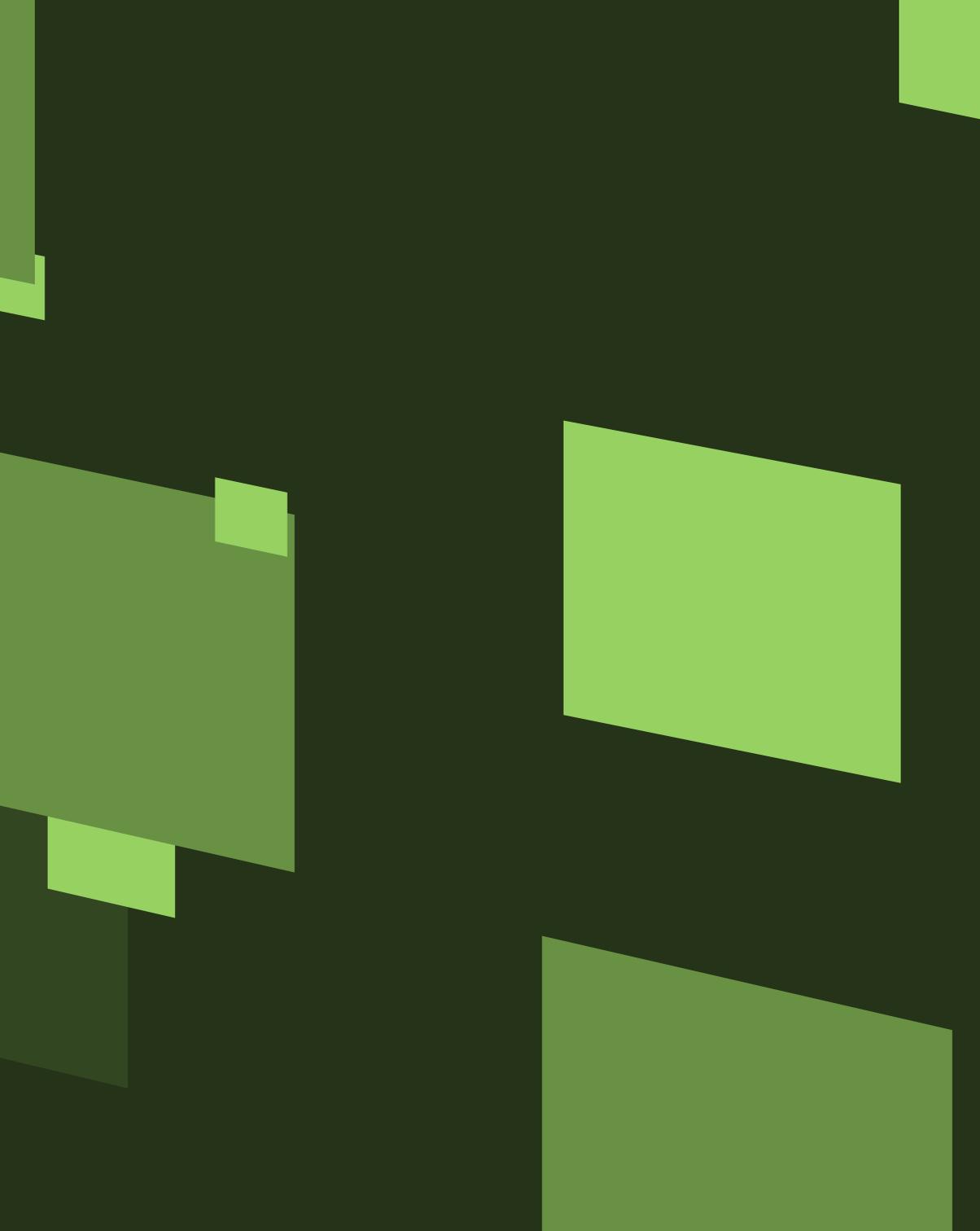
183

183

- 1 **Carlos Águedo Nagel Paiva** é bacharel em Economia (UFRGS), Mestre e Doutor em Economia (Unicamp) e Economista (Corecon 6716), Quarta Região. Professor no Mestrado de Desenvolvimento Regional (FACCAT). Também é Diretor Presidente da Paradoxo Consultoria.

183

183



**Apresentação de
trabalhos:
estudos sobre as
desigualdades na
Metrópole de
Porto Alegre ([link](#))**

Os Desafios Enfrentados por Jovens na Atualidade da Região Metropolitana de Porto Alegre

Amanda Santos de Freitas ¹

Daniela da Luz ²

Dienifer Cristina Santos ³

Gabrielle Correa de Siqueira ⁴

Resumo:

Atualmente muitos jovens se deparam com a própria sociedade contribuindo para a exclusão deles, por não acreditar nas suas capacidades e nos seus potenciais. Diante dessa complexidade de relações que cerca a população jovem, fez necessário a investigação para conhecer os desafios que envolve os jovens da região metropolitana de Porto Alegre e analisar como as políticas estão voltadas para ações que podem vir contribuir no dia-dia desses jovens no contexto que envolvem suas realidades. Além de compreender como a população jovem se percebe atualmente na sociedade brasileira. A pesquisa apresenta característica qualitativa por coletar informações que não buscam apenas medir um tema, mas descrevê-lo e apresenta característica exploratória, por ter como objetivo o aprimoramento de ideias e a descoberta da opinião de vários jovens com faixa etária diferentes. Com o objetivo de analisar os desafios que cercam a população jovem na região metropolitana de Porto Alegre e de compreender como este segmento populacional se percebe nos dias atuais, na sociedade brasileira.

Palavras chaves: jovens, educação, trabalho, política de juventude, políticas públicas.

188

1. Introdução

188

O Brasil precisa cuidar melhor de sua juventude, pois os jovens nascidos no final do século XX, com certeza, não são os mesmos em pensamento e em perspectiva comparados aos seus pais e avós. Infelizmente, a realidade que vem cercado esses jovens é diferente dos jovens do meio do século passado. Atualmente muitos jovens se deparam com a própria sociedade contribuindo para a exclusão deles, por não acreditar nas suas capacidades e nos seus potenciais.

188

188

188

A análise realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicadas em 2009 (IPEA), revelou que a vulnerabilidade social entre os jovens tem-se ampliado paulatinamente no âmbito das políticas públicas, em geral, a da Assistência Social, em particular. Cresce a preocupação com aspectos associados à violência, vulnerabilidade, educação, saúde e aos comportamentos de risco associados a esta faixa etária. Também cresce a demanda por redução das desigualdades sociais e ampliação de oportunidades e qualificação para uma geração confrontada a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e instável.

Diante dessa complexidade de relações que cerca a população jovem, o problema dessa pesquisa é para conhecer os desafios que envolve os jovens da região metropolitana de Porto Alegre. O objetivo proposto é analisar como que que políticas estão voltadas para ações que podem vir contribuir no dia-dia desses jovens no contexto que envolvem suas realidades. O estudo objetiva também, conhecer

os desafios da população jovem da região Metropolitana de Porto Alegre; compreender como que a população jovem se percebe nos dias atuais na sociedade brasileira.

Desta forma, o relatório apresenta o trabalho de campo de uma pesquisa acadêmica do curso de Serviço Social realizada no ano de 2020. A pesquisa apresenta característica qualitativa por coletar informações que não buscam apenas medir um tema, mas descrevê-lo, e exploratória, por ter como objetivo o aprimoramento de ideias e a descoberta da opinião de vários jovens com faixa etária diferentes. O eixo temático dessa pesquisa é políticas públicas.

2. Fundamentação Teórica

O referencial teórico da presente pesquisa foi estruturado em três tópicos, a saber: Juventude; Política de juventude; Como os jovens se relacionam com educação e trabalho.

2.1. Juventude

189

Estudar Juventude pode ser considerado o meio para se apontar questionamentos e entender essa faixa etária entre o adolescente e o adulto que fazem parte da nossa sociedade. Construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais e também envolve pontos de vistas diferentes.

189

189

189

189

190 Segundo a Organização Mundial de Saúde considera como jovem
190 pessoas entre 15 a 24 anos, o que também é discutível, em condi-
190 ções biológicas de ter filhos.

190 Para a Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho
190 Nacional de Juventude, a população jovem é da faixa etária de 15 a
190 29 anos, devido ao aumento do tempo dedicado à formação escolar
190 e profissional, a permanência maior com as famílias de origem, na
190 necessidade de mais proteção social.

E segundo Mattoso e Cravo (2016, p. 02) “As definições sobre ‘o que é ser jovem?’, ‘quem e até quando pode ser considerado jovem?’ tem mudado no tempo e no espaço e refletem disputas no campo político, no campo econômico e também entre gerações.”

Conforme Mattoso e Cravo (2016, p.03)

Outra perspectiva sociológica é a que enfatiza a relatividade do critério etário, pois a juventude, o jovem e seu comportamento mudam de acordo com a classe social, o grupo étnico, a nacionalidade, o gênero, o contexto histórico, nacional e regional.

Construir uma noção de juventude na perspectiva de contradição implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante. (Dayrell 2003, p. 42) os fatores que constituem a identidade juvenil trata-se de um momento em que o indivíduo começa a enfrentar e ter que dar respostas individuais às diversas instituições sociais que o cercam.

De acordo com Mattoso e Cravo (2016, p. 02),

Falar em juventude implica reconhecer a temporalidade presente nessa noção. Em cada período histórico e nas várias formações sociais, as concepções, as representações, as funções atribuídas aos jovens na vida social e a compreensão de seu desenvolvimento serão diferentes. Além desta diversidade, no interior da própria formação social, haverá diferenças a partir da posição que o jovem ocupa nas relações sociais.

Geralmente, a noção de sujeito social é tomada com um sentido em si mesma, sem a preocupação de defini-la, como se fosse consensual a compreensão do seu significado. Ou seja, sujeito é um ser humano aberto a um mundo que possui uma historicidade e é portador de desejos, e é movido por eles.

Segundo Dayrell (2003, p. 04)

Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. Finalmente, o sujeito é um ser singular, que tem uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade.

191

191

Observa que a categoria jovem está numa época de profundas transformações que afetam, de modo indelével, sua transição para a sua identidade e para vida adulta.

191

191

191

192

2.2. Política de Juventude

192

Para que se possa compreender as Políticas voltadas para o público jovem que tem como um instrumento de assegurar os direitos básicos das juventudes, é preciso se fazer uma análise de sua trajetória pelas épocas passadas. Pois quando se fala em Políticas de Juventude, logo se remete a um contexto social globalizado.

192

192

192

Conforme Silva e Silva (2011, p. 04)

Internacionalmente, a discussão sobre as temáticas dentro das políticas públicas para a juventude, surge a partir dos compromissos firmados pela Organização das Nações Unidas, em 1965, na Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos, esse processo se intensifica com a criação do Ano Internacional da Juventude em 1985, por parte das Nações Unidas.

Percebe que o início das políticas para os jovens veio surgir na década de 1960. A pesar de todo o contexto que o país passava devido ser a época que o Brasil passava pelo golpe de Estado seguido de ditadura militar, foi quando se deu início ao olhar para a população jovem.

Segundo Araújo (2013, p. 06)

A década de 80, foi marcada pela abertura da democracia e a reorganização dos movimentos sociais, onde uma das principais bandeiras de luta foi em prol das crianças e dos adolescentes. Esse movimento garantiu que na Constituição Federal de 88 as crianças e os adolescentes fossem reconhecidos pelo Estado como sujeitos de direito.

Segundo a citação podemos compreender que na década de 80 com o processo de redemocratização do país, também ocorria um passo importante com a população jovem, quando saiu a garantia de que crianças e adolescentes são reconhecidos na condição de sujeitos de direitos.

A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 representou um grande avanço na defesa dos direitos da criança e do adolescente, mas as juventudes acima dos 18 anos ficaram de fora das suas ações, uma vez que estas estão voltadas para crianças e adolescentes até 18 anos.

No ano de 2005, as políticas públicas para a juventude se consolidam como um novo elemento voltado para os jovens. Nesse mesmo ato foram criados o Conselho Nacional da Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pró - Jovem).

Em somente no ano de 2013 foi criado Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude e que considera a faixa etária de 15 a 29 anos.

193

Mas com todas essas conquistas durante os séculos, cabe ressaltar que ainda não são efetivamente cumpridos esses direitos, visto que ainda hoje milhares de jovens brasileiros desconhecem as políticas públicas existentes e enfrentam diariamente as dificuldades de se inserirem nessas políticas, seja na cultura, saúde, educação, meio ambiente, habitação, segurança, assistência social, lazer e transporte.

193

193

193

193

194

2.3. Como os jovens se relacionam com educação e trabalho

194

Os dilemas da juventude na atualidade se apresentam não somente de forma inédita e desafiante, mas se constituem como um complexo e grave problema quando se deparam com grandes impasses ao buscarem seu direito de trabalhar, de estudar, de realizar seus sonhos e projetos de vida.

194

194

194

Segundo Scherer (2019)

As juventudes demonstram o que toda a sociedade está vivenciando em um determinado momento histórico. Evidentemente, as juventudes não são um simples reflexo, que, de forma passiva, demonstram as transformações sociais, mas são compostas por sujeitos que participam e constroem história, juntamente com os demais segmentos sociais

Os jovens é uma fase de transição entre a vida infantil e adulta. Nesse período, constrói sua identidade, sua potencialidade, mas na caminhada para obter aquilo que se sonha acaba lidando com os desafios do dia a dia. Desafios esses que estão muitas vezes ligados com: Educação e trabalho.

2.3.1. Educação:

A escola é uma instituição essencial na vida dos jovens. Ela é um espaço de convivência e aprendizado, onde os jovens passam grande

parte do seu cotidiano e fazem amigos, compartilhando experiências e entre outras coisas.

Conforme o estatuto da juventude (artigo 7)

É dever do Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno, ressalvada a legislação educacional específica.

Mas alguns dos desafios dos jovens do século XXI é o de completar os estudos, segundo os dados do IBGE (2019) dizem que 11,8% dos jovens entre 15 e 17 anos equivalente a 1,1 milhão de pessoas, pessoas essas que estavam fora da escola em 2018.

Segundo Rúbio (2016, p. 03)

Analisa a problemática da evasão escolar a partir de duas perspectivas externa e interna ao contexto escolar. No que tange as questões externas vinculadas a evasão escolar são apontados problemas relacionados as questões socioeconômicas (pobreza, trabalho, violência), a família e ao estado (legislativo, executivo e judiciário).

195

De forma geral, os fatores que contribuem para o abandono escolar podem ser analisados a partir de vários contextos, seja causadas pela necessidade dos jovens de se inserir prematuramente no mercado de trabalho, até mesmo o próprio ambiente escolar que está ligado a escola e o professor.

195

195

195

195

196

2.3.2. Trabalho:

196

Sem estudos e com a crise econômica que cerca o país os jovens são os mais afetados pelo contexto que o Brasil vem enfrentando principalmente no que diz respeito ao mercado de trabalho.

196

196

Conforme Guimarães e Almeida (2013, p. 01)

196

A inserção produtiva dos jovens consolida-se como um grande desafio. Trata-se de um público mais vulnerável, que enfrenta maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e tende a encontrar ocupações mais precárias, situação agravada, em muitos países, pela baixa escolaridade e pela fragilidade da formação educacional de grande parte da população. Como consequência, é um público mais propenso à situação de desemprego e de desemprego em longo prazo, sendo objeto de políticas específicas em muitos países.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE, (2016) aponta que o desemprego na população em geral foi de 8,3% no primeiro semestre de 2015 para 11,3% no mesmo período de 2016. Enquanto isso, a taxa de desemprego entre a população de 14 a 24 anos passou de 19,3% para 26,5% na mesma comparação.

Segundo Scherer (2019)

As juventudes são o segmento social que mais vem vivenciando esse contexto de precarização das condições laborais. Sob o pretexto da necessidade de ‘aprender a trabalhar’, se oculta uma série de formas de precarizações e explorações da força de trabalho juvenil, sendo

por meio de estágio, contratos por tempo parcial, contratações por via do trabalho intermitente.

Infelizmente a falta de vaga de emprego está complicando a vidas de todos os jovens que desejam trabalhar e criar sua independência, muitos dos jovens por ter que ajudar na renda da família acaba se inserindo em trabalhos precários.

3. Metodologia

Para o alcance dos objetivos propostos nesta pesquisa foi utilizado a seguinte metodologia. O estudo apresenta característica qualitativa por coletar informações que não buscam apenas medir um tema, mas descrevê-lo, usando impressões, opiniões e pontos de vista dos jovens metropolitanos de faixa etária de 16 aos 24 anos. Também apresenta característica exploratória por ter como objetivo o aprimoramento de ideias e a descoberta da opinião de vários jovens com faixa etária diferentes. Conforme Gil (2002 p. 41) “Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses.”

197

O trabalho teve como suporte os seguintes itens:

197

- a) Revisão de literatura: Levantamento de material necessário para compreensão do assunto.
- b) Pesquisa Descritiva: Por descrever as percepções e os desafios dos jovens metropolitanos de faixa etária de 16 aos 24 anos.

197

197

197

198 Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado uma entrevista
198 semiestruturada de 10 perguntas com sete jovens, três jovens são
198 do sexo masculino e quatro do sexo feminino. Estes jovens foram
198 indicados pelo círculo social, solicitado pelas redes sociais e dis-
198 disponibilizado termo de consentimento. A entrevista foi realizada em
sua maioria por chamado de vídeo e presencialmente com 2 jovens,
devido a pandemia Covid 19. Os Jovens residem nos municípios da
região metropolitana de Porto Alegre, para que assim possa se com-
preender melhor as suas realidades e quais são os desafios encon-
trados por eles atualmente na sociedade. Após a aplicação do ques-
tionário, as entrevistas foram transcritas e organizadas e pastas para
a realização da análise. Segue abaixo o questionário:

- 1) Qual a sua idade?
- 2) Qual o Município?
- 3) Sexo?
- 4) Raça?
- 5) Você conseguiu terminar o ensino médio?
- 6) Você trabalha ou faz estágio?
- 7) Você mora com seus pais ou sozinho?
- 8) Você conhece as políticas públicas voltadas para os jovens?
- 9) O que você pensa da relação empregador x jovem?
- 10) Como você definiria o que é ser jovem nos dias atuais?
- 11) O que você acredita ser o maior desafio atual dos jovens?

4. Análise dos Dados

Este tópico possui como objetivo apresentar, analisar e discutir os dados coletados nas entrevistas. Nesse sentido, para melhor visuali-

zação dos dados foram elaboradas as seguintes categorias:

Categoria 1 – Caracterização dos jovens entrevistados

Categoria 2 – Política de Juventude

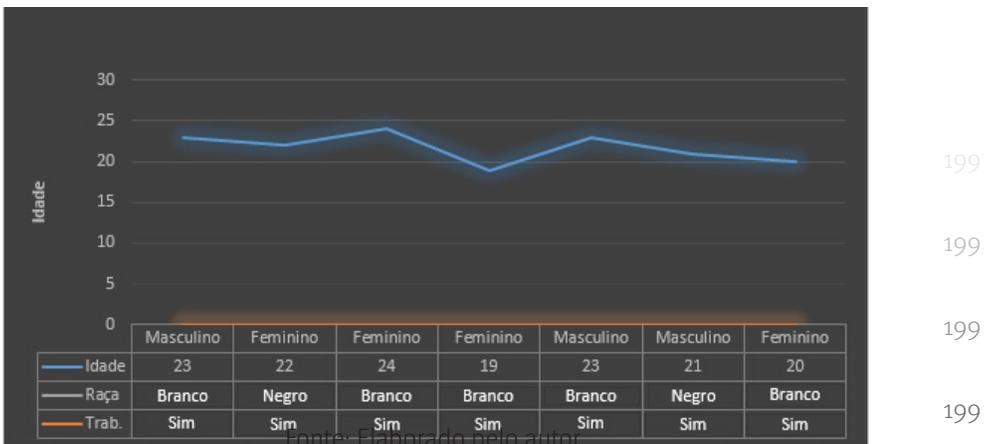
Categoria 3– Formação da Identidade

Categoria 4 – Trabalho

4.1. Caracterização dos jovens entrevistados

Os jovens entrevistados foram sete e é possível perceber que as características aqui apresentadas nos gráficos e tabela a seguir mostram as peculiaridades que representam a população jovem que está sendo entrevista e também é uma maneira de conhecer um pouco mais esse público.

Gráfico 1 - Relação entre faixa etária, sexo e trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor.

199

199

199

199

199

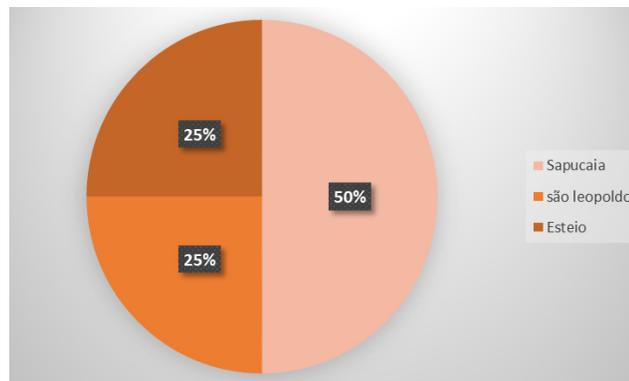
Eleições 2022 em perspectiva:

as desigualdades sociais na Região Metropolitana de Porto Alegre

No gráfico 1 é possível perceber a linha azul mostra a faixa etária dos entrevistados que vai de 19 à 24 anos, sendo três jovens do sexo masculino e quatro jovens do sexo feminino, assim a amostra de entrevistados foram predominantemente de mulheres. Quanto a relação com a identificação racial dos entrevistados é possível perceber que 67% se declara brancos e 33% se declaram negros. Também é possível perceber que todos os setes entrevistados exercem algum tipo de função trabalhista.

No gráfico abaixo é possível compreender como se deu a representação dos participantes ao município de moradia. Esses 7 jovens residem em três municípios da região metropolitana de Porto Alegre

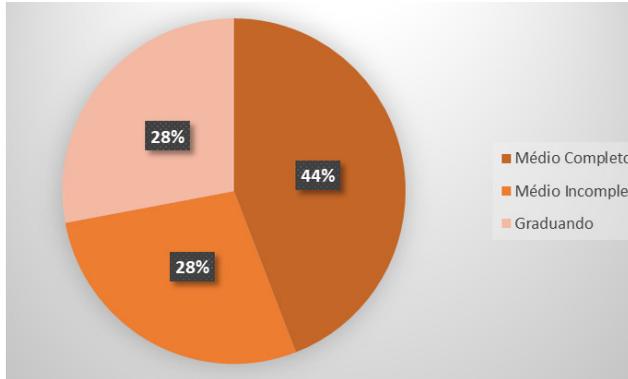
Gráfico 2 - Município



Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico a seguir é possível observar como a escolaridade está presente na vida desses 7 jovens.

Gráfico 3 - Escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico 3 é possível perceber relação à percentual de escolaridade dos 7 jovens entrevistados, é possível compreender que 44% dos entrevistados conseguiram concluir o ensino médio, que 28% não conseguiram concluir e que 28% estão cursando o ensino superior. Segundo a constituição de 1988, “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa.” E mesmo no século XXI, alguns dos desafios dos jovens contemporâneos é o de completar os estudos.

201

No quadro abaixo é possível perceber uma característica semelhante dos 7 entrevistados, que todos os entrevistados ainda residem com os seus pais.

201

201

201

201

202

Tabela 1 - Com quem você reside

	Iniciais	Intermediarias	Finais
202	Maria - Com meus pais e meu irmão. Louca para sair de casa	Pais e irmãos	Família
202	Hugo - Moro com meus pais	Mãe e irmãos	
202	João - Com os meus pais e minha irmã		
202	Ana - Moro com a minha mãe, meus dois irmão, meu filho, meu Namorado e meu padrasto		
202	Pedro - Com minha mãe e meus irmãos	Pai, irmãos e madrasta	
	Leila - Com meu pai, meus dois irmão e minha madrasta		
	Bruna - Com meus pais, e meu irmão		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2019 (IBGE), mostrou que os jovens estão demorando cada vez mais para sair da casa dos pais e é possível compreender através da narrativa dos entrevistados, que a boa relação com os pais e o custo alto de vida para arcar com todos os custos, mantém os jovens dentro do núcleo familiar.

4.2. Política de Juventude

A tabelas a seguir apresentam alguns resultados da análise descritiva realizada a partir de informações coletadas da pesquisa semiestruturada que foi realizada com os jovens para saber se eles conheciam as políticas voltadas diretamente para a sua faixa etária.

Tabela 2 - Políticas de Juventude

Iniciais	Intermediárias	Finais
Maria – Sim, estatuto da criança e adolescente que vai até os 18 anos	ECA	Política - Estatuto Da Criança e
Hugo – Conheço a meia entrada estudantil, jovem aprendiz e ECA		
João – Não conheço		
Ana – Estatuto da criança e do adolescente.	Estatuto da criança e do adolescente.	Adolescente
Pedro – sei que existe o ECA		
Leila – Sei que tem o estatuto da criança e do adolescente, mas é até 18 anos		
Bruna – Sim, estatuto da criança e adolescente, tem o programa pró-jovem, mas não sei se é uma política ou só um programa.		

. Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir da análise do quadro “Política de Juventude” é possível perceber que os jovens desconhecem as políticas que estão voltadas para eles, um dos entrevistados até assumiu que não conhece nenhuma política, e os demais jovens afirmam conhecer somente o estatuto da criança e do adolescente (ECA). A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 representou um grande avanço na defesa dos direitos da criança e do adolescente, mas as juventudes acima dos 18 anos ficaram de fora das suas ações, uma vez que estas estão voltadas para crianças e adolescentes até 18 anos. No ano de 2005, as políticas públicas para a juventude se consolidam como um novo elemento voltado para os jovens. Nesse mesmo ato foram criados o Conselho Nacional da Juventude, a Se-

203

203

203

203

203

204 cretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão,
204 programa esse que um jovem cita na sua entrevista dizendo: “Não
204 sei se é uma política ou só um programa” com esse relato dá a se
204 entender que os jovens podem até saber que existe os programas
204 voltados para eles, mas desconhecem os objetivos desses progra-
204 mas e políticas.

204 4.3. Formação da Identidade

A construção da identidade pessoal é considerada a tarefa mais importante da juventude, o passo crucial da transformação do adolescente em adultos. FARIAS, SILVARES (2003). Construir uma identidade, implica definir quem a pessoa é, quais são seus valores e quais direções deseja seguir pela vida.

Segundo OENNING, (2017)

A Juventude é a fase que marca a transição entre a infância e a idade adulta. Essa fase é caracterizada pelas alterações que ocorrem no ser humano em diversos níveis (físico, mental e social) e que representam para o mesmo o início do processo de mudanças de comportamentos e no surgimento de características e de competências que envolvem deveres e papéis sociais do adulto.

Para a juventude construir a sua identidade, implica definir quem a pessoa é, quais são seus valores e quais direções deseja seguir pela vida. Identidade é uma concepção composta de valores, crenças e metas com os quais os jovens estão solidamente comprometidos na

transição para a vida adulta.

E segundo FERREIRA, SILVARES (2003)

A formação da identidade recebe a influência de fatores intrapessoais (as capacidades inatas do indivíduo e as características adquiridas da personalidade), de fatores interpessoais (identificações com outras pessoas) e de fatores culturais (valores sociais a que uma pessoa está exposta, tanto globais quanto comunitários)

No quadro abaixo é possível perceber que os jovens entrevistados definiram o que é ser jovem nos dias atuais.

Tabela 3 - Formação da Identidade

Iniciais	Intermediarias	Finais
Maria- É um aprendizado inicialmente do que é ser adulto futuramente, trabalhar, ter responsabilidade.	Aprendizado	
Hugo- Acredito que a atual definição dos jovens hoje em dia seja, mimados. A geração atual não sabe receber um não, não sente vontade de se desenvolver [...]		
João - Eu definiria que ser jovem é passar por desafios o qual a sociedade acredita que não somos capazes de enfrentar sozinho.		205 205
Ana - É complicado, tem muitos preconceitos com os jovens, temos que estar sempre mostrando que somos capazes de fazer as coisas e fazer nossas próprias escolhas.	Despreocupados	Formação da Identidade 205 205
		205

	Iniciais	Intermediárias	Finais
206	Pedro - Complicado! Sociedade querendo que você se assume mas o salário na maioria das vezes é bem pouco e menor [...]	Dificuldades	
206	Leila - Hoje em dia é tranquilo, antigamente os jovens tinham mais pressão para se assumir logo e hoje temos a possibilidade de pensar nos problemas com calma sem pressão, não temos tantas preocupações.		
206	Bruna - Ser jovem atualmente é estar disposto a conviver com alguém achando que sabe o que é melhor para você e querendo sempre te comparando com os outros.		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Um dos jovens diz: “É complicado, tem muitos preconceitos com os jovens, temos que estar sempre mostrando que somos capazes de fazer as coisas e fazer nossas próprias escolhas.” O que leva a perceber que a entrada na juventude implica em critérios rígidos, onde o indivíduo começa a enfrentar e ter que dar respostas individuais às diversas instituições sociais que o cercam. É possível perceber que a identidade para esses jovens traz também a responsabilidade, como é o relatada na fala de Maria que diz: “É um aprendizado inicialmente do que é ser adulto futuramente, trabalhar e ter responsabilidade.” E segundo Dayrell (2003) é possível marcar um início da juventude quando a pessoa começa a assumir as suas responsabilidades e a buscar a independência.

4.4. Trabalho

Karl Marx define o trabalho como a atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força de trabalho; conforme as sociedades foram avançando o trabalho foi se modificando e se fortalecendo cada vez mais como necessário para o desenvolvimento societário.

Segundo Mendes (2013)

Trabalhar é condição essencial, não somente pela manutenção financeira, mas pela dignificação da vida. Trabalhar se constitui numa parte importante da vida. E vai além do ganha-pão. Tem a ver com realização pessoal, com sentir-se útil e encontrar sentido para os dias.

Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE, (2016) aponta que o desemprego da população de faixa etária de 14 a 24 anos no primeiro semestre de 2015 foi de 19,3% e no período de 2016 foi para 26,5%.

A tabela a seguir mostra que um dos desafios que a população jovem de 19 a 24 anos vem passando atualmente é a inserção no mercado de trabalho.

Tabela 4 – Trabalho

Iniciais	Intermediarias	Finais
Maria - O maior desafio dos jovens é não ter oportunidades no mercado de trabalho por não ter experiência.	Falta de oportunidade	
Hugo - os jovens ainda estão em casa, muitas vezes sustentados pelos pais, devido ter dificuldade em batalhar e ter sua autonomia.		

207

207

207

207

207

	Iniciais	Intermediárias	Finais
208	João - É estar no mercado de trabalho, pois precisa de experiência e ninguém que oferecer essa experiência. E lidar com os pais querendo escolher o que é melhor para nós.	Primeiro emprego	Trabalho
208	Ana - O maior desafio dos jovens é não ter oportunidades no mercado de trabalho. Ter que lidar com a família querendo opinar na sua vida [...]		
208	Pedro - O maior desafio atualmente, é sem dúvida o primeiro emprego [...]		
208	Leila - A sem dúvida um dos desafios é de lidar com os pais ainda querendo mandar em nós achando que sabem de tudo e o que é melhor para nos sem consulta a nossa opinião.		
	Bruna - Acho que é de buscar a sua autonomia, e compreender para que estamos nesse mundo e qual é o nosso lugar [...]		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conseguimos observar através dos relatos dos jovens que o maior desafio dos jovens atualmente é estar trabalhando, como aparece no relato de Pedro quando ele diz: “O maior desafio atualmente, é sem dúvida o primeiro emprego”. O que aparece na fala da Maria quando ela diz: “O maior desafio dos jovens é não ter oportunidades no mercado de trabalho [...]” É possível perceber a importância do trabalho na vida desses jovens, que vai muito além do fato de que, através dele, se satisfaz as necessidades básicas, o trabalho, por si

só, é revelador da humanidade e autonomia. O estado possui algumas políticas e projetos que estão voltados para ações que podem vir a contribuir para o primeiro emprego dessa população e trazer junto a autonomia para esses jovens, a lei nº 11.629 de 14 de maio de 2001, o governo do estado do Rio Grande do Sul (RS) instituiu o Programa Primeiro Emprego (PPE/RS), com o objetivo de promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização. Também foi criado o projeto do governo federal “Jovem Aprendiz” que é um meio de incentivar os contratantes a desenvolverem nas suas respectivas empresas programas de aprendizagem para jovens e adolescentes, entre 14 e 24 anos. Para que assim, não se cresça a desigualdades de trabalhos com esses jovens e se tenha a ampliação de oportunidades e qualificação para uma geração que está disposta a se descobrir no mercado de trabalho que se encontra a cada dia mais competitivo e instável.

5. Principais Resultados

Ao analisar os resultados obtidos, foi possível perceber o aparecimento de uma nova categoria e as categorias que já possuíam na fundamentação teórica e apareceram novamente, mas algumas com um outro sentido.

Descobrimos através dos dados que devido à crise econômica no Brasil, teve início em meados de 2014, levou a população jovem a não sair de casa. Assim permanecendo por um período maior com

209

209

209

209

209

210 os seus pais, devido os custos altos de vida, para arcar com todos os
custos da moradia e de prover o seu sustento sozinho.

210

210 Na categoria política para os jovens é possível perceber que os en-
210 trevistados só citam como conhecimento em política o Estatuto da
210 Criança. O Estatuto da Juventude, não foi citada nenhuma vez. Desta
210 forma, os jovens entrevistados não conhecem as políticas que estão
voltadas para defender os seus direitos enquanto população jovem.

210

Categoria trabalho é possível observar que os setes entrevistados
estão trabalhando, mas que mesmo assim eles trazem como desafio
para a população jovem o primeiro emprego e isso dá a entender
como ficou marcado para eles os pretextos e desafios para conse-
guir ingressar no seu primeiro emprego e de como a importância
do trabalho na vida desses jovens vai muito além de satisfazer as
necessidades básicas.

6. Considerações Finais

Através das entrevistas realizada com os 7 jovens que aceitaram par-
ticipar e expor um pouco de como e sua visão na sociedade brasi-
leira, alcançamos o objetivo de conhecer os desafios da população
jovem da região Metropolitana de Porto Alegre neste momento atual
da sociedade brasileira.

Dessa forma foi possível conhecer não só a população jovem, mas
de que maneira as políticas públicas estão voltadas para ações que

podem vir a contribuir para emancipação desses jovens. Percebe-se a falta de visibilidade dessas políticas, bem como os direitos desse segmento populacional.

Referências

AGÊNCIA ECCLESIA. **Os jovens são o futuro da humanidade e a esperança das nações.** Disponível em: <https://noticias.cancaonova.com/especiais/jmj/colonia-2005/os-jovens-sao-o-futuro-da-humanidade-e-a-esperanca-das-nacoes-afirma-papa/>. Acessado em: 03 de Dezembro de 2020

ARAÚJO, Alexandre Viana. **Política Pública para Juventude:** Analisando o Processo de Construção no Brasil. Universidade Federal de Pernambuco/UFPE – Brasil.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de Julho. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 11 de Junho de 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 5 de Agosto. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_

211

[Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm). Acessado em 11 de Junho de 2020.

211

BRASIL. **Lei nº 11.129, de 30 de Junho de 2005.** Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Brasília, 30 de Junho. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Lei/L11129.htm. Acessado em 11 de Junho de 2020.

211

211

211

212 BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Marco Legal: Saúde, um direito de adolescen-**
212 **tes.** Organização mundial da saúde. 1. ed. Brasília, DF 2007. p. 01-60. Disponível
em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf. Acessado em
18 de Maio de 2020.

212 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF:
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.

212 CENSO 2010: **População do Brasil é de 190.732.694 pessoas.** IBGE, 2010.
Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
212 htm Acessado em 25 de Novembro de 2020.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação.**
Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, p. 01-13, abril.
2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Acesso
em: 22 de Maio de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Edi-
tora Atlas S.A., 2002. E-book (não paginado). Disponível em: [http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa](http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf).
pdf. Acesso em: 15 de Maio de 2020.

GUIMARÃES, A. Q.; ALMEIDA, M. E. Os jovens o mercado de trabalho: evolução
e desafios da política de emprego no brasil. **Congresso Brasileiro de Assis-**
tentes Sociais, Brasília DF, p. 01-26, 2013. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2015/08/Ser-Jovem-Hoje-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 10 de Junho de 2020.

JOVEM APRENDIZ - Como funciona o Jovem Aprendiz. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/como-funciona-o-joveaprendiz/#:~:text=O%20>

[Jovem%20Aprendiz%20%C3%A9%20um,entre%2014%20e%2024%20anos.&text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20o%20menor%20aprendiz,programa%20por%20at%C3%A9%20dois%20anos](https://www.estudopratico.com.br/como-funciona-o-joveaprendiz/#:~:text=O%20Jovem%20Aprendiz%20%C3%A9%20um,entre%2014%20e%2024%20anos.&text=Al%C3%A9m%20disso%2C%20o%20menor%20aprendiz,programa%20por%20at%C3%A9%20dois%20anos). Acessado em 01 de Dezembro de 2020

FERREIRA, Teresa H. S., SILVARES, Edwiges, F. M. **A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório.** Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17240.pdf>. Acessado em 03 de Dezembro de 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mais de 50% dos trabalhadores contribuem para a previdência.** IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?busca=id=1&idnoticia=1230&t=mais-50-trabalhadores-contribuem-previdencia&view=noticia>. Acessado em 13 de abril de 2020.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Jovens demoram para sair da casa dos pais.** IBGE, 2016. Disponível em: <https://videos.band.uol.com.br/16077977/ibge-jovens-demoram-para-sair-da-casa-dos-pais.html#:~:text=Um%20oestudo%20do%20Instituto%20Brasileiro,se%20dedicam%20mais%20aos%20estudos>. Acessado em: 25 de Novembro de 2020.

MATTOSO, F. A.; CRAVO, J. L. Jovens vítimas de acidente de trânsito: Qual o lugar que a educação e o trabalho ocupam em suas vidas. **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, Brasília DF, p. 01-13, setembro. 2016. Disponível em: https://cbas2016.bonino.com.br/arquivos_artigos/1194.pdf. Acessado em: 18 de Maio de 2020.

DESAFIO de manter jovens no ensino médio, principal obstáculo à universalização da educação. G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/20/o-desafio-de-manter-jovens-no-ensino-medio-principal-obs-taculo-a-universalizacao-da-educacao.ghtml>. Acessado em 16 de abril de 2020. 213

POPULAÇÃO jovem é mais afetada pela crise econômica e pelo desemprego. ABRH RS, 2016. Disponível em: <https://www.abrhrs.org.br/noticia/populacao-jovem-e-mais-afetada-pela-crise-economica-e-pelo-desemprego>. Acessado em: 10 de junho de 2020. 213

213

213

214 RIO GRANDE DO SUL. **LEI Nº 11.629, de 14 de maio de 2001.** Institui o Programa Primeiro Emprego. Porto Alegre, 14 de maio de 2001. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/Mo10/Mo100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_TodasNormas=3565&hTexto=&Hid_IDNorma=3565. Acessado em: 01 de dezembro de 2020.

214 RÚBIO, Luciana. **Evasão Escolar: Um Problema Que Persiste Na Educação Brasileira.** p. 01-15. 2016 E-book (não paginado). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unespar-paranagua_lucianarubio.pdf. Acessado em: 10 de Junho de 2020.

214 SCHERER, Giovane. **De equivocados a vítimas: as juventudes como para-raios das transformações sociais.** [Entrevista cedida a] João Vitor Santos **IHU On-line**, Revista do Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/589048-de-equivocados-a-vitimas-as-juventudes-como-para-raios-das-transformacoes-sociais-entrevista-especial-com-giovane-scherer>. Acessado em: 15 de Junho de 2020.

SILVA, Roselani; SILVA, Vini. **Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios**, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Brasília DF, p.01- 16, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n63/13.pdf>. Acessado em 22 de Maio de 2020.

FRESNEDA, Betina. **Acesso a nível superior no Brasil é abaixo dos padrões internacionais.** Agência Brasil, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-11/acesso-nivel-superior-no-brasil-e-muito-abaixo-dos-padroes-internacionais>. Acessado em Novembro de 2020

MENDES, Glenda. **O trabalho dignifica o homem.** O Nacional - Grupo ON de Comunicação, Passo Fundo, RS, 2013. Disponível em <https://www.onacional.com.br/cidade,2/2013/05/01/o-trabalho-dignifica-o-homem,37224>. Acessado em Novembro de 2020.

OENNING, Lilian I. G. R. **Os adolescentes e a ausência de projetos de vida: um estudo sobre o perfil dos “nem-nem”** Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Lilian.pdf>. Acessado em Novembro DE 2020.

		215
1	Graduanda no curso de Serviço Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.	215
2	Graduanda no curso de Serviço Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.	215
3	Graduanda no curso de Serviço Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.	215
4	Graduanda no curso de Serviço Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos.	215

Cartografia Social, Retratos das Realidades dos Territórios Invisibilizados De São Leopoldo

Adriane Brill Thum ¹

Carolina Boessio Crippa ²

Juliane Camargo de Almeida ³

Karen Peres Carcamo ⁴

Marilene Maia ⁵

Silvia Santana Schmidt ⁶

Resumo:

O projeto da cartografia social das ocupações urbanas de São Leopoldo originou-se a partir de demandas das 170 ocupações de São Leopoldo, as quais a Rede Solidária São Léo acompanha, trazem como inacessível pelas políticas públicas do município. No contexto nacional, a população tem acesso precário às políticas sociais. Este cenário não pode ser aceito neste e em qualquer território do planeta. Repensar os projetos de vida e de sociedade neste tempo faz-se urgente e necessário. Com certeza, uma das mediações para isso está nas políticas públicas, que exige um Estado forte e uma sociedade organizada. Para tanto, deveremos protagonizar esta reorganização em suas relações com o campo político, econômico, social, jurídico e científico. Ao mesmo tempo, exige-se a afirmação de outro modelo de desenvolvimento, outras culturas e relações que enfrentam as desigualdades e o individualismo.

Palavra-chave: cartografia social, desigualdade, ocupações urbanas, políticas públicas.

218

Introdução

218

No município de São Leopoldo, segundo os dados do censo do IBGE de 2010, a população era de 213 mil habitantes, sendo que a estimativa de 2021 alcançava a cifra 240.378. Deste total, o déficit habitacional compõem o número de 10 mil famílias no município, onde prevalecem as moradias precárias, em áreas de risco social e ambiental, sobrevivendo com escassez de recursos básicos como saneamento básico, acesso à água e energia elétrica, apesar do direito à estes recursos estarem promulgados na Constituição Federal de 1988. Para MARICATO (2003, p. 152)

218

218

218

“A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável”.

De acordo com o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (1991), por moradia adequada entende-se a moradia que não tenha apenas teto e quatro paredes de infraestrutura. E

sim, que haja condições salubres para seus moradores, com tamanho suficiente para a realidade do lar, com serviços básicos como esgoto, água e luz, iluminação pública, pavimentação, segurança pública, transporte público, área de lazer e, etc.

O presente artigo vislumbra relatar a experiência do projeto intitulado “Acidade (In)visível: Cartografia Social das ocupações urbanas de São Leopoldo /RS”, o qual uniu o conhecimento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS por meio do Observatório e de professores dos cursos de Engenharias (Civil, Ambiental e Agronomia), Geologia e Serviço Social, órgãos municipais como Secretaria de Habitação, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Segurança Pública, e sociedade civil com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM, Missionárias do Cristo Ressuscitado e a Rede Solidária São Léo, na perspectiva na perspectiva intersetorial para garantir um olhar ampliado das desigualdades existentes no território que atravessam o cotidiano das famílias, a partir da realidade vivida pela população ocupante. Esse processo se deu por meio do cadastramento das famílias in loco, nas seguintes ocupações: Container, Renascer e Steigleder.

219

A Cartografia Social é a potência de adentrar nas expressões da questão social, as fragilidades das políticas públicas para com as famílias moradoras de ocupação. O mapeamento de dados auxilia para identificar as necessidades enfrentadas pelos povos (ACSELRAD, H. et al., 2013; ARAUJO JUNIOR, 2020). Através do diagnóstico pode ser feita avaliação da incidência de políticas públicas, pensar

219

219

219

219

220 ações de enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas,
220 políticas, ambientais e culturais, articulado às políticas públicas de
220 onde as quais a população fica à margem pela invisibilidade dada a
220 condição de onde e como moram. O diagnóstico auxilia também na
220 sugestão de construção de políticas públicas e proteção para o de-
220 desenvolvimento do território, além de visibilizar a realidade, convoca
220 a intersectorialidade a pensar estratégias em conjunto. As interven-
220 ções individuais das políticas públicas não respondem a totalidade.
A ação investigativa da cartografia é construída a partir do coletivo,
com o diálogo entre sociedade e poder público, dando conta de atin-
gir o objetivo do projeto que é para além de somente promover o le-
vantamento de dados e de informações das realidades vividas pelas
comunidades e territórios das ocupações urbanas de São Leopoldo,
é também, subsidiar os programas e políticas de proteção das famí-
lias e dos territórios.

Materiais e Métodos

O projeto foi desenvolvido em 2020 e 2021 e segue em implemen-
tação, inicialmente com reuniões semanais realizadas com as lide-
ranças comunitárias e os envolvidos para entender as demandas
e definir prioridades, além da escolha das comunidades que iriam
receber primeiro as visitas dos pesquisadores e a aplicação do ques-
tionário, que contou com a ajuda do aplicativo AppSheet. Definida as
três primeiras comunidades, o grupo continuou se reunindo sema-
nalmente, para estabelecer as estratégias e as ações, tudo discuti-

do e definido com a colaboração do grupo. As questões elaboradas tiveram como base diversas fontes de pesquisa, dentre as quais o IBGE (2010) e o Cadastro Único para programas sociais. A ação foi *in loco*, focando inicialmente nos líderes e na sequência nas moradoras e nos moradores. A visita foi realizada em todas as residências das comunidades, permitindo conhecer a realidade de cada família, aos dados e registros fotográficos.

Localização das comunidades

Na Figura 1 é possível visualizar a localização das três comunidades, através da imagem de satélite do Google Maps. Na ordem temos as ocupações Renascer e Steigleder com marcador amarelo e Container com marcador vermelho, ambas se localizam em São Leopoldo- RS.

A ocupação Renascer tem uma área de 180x50m, aproximadamente 1 hectare onde residem 42 famílias com 141 moradores e moradoras. A Steigleder é a ocupação que tem a maior área com 600 x 250m, aproximadamente 15 hectares, onde residem 175 famílias em um total de 448 moradores e moradoras. A ocupação Container está localizada próxima a estação de trem no bairro Rio dos Sinos, com área de 100x50m, equivalente a um quarteirão, nela residem 90 moradores. A comunidade Steigleder e Container são próximas uma da outra. Já a Renascer se localiza no outro lado da BR 116, no bairro Vicentina. Todas as comunidades estão próximas do Rio dos Sinos, locais com riscos de inundação.

221

221

221

221

221

222

Figura 1- Localização das comunidades estudadas.

222

222

222

222

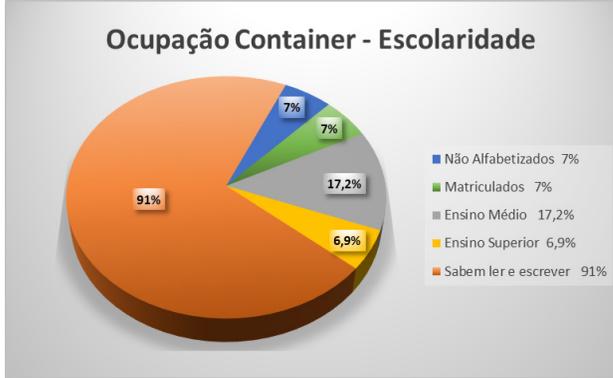


Imagem via satélite das ocupações Renascer, Steigleder e Container em São Leopoldo

Resultados e discussão

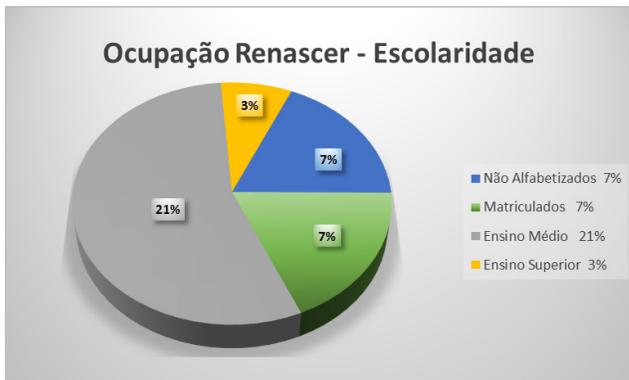
Os resultados da aplicação do questionário foram organizados em tabelas do Excel, cruzados, analisados e gerando gráficos para facilitar a visualização e a comparação entre as três comunidades.

Fig. 1- Dados da escolaridade dos moradores da ocupação Container



Na Ocupação Container 7% dos moradores não são alfabetizados, 7% estão matriculados, 17,2% possuem ensino Médio, 6,9% Ensino Superior e 91% sabem ler e escrever.

Fig. 2- Dados da escolaridade dos moradores da ocupação Renascer



Na Renascer 7% não são alfabetizados, 7% estão matriculados, 21% tem ensino médio e 3,0 % ensino superior, sendo que a maioria sabe ler e escrever ou possuem ensino fundamental incompleto.

223
223
223
223
223

224

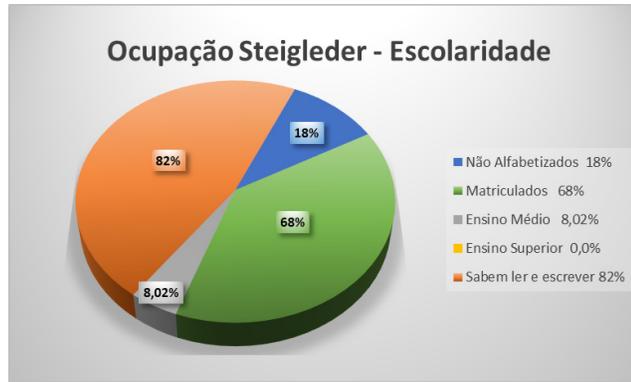
Fig. 3- Dados da escolaridade dos moradores da ocupação Steigleder

224

224

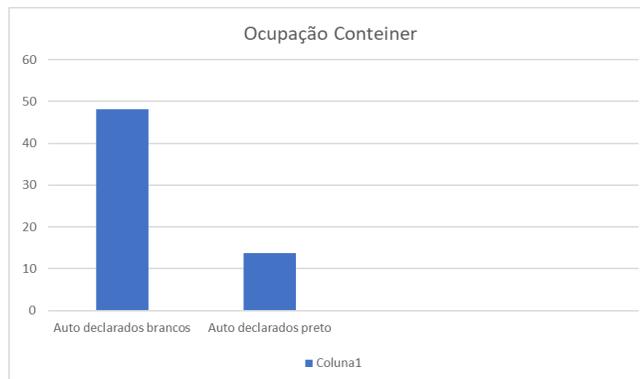
224

224



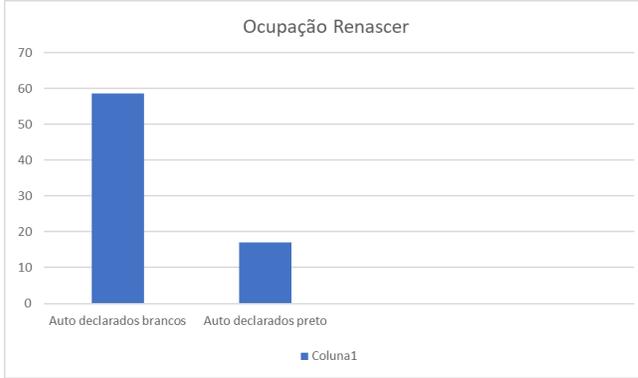
Na Ocupação Container 7% dos moradores não são alfabetizados, 7% estão matriculados, 17,2% possuem o ensino Médio, 6,9% Ensino Superior e 91% sabem ler e escrever.

Fig.4- Dados de autodeclaração de cor na ocupação Container.



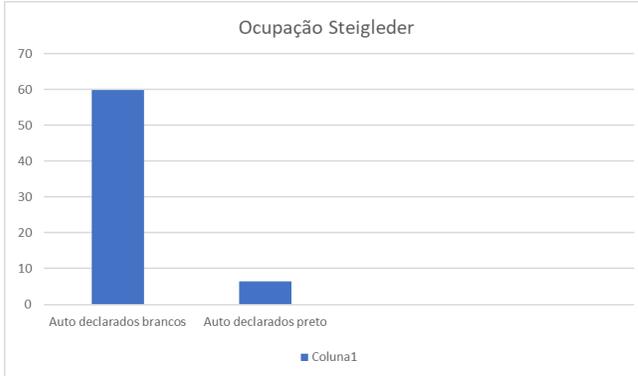
Se tratando de autodeclaração de cor, 48,2% se autodeclaram brancos, enquanto 13,8% se autodeclaram pretos.

Fig. 5- Dados deAutodeclaração na ocupação Renascer.



Na ocupação Renascer 58,5% dos moradores se autodeclaram brancos e 17% se declaram pretos.

Fig. 6 - Dados de autodeclaração de cor na ocupação Steigleder.



Na ocupação Steigleder 59,8% dos moradores se autodeclaram brancos e 6,4% se autodeclaram pretos.

225

225

225

225

225

226

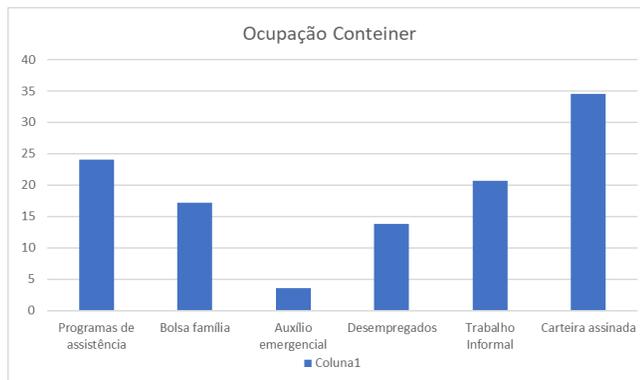
Fig.7- Dados sobre renda ocupação Container.

226

226

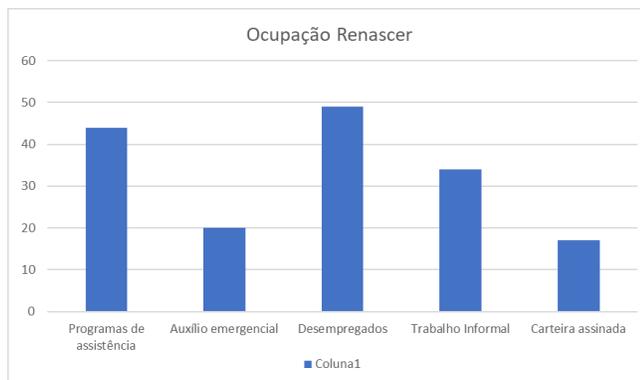
226

226



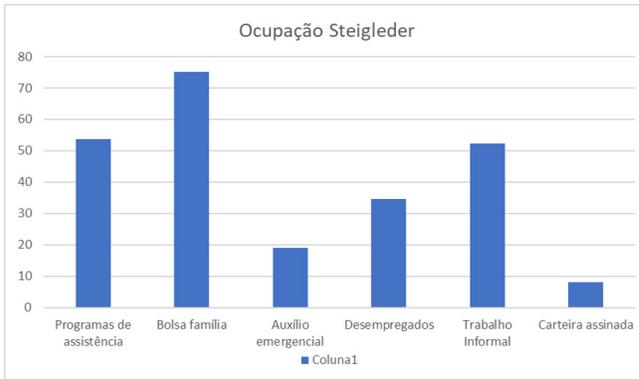
O gráfico acima representa que no total 24,1% dos moradores aceitam programas sociais como fonte principal de renda, que 13,8% encontravam-se desempregados, 20,7% estão trabalhando informalmente e apenas 34,5% trabalham formalmente no regime de CLT.

Fig.8- Dados sobre renda ocupação Renascer.



O gráfico acima representa que no total 44% dos moradores acesam programas sociais como fonte principal de renda, que 49% encontram-se desempregados, 34% estão trabalhando informalmente e apenas 17% trabalham formalmente no regime de CLT.

Fig.9- Dados sobre renda ocupação Steigleder.



O gráfico acima representa que no total 53,7% dos moradores acesam programas sociais como fonte principal de renda, que 34,7% encontravam-se desempregados, 52,3% estão trabalhando informalmente e apenas 8,1% trabalham formalmente no regime de CLT.

227

227

227

227

227

228

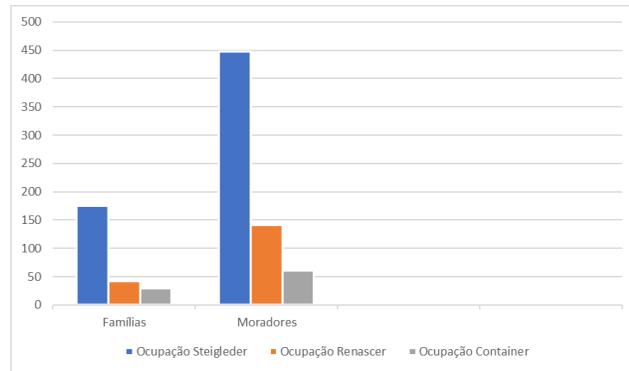
Fig.10-Número de famílias e moradores das três comunidades.

228

228

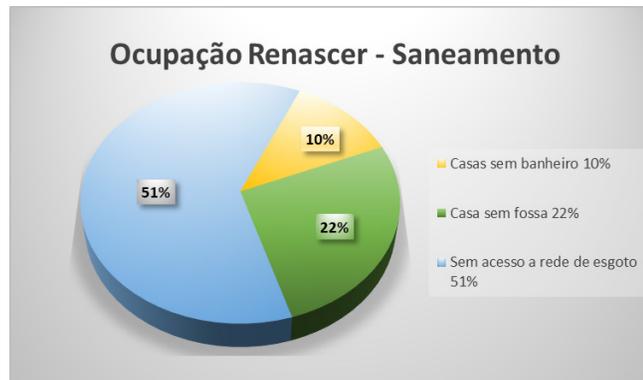
228

228



Diferente dos outros gráficos onde a realidade é semelhante, quando se trata do número de famílias, moradoras e moradores percebe-se que a comunidade Steigleder apresenta um número bem superior, com mais de 150 famílias e aproximadamente 448 moradores.

Fig.11- Realidade das moradias com relação ao saneamento na comunidade Renascer:



Na ocupação Renascer 10% das casas, não têm acesso ao esgoto,

22% o esgoto é a céu aberto, finalizando com 51% sem acesso a rede de esgoto. Ponto emergente na ocupação, em alguns lugares o esgoto a céu aberto é onde as crianças e adolescentes participam do projeto de acompanhamento realizado pela Rede Solidária São Léio, impactando nas atividades socioeducativas, como também no cotidiano das famílias.

Avanços

Através da Cartografia Social e o cadastramento das famílias, segue alguns avanços obtidos nas ocupações citadas:

Um importante amparo às famílias em relação à alimentação, principalmente durante o período de pandemia da COVID - 19, onde as orientações eram de não sair de casa e, uma quantidade significativa de pessoas encontravam-se desempregadas.

Na Ocupação Steigleder possibilitou um avanço histórico da luta coletiva em prol dos moradores que viviam sob risco iminente de despejo, como Decreto nº 10.096 de Desapropriação de área urbana para Interesse Social da terra que até então era de posse de um particular. A desapropriação para fins de interesse social está prevista na CF 1988 no art 182, inciso 2 e 3 que determinam que a propriedade urbana perfaz a função social atendendo as exigências da regulamentação da cidade conforme o plano diretor, quando não o cumprem, as áreas são passíveis de negociação com justa indenização em dinheiro, estas e outras ordenações foram incorporadas nas Leis

229

229

229

229

229

230 nº 14.132 de 10 de setembro de 1962 e nº 10.257 de julho de 2001 –
Estatuto da Cidade.

230

230

230

230

Com esses avanços possibilitou a discussão e elaboração de um plano de Urbanização junto a Secretaria de Habitação e outras Secretarias que farão parte no processo, com propostas de infraestrutura local e incluir os lotes na lei da REURB , nº13.465, oportunizando às famílias terem o direito de posse de sua moradia e garantindo um endereço. Ainda podemos destacar a importância dos agentes envolvidos em relação ao fortalecimento das famílias bem como das lideranças locais que focam nos objetivos pensando no coletivo com a participação de todos os moradores nos processos.

Na ocupação Renascer, com a contribuição da cartografia e por movimento da Rede Solidária São Léo juntamente ao MNLM e professores da Unisinos, o projeto para a construção do saneamento básico está em andamento. A ser executada pelo SEMAE, companhia de saneamento de São Leopoldo, com a doação dos materiais, ocorrerá em determinada área da ocupação, área essa que acontece às atividades de acompanhamento às crianças e adolescentes.

Conclusões

A Cartografia Social permitiu conhecer a realidade das comunidades, a questão da educação, cultura, religião, território, saneamento básico, alimentação, saúde, bem como um conjunto de direitos garantidos na Constituição Federal de 1988 que muitas vezes se tornam

invisíveis. Através da Cartografia é possível planejar e avaliar projetos de construção e reformulação de políticas públicas de proteção e desenvolvimento social local podendo a comunidade se sentir parte nos processos.

Na ocupação Container foram identificadas 29 famílias num total de 61 moradores, na Steigleder aproximadamente 175 famílias somando 448 moradores e na Renascer 42 famílias com 141 moradores.

Os dados de escolaridade impactam, evidenciamos que 10,67% dos moradores entrevistados entre as três ocupações não são alfabetizados, os dados também evidenciam a baixa incidência na conclusão do ensino médio.

Na ocupação Container e Steigleder, percebe-se que a porcentagem de pessoas que sabem ler e escrever, soma-se 86,2%. Em relação a pessoas analfabetas e as matriculadas, as ocupações Container e Renascer empatam, ainda que uma tenha maior número de moradores que a outra. Já em relação ao ensino superior, na Steigleder não evidenciamos nenhuma pessoa com formação neste nível, nas demais ocupações somam 4,95% considerando um baixo número em proporção a quantidade de moradores.

231

231

Não sendo diferente das demais ocupações, a questão da falta de saneamento básico e casas em área de risco é inevitável, na ocupação Renascer mais da metade das casas não têm acesso a rede de esgoto, sendo que a área é próxima da rede de esgoto municipal.

231

231

231

232 Através da cartografia foi analisado que entre as três ocupações,
232 40,6% das famílias tinham acesso a programas sociais como fonte
232 de renda principal e 32,5% encontravam-se desempregados, ainda
232 mais de 35% trabalham informal e somente cerca de 20% trabalham
de carteira assinada.

232 Em relação à cor, 12,4% entre as três ocupações se declaram pre-
232 tos, o índice elevado de autodeclarados brancos chega a 55,5% este
pode se dar pelo fato do município ser colonizado por imigrantes
alemães, no entanto, é importante salientar que antes da cidade ser
declarada “Berço da Colonização Alemã” no século XIX, originalmen-
te, residiam indígenas Kaingangs e Carijós, escravos advindos do
continente africano.

Através dessas informações e dados é possível dar visibilidade a
comunidades invisíveis ao estado e a sociedade. Confirmando que
onde o estado não chega as vulnerabilidades e os riscos tomam
conta. Se faz necessário o reconhecimento desse segmento popu-
lacional na construção de políticas no caminho da superação das
desigualdades sociais.

Referências

Assembléia Geral das Nações Unidas. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 16 de dezembro de 1966. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>>. Acesso em agosto de 2022.

ACSELRAD, H. et al. (org). Guia Para Experiência de Mapeamento Comunitário, Rio de Janeiro, Versão brasileira: ETTERN/IPUR/UFRJ, 2013.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto da cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>.

BRASIL. Constituição federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, Senado Federal, 2021 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988/arquivos/ConstituicaoTextoAtualizado_EC%20122.pdf>

ARAUJO JUNIOR, E. M. Cartografia Social nas Narrativas dos Territórios: O caso das populações Ribeirinhas na Amazônia Legal. International Journal of Professional Business Review. Vol. 5. N 2. 2020.

História de São Leopoldo. Disponível em: <https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/?-titulo=Turismo&template=conteudo&categoria=446&codigoCategoria=464&id-Conteudo=2980&tipoConteudo=INCLUDE_MOSTRA_CCONTEUD> Acesso em: 14 de abril de 2022.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. 2010. <https://censo2010.ibge.gov.br/> (acessado em agosto de 2020).

boletim desigualdade nas metrópoles no o9file:///c:/users/usuario/desktop/ss%20na%20contemporaneidade/texto%20para%20osintese%201%20osboletim%20desigualdades%20na%20metr%c3%b3pole%20de%20port o%20alegre.pdf 233

MARICATO, Erminia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. Revista estudos avançados. Vol. 17, no 48, ano 11, São Paulo, maio-agosto, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/LJf4kyjgFBw9PyLxBxbNRbf/?lang=pt&format=pdf>> Acessado em agosto 2022 233

233

233

234

234

234

234

234

- 1 **Adriane Brill Thum:** professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; coordenadoradecursodegraduaçãopós-graduação;membradoNúcleo de Inovação, Avaliação e Formação – NIAF; articuladora junto a UAPPG; integra a Rede Solidária São Léo; doutora em Sensoriamento Remoto pela UFRGS.
- 2 **Carolina Boessio Crippa:** acadêmica de Serviço Social (UNISINOS); militante na Rede Solidária São Léo.
- 3 **Juliane Camargo de Almeida:** acadêmica de Serviço Social (UNISINOS); militante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos -MTD. 235
- 4 **Karen Peres Carcamo:** acadêmica de Serviço Social (UNISINOS); militante na Rede Solidária São Léo. 235
- 5 **Marilene Maia:** professora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; articuladora da Rede Solidária São Léo; coordenadora do Observatório da Realidade e das Políticas Públicas do Vale do Rio dos Sinos – IHU; assistente social; doutora em Serviço Social; marilene@unisinos.br. 235
- 6 **Silvia Santana Schmidt:** acadêmica de Serviço Social (UNISINOS); militante na Rede Solidária São Léo. 235

Moisés Waismann¹

Boa tarde a todas e a todo. Os rapazes estão em minoria, mas entendo que é por conta do perfil do curso, o que já nos coloca uma questão que poderia ser discutida mais adiante, que se pudesse colocar mais rapazes interessados por esse assunto tão importante.

Primeiro eu quero parabenizar todas vocês por esses trabalhos, por terem aderido esse trabalho, por terem feito esse trabalho. A apresentação que vocês realizaram mostra engajamento de cada uma, a dedicação de cada uma, o empenho de fazer esses trabalhos de campo que eles não são tão simples de fazer e que demandam muito mais do que, vamos dizer assim, uma capacidade cognitiva, tem uma capacidade afetiva e de empatia que nos coloca e nos consome junto com a comunidade. Quando a gente percebe que a gente não tem o coração feito em pedra, a gente percebe as fragilidades e as dores das comunidades que são diferentes da nossa realidade. Então isso vocês estão de parabéns. Nesse sentido, estão de parabéns também por terem compreendido a importância da produção de dados, da produção de informações para que a gente possa organizar, prever, planejar, ações individuais na comunidade ou políticas públicas. Este é um evento, é um colóquio que hoje termina, mas que tem esta provocação, de trazer informações, trazer dados e mostrar a realidade da região metropolitana nas suas mais diversas possibilidades. Para que os governantes, é isso, os governantes saibam disso, porque se vocês têm acompanhado as propagandas políticas

238 e as propostas que vão se fazendo no nível do estado, da federação
a gente fica pensando de onde é que esses candidatos e candidatas
238 vivem.... De que realidade eles estão falando, né? E vocês mais do
que ninguém devem se remoer quando ouvem algumas sugestões
238 que são nem Conto da Carochinha, são.... simplesmente, algumas ve-
zes inclusive maldosas. De colocar perspectivas ou prometer coisas
238 que a gente sabe que é impossível. Conto da Carochinha é quando
eu conto alguma coisa e acredito nela, agora a maldade é quando eu
238 sei que isso não vai acontecer e continua dizendo que vai acontecer.

Vocês estão de parabéns mesmo, isso é muito bacana. Eu espero que vocês não parem por aqui. Que vocês tenham tomado gosto, gosto por produção de informação, tomado gosto por a questão de analisar essas informações e quando virem para um debate ou montarem a explicação de vocês isso está fundamentado, não só, mas também nas ideias, mas também na realidade. E aqui a gente já começa a ter uma discussão profunda entre realidade e projeção, entre teoria e prática. Que elas estão embricadas sempre, sempre! Aliás não existe teorias sem prática e nem prática sem teoria. Quem produz, quem fala isso é porque evidentemente não sabe.

Então, eu gostaria, gostaria não, quero fazer algumas pequenas contribuições e provocações para vocês e no final eu tenho uma pergunta que é uma pergunta para os dois grupos. Então, algumas provocações.... é Arthur tu tá controlando o tempo? Quando chegar 21:30h tu me sinalizas então por favor, daí eu começo a encerrar a minha fala – era 18:30h quando Moises começou a fala.

A primeira apresentação ela já nos aponta esse conceito de jovem, de juventude. Ela já nos historiciza ele, é isso né Arthur? Bota no tempo histórico. E nos coloca que as definições. “As definições” e os “recortes” eles não são neutros e eles nos servem para fazer e organizar a visão da realidade das políticas públicas. Se a gente assume a faixa etária da OMS, nós tiramos do nosso radar, é isso que acontece, os jovens ou os indivíduos de 25, 26, 27, 28 e 29 anos. Significa que esses indivíduos não terão políticas públicas e um olhar da sociedade para eles.

Eles estão então precocemente soltos na vida. Eles vão ficar naquele limbo dos adultos, os adultos não têm política pública, tem para os idosos e para os jovens.

Nós discutimos semana passada qual é o futuro o futuro e o que é o jovem e a juventude. Nesta relação... com a sociedade, nesta relação com o trabalho, nesta relação com a educação. Aliás, a educação, desculpa se eu volto a esse tema, mas é que a educação nunca foi tão enxovalhada por aqueles que deveriam cuidar da educação. Eu nunca ouvi tanto absurdo sobre educação quanto dos candidatos à presidência, os candidatos e candidatas à presidência da República. Só mostra que não sabem do que se trata a educação quando criminalizam os professores, responsabilizam os jovens pela falta do que eles imaginam que seja a produção do conhecimento de cada um, importante também dizer.

239

239

239

239

Os dados que vocês pegam do IBGE, não porque vocês produziram,

239

240 são mais ou menos os dados que se compõem o IBGE. O que que eu
240 senti falta: vocês disseram que fizeram 10 perguntas. Eu senti falta
240 de ver o que são essas perguntas. Uma questão importante, uma
240 das questões que eu acho mais importante dos trabalhos, é a parte
240 metodológica porque é ali que a gente se coloca, é ali que a gente
240 passa da nossa visão teórica para a visão prática, isso é o que o
240 Moisés acha. E quanto mais explicado, mais outros poderão seguir
240 os passos de vocês e repetir isto, ou alterarem ou fazerem diferente.
E isso vai construindo a ciência. Então de repente a gente olha oito
questões e vê que 8 não dizem nada, duas são certas e aí a gente vai
no diálogo metodológico, teórico metodológico, nós vamos cons-
truir o conhecimento. Uma outra questão que vocês sabem, mas não
foi anunciado, é como é que vocês acharam esses nove jovens para
conversar. Esses nove jovens fazem parte da rede afetiva de vocês?
São amigos de vocês? Vocês acharam como? Como é que apareceu?
... Como é que esta amostra de nove jovens, que não é uma amostra
probabilística, não há nenhum problema nisso, é uma amostra por
conveniência, mas como é que esses jovens aparecem para vocês?
Isso é importante.... Eu entendi bem quando vocês lá no final falam
sobre aquela questão da categoria política, e evidenciam, que esses
jovens entrevistados não conhecem políticas públicas para a juven-
tude. Aliás o que me deixou, não em dúvida, mas fico pensando as-
sim: têm secretarias, têm Ministérios, têm pessoas fazendo política
e promovendo, mas isso não chega na juventude. As pessoas não
sabem que tem políticas para elas. Então está “desvisibilização” do
que que é feito mesmo que ainda não contemplando o que se gos-
taria. Nem isso eles conhecem, nem isso eles sabem. E que política

pública pessoal é um direito estabelecido. Então se eu não sei que tem política pública eu não sei quais são os meus direitos. Então tem aí uma questão importante de cidadania e que vocês evidenciam. Isso é bem importante, eu achei bem importante esta questão.

Passando para o grupo da cartografia social, eu confesso que eu tentei escrever rapidamente os dois títulos, mas os títulos são muito grandes e eu não tenho essa capacidade de escrever correndo, assim, eu até pensei “vou printar e botar no Word, mas quando eu pensei em pintar e botar Word já tinha passado”. Aprendi, não conhecia, fui procurar o app, gostei de saber disso e aqui tem uma pergunta: vocês estão trabalhando com três comunidades vulneráveis e a questão da alfabetização digital é uma realidade. Quem é que preencheu o instrumento? Vocês iam falando? Vocês iam perguntando e preenchendo? – grupo do trabalho sinaliza que sim via vídeo - Imaginei que fosse isso. Então isso é também uma parte metodológica que é importante colocar ali.... E de repente seria bom, se vocês não fizeram, para uma próxima gravar também.... Porque uma coisa é o que eu estou dizendo aqui para vocês. outra coisa é o que vocês estão entendendo que eu tô dizendo. Quando eu transfiro a resposta de alguém, eu mesmo digito, vocês sabem que a gramática falada ela é diferente da gramática escrita. Adriane você queria falar?

241

241

241

241

241

242

Adriane Brill Thum

242

242

242

242

Só para esclarecer, na real assim, a gente não gravou primeiro devido à própria capacidade da bateria do celular, que a gente usava celular. E outra, as questões, a grande maioria eram questões objetivas, então a gente tinha opções e dava a resposta. outras questões que eram descrever, eram poucas, mas era com relação a documento, questões mais pontuais assim. Então a maioria, a grande maioria, eram questões objetivas justamente para evitar esse problema de alguém interpretar mal. O que a gente fazia, a gente então fazia uma roda de conversava, a gente entrava na casa das pessoas a gente sentava conversava, até para ela sentirem, a gente explicava porque que a gente estava lá. Para ela se sentirem acolhidas e realmente sentirem parte desse projeto. Então a partir dessa conversa que era bem informal a gente se aproximava dessas pessoas, e a gentia ia percebendo que ao decorrer elas iam se soltando às vezes no início ela estava um pouquinho mais fechadas, aí a gente ia conversando, ela ia se soltando e foi assim muito natural essas respostas. A gente aproveitava para observar algumas coisas também nas residências e uma coisa que chamou bastante atenção, principalmente na Steigleder, foi o grande número de crianças em idade escolar que não estavam na escola. Mesmo com a pandemia, para o período de pandemia foi mais difícil, mas mesmo.... já tava sendo retomada a presença das crianças na escola. A gente percebia muita criança em idade escolar sem matrícula, não tava frequentando a escola. Então isso também foi uma informação, essa informação, com esse

dado foi feito um movimento. Por que que essa criança não estava na escola? E tentar inserir essa criança novamente na escola. E com relação ao aplicativo. É um aplicativo gratuito, ele é bom, mas ele tem um probleminha também como tudo na vida né? Ele tem uma limitação, a gente pode cadastrar 10 participantes, 10 pessoas podem usar o aplicativo para aplicar a entrevista, se não ele tranca. Então isso era uma limitação que nós sentimos durante a pesquisa, porque se a gente quisesse botar 11 pessoas nesse mutirão não era possível. Então às vezes a gente tinha que trocando, cadastrar o e-mail de um, cadastrar o e-mail do outro,

Moisés Waismann

...Isso também faz parte da construção do conhecimento, porque a gente vai construindo conhecimento da realidade e vai se construir como pesquisador. Essas limitações do processo a gente não saberia se não tivesse usado o software, entende? E aí a gente a vai trocando, vai vendo tem outros sistemas gratuitos também, a própria Google que faz aquele formulário que é mais livre e faz algumas análises já de pronto. Aliás, é exatamente este o mistério. Da gente ter uma sólida construção teórica, fazer essa metodologia, ir a campo e ver essas possibilidades e limitações e voltar para fazer essa reflexão. Esse é o sal do pesquisador, esse é o sal do trabalho que

243

243

243

243

243

244 vocês vão empreender depois como profissionais. Espero que faça
244 parte do cotidiano de vocês sempre que tiver uma ação, que vocês
244 procurem saber da realidade produzindo instrumentos adequados
244 para captar essa realidade, para além da nossa percepção..... Por-
244 que os dados, a produção de dados, e depois a devolução dos da-
244 dos são momentos importantes para que a gente possa conversar
244 com a nossa comunidade, é isto. A vai conversando, conhecendo,
244 porque imagino que a gente antes não conhecia, conhecendo esta
244 realidade que a gente pode dar conta dela. E fazer ações em cima
244 dela, ações em cima da realidade. A realidade a gente produz, por-
244 que a realidade não tá dada, a gente produz a partir de dados. E aí
244 a gente pode tomar ação. Porque se vocês não perguntam o que
244 que eles comem, a gente não vai saber se tem fragilidade alimentar
244 ou não. Se a gente não pergunta a questão do saneamento nós não
244 vamos saber que 52%, 51% não tem rede de esgoto. Então isso fica
244 invisibilizado, e visibilizando nós podemos tomar ações.... Então os
244 dados servem para também para isso.

Também quero parabenizar pelo retorno da comunidade. Se eu ouvi
bem vocês formularam 140 perguntas, eu achei demais, mesmo não
conhecendo as perguntas. Porque isso dá um esforço de interpreta-
ção que o ser humano não tem fôlego de interpretar. Eu não tô
duvidando da capacidade cognitiva de vocês. Eu só tô dizendo que
pra gente é difícil de pegar 140 respostas, cruzar todas elas, porque
isso é importante, e daí tomar uma informação. Então muitas vezes
é melhor reduzir as questões. Olha, quem tá dizendo sou eu que

sou um guloso por informações, entendeu? Talvez se fosse eu seria 280 perguntas que eu teria feito. Mas enfim, fui aprendendo isso também, talvez se a gente reduz um pouco a gente consegue ter um pouquinho de profundidade. Profundidade não na resposta, mas na elaboração mental do que que foi respondido para nós, dos cruzamentos, dessas questões todas é muito difícil isso.

Eu senti falta. E aí a palavra cartografia me remete a mapa. Eu senti falta de um mapa mostrando onde é que estão essas três ocupações. O que que eu senti também, como vocês fizeram de três, poderia ter um quadro ou uma tabela no final mostrando algumas características comuns e diversas das três. Por exemplo a primeira, se não estou enganado, a primeira ocupação que vocês mostraram tem um nível de emprego formal bem alto, bem alto. E posso chutar que é quase mais alto do que da Região Metropolitana, que a gente andou estudando faz pouco tempo. Então o por que isso? O que que chama a atenção nessas questões, né? E o que que foi também em comum... nas três foi a questão da urbanização. Então essa é uma questão mais sensível para eles. Que eles conseguiram visibilizar para vocês. Tanto é que na ocupação Steigleder com o tempo e com muita luta eles conseguiram a posse. Não sei se a propriedade, mas a posse dos terrenos, começar alguma coisa assim.

245

245

245

Então isto é muito interessante e eu gostei muito que vocês terminaram com três fotos e duas essas fotos tinham arte de pichação. Isso eu acho que também humaniza mais essas pessoas, elas não são

245

245

246 só pessoas e indivíduos que tem carências, eles têm potenciais. A
246 arte nos ajuda a mostrar esse potencial, então isso é uma questão
246 positiva do trabalho de vocês.

246 E a pergunta que eu tenho para as três, para os dois grupos. Que
246 novas questões vocês levantaram depois que fizeram este estudo?
246 Os estudos que vocês fizeram corroboraram as leituras que vocês ti-
246 nham? Desafiaram as leituras que vocês tinham sobre esses temas?
246 Como é que isso transforma vocês enquanto profissionais e enquan-
to pesquisadores? As perguntas que você já fizeram, já fizeram. Que
novas questões essa incursão na comunidade que vocês estiveram
traz para vocês? Quero agradecer a o IHU na presença da professora
Marilene, do Arthur e do Lucas, a oportunidade de ter ouvido vocês.
E de estar fazendo esses comentários que se vocês julgarem válidos,
beleza, se não foi só mais um vespertino de conversa. Parabéns!

247

247

247

- 1 **Moises Weissmann** é graduado em Ciências Economicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. É atualmente professor da UnilaSalle e coordenador do Observatório do Trabalho da UnilaSalle. 247

Capa, projeto gráfico e diagramação
Gustavo Balbela

Autores

Juliane Camargo de Almeida
Karen Peres Carcamo
Carolina Boessio Crippa
Amanda Santos de Freitas
Hildegard Susana Jung
Daniela da Luz
Marilene Maia
Bárbara Rodrigues Marinho
Anderson Kazuo Nakano
Carlos Nagel Paiva
Marcelo Gomes Ribeiro
Rudá Guedes Ricci
André Ricardo Salata
Dienifer Cristina Santos
Sílvia Santana Schmidt
Cristiano Schumacher
Rodrigo Manoel Dias da Silva
Gabrielle Correa de Siqueira
Adriane Brill Thum
Moisés Waismann